



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

“Falando a verdade frente ao poder”, “falando a verdade às pessoas”:
uma leitura sobre poder e resistência a partir da sociologia de Patricia Hill
Collins

Erick Vinicius Andrade da Rocha

Brasília
2023

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

“Falando a verdade frente ao poder”, “falando a verdade às pessoas”:
uma leitura sobre poder e resistência a partir da sociologia de Patricia Hill
Collins

Erick Vinicius Andrade da Rocha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Sociologia.

Brasília
2023

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

“Falando a verdade frente ao poder”, “falando a verdade às pessoas”:
uma leitura sobre poder e resistência a partir da sociologia de Patricia Hill
Collins

Autor: Erick Vinicius Andrade da Rocha

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa (UnB)

Banca examinadora:

Prof. Dra. Ângela Lucia Silva Figueiredo (UFRB)

Prof. Dra. Jacqueline Moraes Teixeira (UnB)

Prof. Dra. Layla Pedreira Carvalho (UnB)

Brasília
2023

*Para Flora, em nome das
possibilidades de um futuro com
justiça social para todas e todos!*

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi desenvolvido em um momento, no mínimo, desafiador. As dificuldades geradas pela pandemia de COVID-19, e pelos anos de um Brasil comandado por um governo que banalizou a morte, só puderam ser contornadas por laços de solidariedade, sem os quais este trabalho seria impossível. Portanto, agradeço primeiro às/aos que vieram antes de mim. Às gerações de intelectuais e ativistas, e ativistas intelectuais, negras e negros que abriram os caminhos para que eu, e outros jovens negros, pudéssemos estar, hoje, vivos e produzindo conhecimento. Em especial à Professora Dra. Patricia Hill Collins, cuja trajetória e produção intelectual inspiraram e possibilitaram a realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. Joaze Bernardino-Costa, meu orientador, pelos difíceis questionamentos, por todas as sugestões, disposição e, em especial, pela paciência. Todos estes elementos fundamentais para a realização deste trabalho. Agradeço, principalmente, por todas as vezes em que me impediu de desistir e pelos “empurrões” que me fizeram chegar até aqui.

Às professoras Dra. Ângela Figueiredo e Dra. Jacqueline Moraes Teixeira, por terem aceitado - em condições tão adversas - entrarem nessa jornada comigo. Em especial, pelas indagações, críticas e sugestões feitas durante minha banca de qualificação que, sem dúvida, tiveram grande impacto na continuidade e finalização deste trabalho.

À Winnie Bueno, pela amizade e, em especial, pelos encontros estimulantes realizados, durante a pandemia de COVID-19, sobre o pensamento feminista negro e a interseccionalidade, que muito contribuíram para esta dissertação. Em tempo, agradeço também, por ter feito a primeira revisão deste trabalho, ainda em sua forma de projeto de pesquisa durante o processo de seleção ao mestrado.

À minha mãe, Márcia; meu pai, Ronaldo; e irmã, Rayssa, pelo cuidado, carinho e investimento em minha educação e sonhos. Agradeço, em memória, às minhas avós Maria e Marinha, e a meu avô Valdir.

À Marina Cruz e Suzi Alves, minhas parceiras de trabalho, pelo cuidado e disposição em sempre me apoiar, e aos meus melhores amigos, Gabriella

Lima, Breno Lobo, Natália Souza, Victor Cesário e Fabiana Amorim pelos anos de amizade. Muito obrigado pelo carinho!

Por fim, à Universidade de Brasília, em especial ao Departamento de Sociologia da UnB, pelo vanguardismo na aprovação de políticas de cotas, em especial na pós-graduação. À secretaria do PPGSOL, em nome de Gabriella Carlos. Às professoras Dra. Haydée Caruso, Dra. Sayonara Leal, Dra. Tânia Mara, Dra. Ana Cristina Collares e ao prof. Dr. Stefan Klein, pelas ricas contribuições feitas no decorrer das disciplinas por mim cursadas no programa.

*“Eu vejo as lutas por justiça social em curso e em todos os lugares. Não há onde se esconder. Em vez disso, é mais uma questão de escolher onde você quer lutar e com quais ferramentas. **Se você não luta por justiça social, você escolheu capitular à opressão.**”*

Patricia Hill Collins

RESUMO

Este trabalho analisa como o poder é compreendido a partir da sociologia de Patricia Hill Collins. A hipótese deste trabalho é a de que Collins concebe a ideia de poder como forma não apenas de identificar as injustiças, mas também de resistir a elas. Buscamos compreender, a partir de uma ampla revisão bibliográfica da obra de Patricia Hill Collins, três questões: os caminhos que a autora percorre para analisar o poder, sua compreensão sobre como o poder opera e como resistir às desigualdades e injustiças resultantes de desigualdades de poder. No primeiro capítulo, apresentamos os aspectos teórico-metodológicos que, em nossa concepção, fornecem as bases para a análise que Collins faz sobre o poder, a saber, o ponto de vista coletivo de mulheres negras; a tensão entre experiência vivida e a sociologia tradicional; e a interseccionalidade. No segundo capítulo, analisamos mais diretamente o tema do poder, apresentando como Collins articula a ideia de matriz de dominação para propor a heurística dos domínios do poder: estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal. Compreendemos também a ideia de dialética entre opressão e resistência proposta pela autora. Por fim, no último capítulo apresentamos como Collins articula a ideia de resistência a partir do conceito de comunidade, como o espaço onde as pessoas experienciam as relações de poder, e da pedagogia crítica. Recorremos, para abordar estes temas, a leitura que a autora faz sobre o racismo como sistema de poder, especificamente a ideologia do racismo colorblind. Concluimos que Collins entende o poder a partir de relações interseccionadas entre sistemas baseados em raça, classe, gênero, nação e sexualidade. Essas relações, que Collins analisa tanto a partir do ponto de vista da dominação, mas também da resistência, se organizam a partir da matriz de dominação e dos quatro domínios do poder. Compreender as formas de dominação que promovem injustiças e desigualdades sociais é um meio para pensar, mais amplamente, as formas de ruptura com os sistemas de dominação.

Palavras-chave: Poder; Interseccionalidade; Matriz de Dominação; Domínios do Poder; Educação; Racismo.

ABSTRACT

This work analyzes how power is understood from the sociology of Patricia Hill Collins. The hypothesis of this work is that Collins conceives the idea of power as a way not only to identify injustices, but also to resist them. We seek to understand, from a broad bibliographical review of Patricia Hill Collins' work, three questions: the paths that the author takes to analyze power, her understanding of how power operates and how to resist inequalities and injustices resulting from power inequalities. In the first chapter, we present the theoretical-methodological aspects that, in our view, provide the basis for Collins' analysis of power, namely, the collective point of view of black women; the tension between lived experience and traditional sociology; and intersectionality. In the second chapter, we analyze the theme of power more directly, showing how Collins articulates the idea of a matrix of domination to propose the heuristic of the domains of power: structural, disciplinary, cultural and interpersonal. We also understand the idea of dialectic between oppression and resistance proposed by the author. Finally, in the last chapter we present how Collins articulates the idea of resistance from the concept of community, as the space where people experience power relations, and critical pedagogy. To address these issues, we resort to the author's reading of racism as a system of power, specifically the ideology of colorblind racism. We conclude that Collins understands power from intersecting relationships between systems based on race, class, gender, nation and sexuality. These relations, which Collins analyzes both from the point of view of domination, but also from the point of view of resistance, are organized from the matrix of domination and the four domains of power. Understanding the forms of domination that promote injustice and social inequalities is a way to think more broadly about ways of breaking with domination systems.

Keywords: Power; Intersectionality; Matrix of Domination; Domains of Power; Education.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	7
ABSTRACT	8
SUMÁRIO	9
APRESENTAÇÃO	11
Patricia Hill Collins: uma ativista intelectual	11
INTRODUÇÃO	24
Por que Patricia Hill Collins?	27
Visão geral dos capítulos	30
CAPÍTULO I – Desvendando o poder: aspectos metodológicos da sociologia de Patricia Hill Collins	32
1.1. ‘Aprendendo com a outsider-within’: experiência, tradição e ponto de vista na sociologia de Patricia Hill Collins	37
1.1.1. Ponto de vista e posições outsider-within	40
1.2. Raça, gênero, classe... como o poder opera?	47
1.2.1. Compreender e explicar o poder: os usos da interseccionalidade	51
1.2.2. Interseccionalidade, poder e justiça social	61
1.3. Conclusão do capítulo	64
CAPÍTULO II - “Falando a verdade frente ao poder”: racismo, desigualdade e poder	66
2.1. O poder na sociologia de Patricia Hill Collins	70
2.1.1. Domínio estrutural do poder: lugar de negro, lugar de branco.	77
2.1.2. Domínio disciplinar do poder: racismo institucional, disciplina e vigilância.	83
2.1.3. Domínio cultural do poder: controle das ideias e a justificação do racismo.	88
2.1.4. Domínio interpessoal do poder: experiências e racismo cotidiano	93
2.2. Lute contra o poder: onde há opressão, há resistência!	97
2.3. Conclusão do capítulo	98
CAPÍTULO III – “Falando a verdade às pessoas”: resistir é preciso, transformar é possível, educar é o caminho!	101
3.1. Educar para transformar: a pedagogia crítica de Patricia Hill Collins	104

3.1.1. Desafiando o racismo no domínio estrutural: criando espaços livres e seguros.	107
3.1.2. Devolvendo o olhar: contravigilância e a resistência ao domínio disciplinar do poder	111
3.1.3. Resistência no domínio cultural: produzindo novas visões sobre nós	114
3.1.4. Resistindo ao racismo no domínio interpessoal do poder: a resistência em nossas próprias mãos	117
3.2. Vamos juntos/as? Cultivando empatia, promovendo coalizões.	119
3.2.1. Salas de aula e as novas formas de agir	121
3.3 - Conclusão do capítulo	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

APRESENTAÇÃO

Patricia Hill Collins: uma ativista intelectual

Patricia Hill Collins é filha única de Albert e Eunice Hill e nasceu em 1948 na Philadelphia, cidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Ela cresceu em um contexto de segregação explícita e muito do que vivenciou na infância moldou a forma como vê o mundo, algo que é perceptível em sua obra (COLLINS, 2009; 2012). Collins narra, por exemplo, como os anos de escola pública, em que sua “inteligência foi questionada praticamente todos os dias por ser negra”¹ (Collins, 2005, p. 99), a levaram a mobilizar o silêncio como principal ferramenta de sobrevivência. Ela sabia desde cedo que, sendo uma menina negra filha de trabalhadores, *falar* poderia ser perigoso (COLLINS, 2019a; 2009; BUENO, 2020).

Após se formar no Ensino Médio, aos 17 anos, Collins ingressou, por meio da política de cotas², na Universidade Brandeis, em Massachusetts. Um período em que o acesso à educação superior formal, em especial em universidades de elite como a Brandeis, não era a realidade da maioria das pessoas negras nos Estados Unidos. Ela relata, por exemplo, que era uma das únicas sete estudantes negras e negros dentre os 2.200 estudantes da universidade. Sua experiência em Brandeis moldou profundamente a forma como teoriza. Vendo como sua própria trajetória pessoal diferia profundamente das trajetórias de seus colegas brancos de classe média, ela percebeu que tinha visões muito distintas sobre a realidade social (COLLINS, 2005). Como Collins lembra, conciliar estudos e trabalho deu a ela, “uma visão diferente das de meus amigos brancos sobre trabalho e política de classe”³ (COLLINS, 2005, p. 97).

¹ Trad. nossa. Texto original: “my intelligence had been questioned virtually every day because I was black.”

² Collins relata que quando fez o vestibular ela indicou interesse em receber materiais de universidades que estavam recrutando estudantes negros. Naquele contexto, de segregação, a escolha de Collins foi bastante objetiva. Ela queria estudar, conquistar o sonho de ser a primeira da família a se formar na universidade, e a Brandeis, com a política de cotas e uma sensibilidade ao tema do racismo, possibilitou isso (COLLINS, 2005).

³ Trad. nossa. Texto original: “gave me a different view of work and class politics than that of my white friends.”

Além de ter que trabalhar para conseguir se manter, Collins precisava estudar mais que seus colegas brancos, porque diminuir a excelência acadêmica poderia significar perder a bolsa de estudo que possibilitava que ela estivesse ali. Experiências como essas influenciaram seus desenvolvimentos futuros sobre a ideia de *ponto de vista*, em especial sobre o conceito de *outsider-within*, que trabalhamos no primeiro capítulo desta dissertação (COLLINS, 2005).

As preocupações de Collins com o tema do racismo a fizeram escolher a sociologia como área de concentração da graduação (COLLINS, 2012; 2005). A sociologia em Brandeis era profundamente arraigada em uma tradição filosófica que enfatizava as relações entre poder e conhecimento a partir das contribuições da Escola de Frankfurt e das teorias de Karl Marx, Karl Mannheim e Sigmund Freud. Ao mesmo tempo, sendo uma universidade financiada e administrada pela comunidade judia, em um contexto de uma memória então recente do holocausto, em Brandeis existia grande preocupação com o tema do racismo e da justiça social (COLLINS, 2005). Como Collins observa:

“Fui ensinada por pessoas que basicamente entendiam o horror do racismo institucional e que acreditavam que a boa sociologia lançava um olhar crítico sobre a sociedade. O racismo não era uma abstração para eles, uma teoria social descontextualizada, ou algo que eles pudessem ignorar e seguir em frente apenas como membros do corpo docente. Eles conheciam o horror disso em seus ossos”⁴ (COLLINS, 2005, p. 102).

Essa sensibilidade com o tema do racismo, a preocupação com a justiça social e uma formação teórica fundamentada no reconhecimento “visceral” das relações entre poder e conhecimento influenciaram diretamente o trabalho intelectual de Collins (COLLINS, 2005, p. 102). Ela, no entanto, mantinha uma postura crítica em relação ao que aprendia, trazendo uma perspectiva negra para o centro de suas inquietações. Para seu trabalho de conclusão de curso, por

⁴ Trad. nossa. Texto original: “I was taught by people who basically understood the horror of institutional racism and who believed that good sociology cast a critical eye on society. Racism was not an abstraction to them, a decontextualized social theory, or something that they could ignore and go about their business of just being faculty members. They knew the horror of it in their bones.”

exemplo, ela estudou o impacto da educação na vida de jovens negros, com ênfase na ideia de que a educação deveria servir ao empoderamento. Collins (2005) destaca dois pontos que marcaram este trabalho final: primeiro, uma das avaliadoras do seu trabalho foi Pauli Murray, à época a única professora negra em Brandeis, com quem Collins estabeleceu diálogos sobre o tema da justiça social e que se tornou uma de suas grandes referências teóricas (COLLINS, 2005; BUENO, 2020). Outro ponto é que, no processo de escrita, em que ela pôde estudar os temas de seu interesse a partir de uma perspectiva própria, Collins percebeu que ser uma acadêmica era uma possibilidade para ela (COLLINS, 2005).

Após se formar, com honras, em 1969, Collins ingressou em um programa de mestrado com ênfase na educação em Ciências Sociais, na Universidade de Harvard, curso que concluiu em 1970⁵. A essa altura, portanto, o interesse de Collins na educação já parecia evidente. Em um dos seus relatos sobre sua graduação em Brandeis, ela fala sobre um artigo que escreveu para a turma de introdução aos estudos Afro-americanos, lecionada por Laurence Fuchs⁶, um artigo sobre Martin Luther King que abordava temas como justiça econômica e integração racial (COLLINS, 2005). Após o assassinato de King, em abril de 1968, em um contexto de ascensão de protestos em todo o país, o artigo escrito por Collins passou a ser usado por um grupo educacional que fazia planejamento curricular. Ela viu, enquanto participava do time que estava implementando o material nas escolas públicas em Washington D.C, seu artigo circular entre crianças e jovens negros que não sabiam quase nada sobre King. Este trabalho teve grande influência em sua trajetória: “até hoje, acredito que cada palavra que escrevo importa”⁷ (COLLINS, 2005, p. 107).

Nos anos seguintes à conclusão do mestrado em Harvard, Collins trabalhou principalmente na área da educação: foi professora escolar e universitária, educadora comunitária e consultora. Um de seus trabalhos de mais destaque, nesse sentido, foi o que realizou na Escola St. Joseph's, em Roxbury,

⁵ O programa em questão é uma espécie de mestrado profissional, o título para quem se forma é o de “mestre na arte de ensinar.”

⁶ Foi fundador e coordenador do departamento de *American Studies* [Estudos Americanos] da Universidade Brandeis.

⁷ Trad. nossa. Texto original: “to this day, I believe that every word that I write matters.”

Boston, como professora de ensino fundamental e planejadora curricular. Collins se envolveu ativamente com a comunidade em Roxbury, bairro majoritariamente negro e com uma expressiva população latina. Um período em que, segundo ela, muitos diriam ser sua “fase ativista”⁸ (COLLINS, 2012, p. 146), uma ideia que ela rejeita, já que define sua forma de ativismo de forma mais ampla: “eu vejo o que faço como uma forma de **ativismo intelectual**”⁹ (COLLINS, 2009, p. 133. Grifo nosso).

A experiência em Roxbury, que durou de 1970 a 1976, constitui um marco na vida de Collins. Foi quando ela vivenciou mais diretamente a sinergia entre prática e teoria que é a base de seu trabalho intelectual. Para Collins (2005), o período também representou uma liberdade intelectual. Produzir conhecimento fora das estruturas tradicionais, de forma independente, foi fundamental em sua trajetória: “eu estava livre para explorar ideias. Não escrevi uma palavra de teoria social, mas acho que fiz alguns dos meus melhores trabalhos intelectuais durante meu tempo em escolas comunitárias.”¹⁰ (COLLINS, 2005, p. 110). Durante esse período Collins passou a se dedicar a leituras que a dupla jornada entre escola e trabalho dos anos de graduação e mestrado não a permitiram fazer. Ela cita *The Crisis of the Negro Intellectual*, de Harold Cruse; a obra de W. E. B. DuBois, dentre os quais ela destaca *African Slave Trade* e *The Philadelphia Negro*; a coletânea *The Black Women*, de Toni Cade Bambara; *The Bluest Eye*, de Toni Morrison; além de ter feito uma imersão na literatura de todo tipo produzida por pessoas negras. Como ela diz, “eu dei a mim mesma a educação em estudos negros que eu não pude ter na universidade”¹¹ (COLLINS, 2005, p. 110), onde pessoas negras ainda eram vistas apenas como objeto de conhecimento, não como sujeitos.

Em 1976, Collins encerrou seu trabalho em Roxbury e assumiu como diretora no Centro de Estudos Afro-Americanos da Universidade Tufts, em Boston, onde também foi assessora especial da presidência da universidade

⁸ Trad. nossa. Texto original: “activist phase.”

⁹ Trad. nossa. Texto original: “I see what I do as a form of intellectual activism.”

¹⁰ Trad. nossa. Texto original: “I was free to explore ideas. I didn’t write one word of social theory, but I think I did some of my best intellectual work during my time with community schools.”

¹¹ Trad. nossa. Texto original: “I gave myself the Black studies education that I couldn’t get in school.”

para o tema das cotas, trabalhando com a revisão e monitoramento da política de cotas. Lá, conheceu Roger Collins, professor da Universidade de Cincinnati, em Ohio, que estava atuando como professor visitante em Tufts. Eles se casaram em 1977 e dois anos depois, em 1979, tiveram uma filha, Valerie Collins. Esses eventos causaram grande impacto na vida e obra de Collins. Alguns anos mais tarde (1982), Collins se tornaria professora da Universidade de Cincinnati, onde lecionou por mais de vinte anos (entre 1982 e 2005). Sua relação com a cidade também forneceu bases importantes para seu doutorado e sua produção intelectual, em geral. Por outro lado, o nascimento de sua filha é refletido em sua obra pelo destaque que Collins dá ao tema da maternidade, das relações entre mães e filhas negras (COLLINS, 2019a) e da família (COLLINS, 2006; 2004).

Em 1980, de volta a Brandeis, Collins iniciou o doutorado em Sociologia. Em uma entrevista concedida ao *The Griot*, periódico da *Association of Black Sociologists*¹² (ABS), publicada em 2010, Collins relata porque decidiu seguir carreira na sociologia.

Durante anos, não trabalhei em um departamento de sociologia, mas sempre me considerei uma socióloga. Não moldei meu trabalho com o objetivo de seguir a carreira de socióloga. Em vez disso, uma carreira como socióloga poderia facilitar meu trabalho¹³ (COLLINS, 2012, p. 110).

Ou seja, ela parecia menos interessada no título de doutora do que mobilizar o espaço da academia para potencializar seu próprio ativismo intelectual. Collins (2005) afirma como um processo de produção intelectual independente faz parte do seu fazer teórico. Por exemplo, a teoria que estudou durante os anos em Roxbury e o conhecimento adquirido a partir do processo dialógico deram bases para sua pesquisa de doutorado, onde Collins reflete o interesse de analisar o racismo e a desigualdade de gênero, mobilizando perspectivas e referências diversas. Sua tese de doutorado, intitulada **Race**,

¹² Em português, *Associação de Sociólogos Negros*. Tradução nossa.

¹³ Trad. nossa. Texto original: "For years, I did not work in a sociology department, yet I thought of myself the entire time as a sociologist. I did not approach my work as trying to have a career as a sociologist. Rather, a career as a sociologist could facilitate my work."

gender and labor market structure: organizational dynamics and occupational stratification in an urban political economy¹⁴, defendida em 1984, investiga desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho em Cincinnati, Ohio. Podemos dizer que sua tese foi a primeira análise sobre o que mais tarde ela nomearia como o *domínio estrutural do poder*. Acreditamos, também, que a tese torna mais evidentes as preocupações de Collins com a desigualdade de gênero. Essa é uma preocupação um pouco tardia, digamos, de Collins. Até entrar na graduação, a questão racial era seu tema de maior interesse. Tendo crescido em um contexto de segregação, em que as desigualdades econômicas entre brancos e negros eram menos visíveis por conta dos muros que separavam brancos e negros, a questão de classe só se tornou evidente para Collins quando se viu no espaço minimamente integrado proporcionado em Brandeis (COLLINS, 2005). Mesmo aí, apesar de ter uma forte preocupação com a classe, sua preocupação primária era raça. Gênero parece ter sido incorporado em sua análise a partir das leituras em Roxbury, como o volume de Barbara (1970), cuja formalização - do ponto de vista teórico - aparece em sua tese.

Tendo a tese como ponto de partida, podemos compreender a obra de Collins a partir de dois momentos, ou dois projetos de conhecimento: o primeiro, marcado pelos anos seguintes à publicação de sua tese, em que se debruçou ao estudo da produção intelectual de mulheres negras e sistematização do pensamento feminista negro. O segundo, que representa o momento atual, se caracteriza por uma maior atenção à interseccionalidade como campo de estudo. O que dá liga aos diferentes processos e momentos teóricos de Collins é o forte interesse no tema do poder.

Após a defesa da tese, em 1984, Collins aprofundou sua pesquisa sobre as relações entre raça, gênero e desigualdade nos Estados Unidos, se dedicando, principalmente, aos estudos de mulheres negras e família. Em 1986, Collins publicou o que é, até hoje, uma de suas publicações mais importantes¹⁵:

¹⁴ Em português, *Raça, gênero e a estrutura do mercado de trabalho: dinâmicas organizacionais e estratificação ocupacional em uma economia política urbana*. Tradução nossa.

¹⁵ Segundo Elizabeth Higginbotham, "Os primeiros trabalhos interseccionais de Collins, "Learning from the Outsider Within" (1986) e *Black Feminist Thought* (1990), foram importantes para as acadêmicas feministas negras em nossa batalha contra o essencialismo nos estudos

Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. O artigo, em nossa opinião ainda tão atual, revela aspectos importantes dos elementos metodológicos que compreendem a sociologia de Patricia Hill Collins, alguns dos quais trazemos nesta dissertação, em especial no primeiro capítulo. Após a publicação, Collins seguiu produzindo estudos acerca da realidade de mulheres negras estadunidenses, ampliando seus estudos sobre maternidade, interseccionalidade, poder e conhecimento. O artigo foi traduzido integralmente para o português apenas em 2016, sob o título *Aprendendo com a outsider-within: a significação sociológica do Pensamento Feminista Negro*, por iniciativa e revisão de Joaze Bernardino-Costa. Antes disso, Claudia Pons Cardoso já havia publicado fragmentos traduzidos e comentários em sua tese de doutorado intitulada *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras*, de 2012.

A síntese dessa trajetória de quase 10 anos se dedicando especificamente ao estudo das condições de vida de mulheres negras, e às relações de poder, foi apresentada no que é conhecida como sua obra prima, com a primeira edição publicada em 1990, ***Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.*** Este livro talvez seja uma das obras mais emblemáticas dos pensamentos sociológico e feminista contemporâneos. Do ponto de vista metodológico, Collins inova ao desafiar a forma tradicional de fazer sociologia. Ela recorre às experiências coletivas e produções intelectuais de mulheres negras como fontes primárias, não como objeto de pesquisa. Do ponto de vista teórico, Collins investiga as relações entre poder e conhecimento a partir de uma análise mais profunda desse arcabouço que ela entende como uma tradição do pensamento de mulheres negras.

No Brasil a obra ganhou a primeira tradução completa em 2019, pela Editora Boitempo, sob o título *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. O livro foi traduzido por Jamille Pinheiro Dias. Até então, apenas capítulos haviam sido publicados no Brasil. Como Epistemologia Feminista Negra, publicado em *Decolonialidade e*

sobre mulheres”. *Trad. nossa. Texto original:* “Collins’s early intersectional work, “Learning from the Outsider Within” (1986) and Black Feminist Thought (1990), were important to Black feminist scholars in our battle against essentialism in women’s studies” (HIGGINBOTHAM, 2012).

pensamento afrodiaspórico, de Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, e traduzido por Ana Claudia Jaquette Pereira. Também *O poder da autodefinição*, com tradução de Natália Luchini, publicado em 2013. O livro também foi traduzido para o francês (2016), espanhol (1998) e coreano (2009). Capítulos separados foram publicados em japonês (1994), alemão (1993) e polonês (2006). A publicação original, em inglês, ganhou novas edições em 2000 (especial de dez anos desde a primeira edição) e 2009.

Após a publicação original de *Pensamento Feminista Negro*, em 1990, Collins passou a dedicar um tempo ao estudo da sociologia como disciplina e ciência nos Estados Unidos, além de aprofundar suas análises das relações entre raça, gênero e classe. Seus trabalhos seguintes refletem esse esforço. Dois anos após a primeira edição de *Pensamento Feminista Negro*, em 1992, Collins publicou ***Race, class & gender: an anthology***¹⁶. O livro foi organizado em parceria com Margaret L. Andersen, professora de sociologia da Universidade de Delaware, nos Estados Unidos, cujo interesses centrais de pesquisa estão relacionados aos estudos de raça e gênero, tendo sido diretora do *National Advisory Board for the Center for Comparative Studies in Race and Ethnicity*¹⁷ da Universidade de Stanford, na Califórnia. O livro, cuja intenção é ser um livro didático para classes sobre raça, gênero e classe, reúne artigos de importantes intelectuais, dentre os quais destacamos Eduardo Bonilla-Silva, Audre Lorde, Cornel West e Patricia Williams. Além disso, contém textos escritos em conjunto por Collins e Andersen.

Em ***Fighting Words: black women and the search for justice***¹⁸, publicado em 1998, Collins aprofunda alguns dos temas introduzidos até aqui, como o conceito de outsider-within. Ela faz um estudo sobre as relações entre a sociologia, as universidades e a produção e reprodução de desigualdades, moldadas pelo racismo, machismo e exploração de classe, por meio do conhecimento. Collins traça uma trajetória de mulheres negras na academia estadunidense e coloca o pensamento feminista negro em perspectiva com outros projetos intelectuais, em especial o afrocentrismo e o pós-modernismo.

¹⁶ Em português, *Raça, classe e gênero: uma antologia*. Tradução nossa.

¹⁷ Em português, Conselho Nacional do Centro de Estudos Comparativos em Raça e Etnicidade. Tradução nossa.

¹⁸ Em português, *Palavras de Ataque: mulheres negras e a busca por justiça*. Tradução nossa.

A partir do início dos anos 2000, Collins passou a se dedicar aos estudos sobre nação e às complexidades das relações de poder que envolviam os desafios do momento em que escreveu. ***Black Sexual Politics: african americans, gender and the new racism***, de 2004, e ***From Black Power to Hip Hop; racism, nationalism, and feminism***¹⁹, 2006, representam o esforço de Collins de analisar mais profundamente as relações interseccionadas de poder, abrangendo com mais precisão os temas de nação, sexualidade, família e juventude. As duas obras também são marcadas por uma análise mais acentuada sobre as relações raciais nos Estados Unidos no contexto do racismo *colorblind*. Em *Black Sexual Politics*, Collins apresenta uma análise mais elaborada sobre o chamado *novo racismo*, além de elaborar mais diretamente sobre a questão da sexualidade em perspectiva com outros sistemas de poder e tratando de temas como masculinidade negra e relações afetivas entre mulheres negras. O livro foi traduzido para o português em 2022, por Ana Carolina Correia Santos das Chagas, e publicado pela Editora Via Verita sob o título *Política Sexual Negra: afro-americanos, gênero e o novo racismo*. Em *From Black Power to Hip Hop*, Collins apresenta uma análise profunda sobre as ideias de raça e nação nos Estados Unidos. Ela também faz um debate sobre o movimento de mulheres negras e os desafios do que ela chama de “geração hip-hop”.

Em 2005, Collins passou a dar aulas na Universidade de Maryland - College Park, onde ficou até se aposentar, em 2017. Desde então, Collins é Professora Emérita da universidade, título que possui também pela Universidade de Cincinnati desde 2005.

Em 2009, Collins publicou ***Another Kind of Public Education: race, schools and democratic possibilities***²⁰, uma obra diferente do que havia publicado até então. Aqui o seu tema é especificamente a educação e, diferente dos trabalhos anteriores, em que há uma predominância da análise de mulheres

¹⁹ Em português, *Do 'Black Power' ao Hip Hop: racismo, nacionalismo e feminismo*. Tradução nossa. Collins utiliza o termo Black Power como referência à geração que viveu sob a conjuntura política das lutas por Direitos Civis nos Estados Unidos durante os anos 1960. Como diz respeito a um contexto específico, não o traduzimos. Em tradução literal, no entanto, Black Power significa Poder Negro.

²⁰ Em português, *Outro tipo de educação pública: raça, escolas e possibilidades democráticas*. Tradução nossa.

negras, Collins aqui faz um debate a partir da juventude e das escolas, ainda que o debate de gênero esteja presente na obra. É o primeiro de seus livros em que seu olhar está direcionado para as salas de aula nas escolas. Aqui Collins debate o racismo como sistema de poder e é onde ela publica a síntese da sua heurística sobre o poder, que apresentaremos no segundo capítulo. É onde define a versão mais atual do seu modelo dos domínios do poder e, por esta razão, obra central nesta dissertação.

O ano de 2009 também marca o ano em que Patrícia Hill Collins foi eleita a centésima presidenta da American Association of Sociology (ASA). A primeira mulher negra a presidir a associação. A conferência anual que organizou teve como tema *The New Politics of Community*²¹. Collins publicou artigo homônimo em que discorre sobre as dimensões política e teórica do constructo de comunidade. Outro tema relevante para nosso trabalho, que abordaremos no terceiro capítulo..

*On Intellectual Activism*²², publicado em 2012, representa, em nossa opinião, um ponto de virada²³ importante no trabalho de Collins. Até sua publicação, Collins concentrou esforços em analisar como se estruturam e organizam as relações de poder, com destaque para a relação entre poder e conhecimento e os temas específicos relacionados à desigualdade racial, em especial a vivenciada por mulheres negras. Nesse sentido, *On Intellectual Activism* reúne artigos que introduzem os temas que Collins havia tratado até então: feminismo negro, sociologia do conhecimento, educação crítica, política racial e ativismo intelectual. Entre 1984 e 2012 esses foram os temas gerais mais aparentes na produção acadêmica de Collins.

Após a publicação de *On Intellectual Activism*, Collins passou a se debruçar com mais centralidade sobre o estudo da interseccionalidade como teoria social crítica. Nos trabalhos que publicou a partir daí, Collins elaborou

²¹ Em português, *Novas políticas da comunidade*. Tradução nossa.

²² Em português, *Sobre ativismo intelectual*. Tradução nossa.

²³ Falamos em ponto de virada porque o trabalho de Collins publicado após 2012 se concentra, principalmente, no tema da interseccionalidade. Se formos literais, podemos dizer que o trabalho de Collins é marcado, na verdade, por pontos de continuidade, em especial porque segue atualizando e aprimorando conceitos e temas que, como mostramos, vem trabalhando desde, pelo menos, o fim de sua graduação. Esses temas seguem orientando a forma como produz conhecimento, inclusive sobre a interseccionalidade.

contribuições à interseccionalidade como campo de estudos. Em 2015, publicou ***Intersectionality's Definitional Dilemmas***²⁴. No artigo, Collins apresenta uma genealogia da interseccionalidade e as bases de seu pensamento sobre a interseccionalidade como campo de estudo, categoria analítica e praxis crítica (COLLINS, 2015).

Em 2017, Collins publicou uma primeira síntese mais densa sobre o tema, ***Intersectionality***. A obra é resultado de um processo dialógico com a socióloga canadense, e coautora do livro, Sirma Bilge, da Universidade de Montréal, no Canadá. Bilge, assim como Collins, é uma intelectual com amplo interesse pelos temas da interseccionalidade e do poder, e pelo campo da teoria racial crítica. Sua produção sobre a interseccionalidade é vasta. Em 2020, a Editora Boitempo publicou a primeira versão em português do livro, traduzida por Rane Souza, sob o título de *Interseccionalidade*.

Seu livro mais recente foi publicado em 2019: ***Intersectionality as critical social theory***, é um marco no trabalho de Collins tanto no campo da interseccionalidade, quanto na sociologia. Ela analisa a interseccionalidade como teoria social crítica e a coloca em perspectiva com diversos projetos de conhecimento, com destaque para o pragmatismo estadunidense, a Escola de Frankfurt, os estudos culturais britânicos, o pós estruturalismo e as teorias pós coloniais. Considerando o lapso temporal entre a primeira edição de *Pensamento Feminista Negro*, em 1990, e sua primeira tradução integral para o português, em 2019, *Intersectionality as critical social theory* foi rapidamente traduzido. Foi publicado em 2022, também pela Editora Boitempo, sob o título *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. A tradução é de Bruna Barros e Jess Oliveira.

Alguns pontos são característicos da obra de Collins. Primeiro, ela enfatiza a centralidade da tensão criativa entre teoria e práxis como parte da sua produção de conhecimento. Isso se torna perceptível pela importância que Collins dá às experiências. Sejam suas próprias, apresentadas ao longo de seu trabalho através da vastidão de exemplos trazidos dos anos como ativista intelectual. Sejam as experiências organizadas em torno da tradição intelectual

²⁴ Em português, *Dilemas de definição da interseccionalidade*. Tradução nossa.

de mulheres negras, representada como fonte central em seus trabalhos, com grande destaque para Pensamento Feminista Negro.

Segundo, Collins produz teoria a partir de processos dialógicos com múltiplos pontos de vista, o que é perceptível em trabalhos como *Pensamento Feminista Negro*, onde Collins estabelece diálogos com outras mulheres negras, ou em *Intersectionality as critical social theory*, em que ela amplia os diálogos com outros projetos de conhecimento. É importante destacar que Collins não busca dialogar apenas com ideias que se aproximam das suas. Para ela, “usar uma metodologia dialógica requer estar preparada para o conflito. Diálogos [...] podem sinalizar antagonismos profundamente enraizados e que se originam de interesses distintos” (BERNARDINO-COSTA; JAQUETTO PEREIRA, 2021, p. 1093).

Terceiro, Collins (2009, p. 132) se afirma como “fundamentalmente uma professora”²⁵ e, portanto, ela não parece muito interessada em produzir abstrações teóricas que possam ser entendidas apenas pelas elites acadêmicas. Pelo contrário, Collins adota uma perspectiva educativa sobre seu próprio trabalho. Como ela afirma, “acho que uma característica marcante do meu trabalho é a acessibilidade, ou seja, a capacidade de tornar ideias complexas acessíveis” (BERNARDINO-COSTA; JAQUETTO PEREIRA, 2021, p. 1091). Cabe destacar que Collins tem a habilidade de complexificar, mais ou menos, de acordo com o público com quem ela quer falar diretamente. *Pensamento Feminista Negro* e *Another Kind of Public Education*, por exemplo, são livros em que Collins usa uma linguagem que a permita dialogar, respectivamente, com as mulheres negras e com os jovens negros. *Fighting Words*, por sua vez, é uma obra com a qual Collins pretende dialogar diretamente com a academia, o que torna a leitura um pouco mais complexa para o público geral.

Por fim, Collins coloca seu trabalho, e sua própria vida, a serviço da justiça social: “é assim que eu definiria o trabalho da minha vida: usar o poder das ideias para promover projetos de justiça social”²⁶ (COLLINS, 2012, p. 146). Por isso, sua preocupação central com o tema do poder. Collins se dedicou a

²⁵ Trad. nossa. Texto original: “fundamentally a teacher”

²⁶ Trad. nossa. Texto original: “that’s how I would frame out my life’s work: using the power of ideas to advance social justice projects”.

desvendar o poder, propondo maneiras de entender sua organização e de reagir às injustiças causadas por relações desiguais de poder. E Collins é muito incisiva quanto a isso. A única forma de combater as injustiças é pela justiça social para todas e todos.

INTRODUÇÃO

Patricia Hill Collins, considerada uma das mais importantes intelectuais em atuação na sociologia, dedica sua produção intelectual e acadêmica ao estudo do poder. Ao longo de sua trajetória, Collins analisou não apenas como o poder opera, mas como ele se organiza. Mais importante, ela tem pensado em como resistir às injustiças sociais produzidas por desigualdades de poder marcadas por sistemas como o racismo, o machismo, a opressão de classe e o sexismo. Em suma, ela busca “falar a verdade frente ao poder”, ou seja, contestar as ideias hegemônicas sobre as relações de poder; e também “falar a verdade às pessoas”, que significa apresentar novas ideias sobre o poder, rompendo com visões que privilegiam os interesses das elites (COLLINS, 2012, p. xi-xv).

Nascida em 1948, na Pensilvânia, Estados Unidos, Collins vivenciou processos históricos determinantes para a forma como pensa. Seu pai, Albert Hill, era trabalhador de fábrica e veterano da II Guerra Mundial. Sua mãe, Eunice Randolph Hill, era secretária do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Como uma menina negra, filha de pai e mãe negros da classe trabalhadora, Collins teve sua infância e adolescência marcadas por uma conjuntura de segregação explícita que determinou a organização social nos Estados Unidos até meados dos anos 1960. Ao mesmo tempo em que vivenciou as dificuldades de ser quem era, tendo sido constantemente silenciada durante sua infância e adolescência, viu florescerem os processos que orientavam o movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos que conquistou vitórias significativas no campo legal.

Quando, em 1965, iniciou sua graduação em sociologia na Universidade Brandeis, em Waltham, Massachusetts, Collins encontrou um cenário aparentemente promissor. O sentimento trazido pela geração de ativistas que conquistou vitórias como a decisão sobre *Brown v. Board of Education of Topeka*, que extinguiu a segregação na educação, e o *Civil Rights Act de 1964*, que ampliou direitos de cidadania à população negra nos Estados Unidos, foi o de esperança. Como afirma Audre Lorde²⁷ (2019, p. 172), “os movimentos pelos

²⁷ O trabalho de Lorde é, inúmeras vezes, referenciado na obra de Patricia Hill Collins.

direitos civis e o Black Power reacenderam possibilidades para os grupos marginalizados”. Muito se esperava desse novo momento. As expectativas de igualdade, no entanto, se viram frustradas pelo que Collins chama de uma dessegregação imperfeita.

A manutenção da lógica de segregação racial nos Estados Unidos, a partir da falsa ideia de que não existe mais racismo na sociedade, ou seja, de que o racismo “é coisa do passado”, aprofundou e mascarou as condições de desigualdade racial. Grupos raciais com menos poder, em especial negras e negros, se viram enclausurados em uma lógica contínua de exclusão e negação de direitos. Ironicamente, essa clausura, sob a lógica do *novo racismo*, assume uma forma cruelmente literal, visto que as prisões estadunidenses são, desproporcionalmente, lotadas de corpos negros.

Nos anos que se seguiram à sua graduação em Brandeis, Collins passou por um mestrado em educação em sociologia, na Universidade Harvard, em Boston, Massachusetts. Formada, ela passou a lecionar educação na Escola Comunitária St. Joseph, em Roxbury, um dos bairros mais negros de Boston. Em Roxbury, Collins não foi apenas professora da universidade, mas se envolveu com o trabalho comunitário nas escolas, onde experimentou de perto a realidade das comunidades segregadas e o papel das escolas na reprodução da dominação racial.

Tudo isso - o silenciamento vivenciado desde a infância, sua experiência como professora, no trabalho comunitário, a maternidade - moldou as preocupações intelectuais de Collins. Desde seu doutorado²⁸, ela tem se dedicado a investigar e produzir teoria sobre o poder. Nesse contexto, Collins, em diálogo com diversas tradições teóricas, buscou compreender como o poder opera e se organiza. Collins tem estabelecido diálogos especialmente com a tradição intelectual de mulheres negras, recorrendo aos escritos, ao conhecimento popular, à oralidade e à arte para centralizar o ponto de vista dessas mulheres em sua análise. Dentre elas, destacamos os trabalhos de

²⁸ Não quer dizer que Collins só produziu intelectualmente durante, ou após, o doutorado. Usamos o doutorado como marco temporal por sua tese ser o trabalho mais antigo a que tivemos acesso. Importante destacar, no entanto, que a obra de Collins está repleta de relatos sobre sua própria trajetória.

Ângela Davis, Bessie Smith, Audre Lorde, Ida B. Wells, Sojourner Truth, Maria W. Stewart, Zora Neale Hurston.

Collins também dialoga com importantes trabalhos, dentre outros, como os de Karl Marx, Max Weber, W.E.B. DuBois, na sociologia; a perspectiva do pragmatismo americano, em especial a teoria de John Dewey; na filosofia, especialmente nos estudos sobre o poder, com Michel Foucault e Antônio Gramsci.

A partir desses diálogos, Collins compreendeu que o poder opera a partir de diferenças de poder baseadas em raça, gênero, classe, sexualidade, nação e idade. Também que o poder organiza relações de poder estabelecidas com base numa matriz de dominação. Essa matriz, por sua vez, organiza o poder em domínios interdependentes de poder: o estrutural, o disciplinar, o cultural e o interpessoal. Collins buscou, também, investigar as bases que podem catalisar a resistência às desigualdades e injustiças geradas por sistemas de poder que perpetuam a opressão contra grupos historicamente com menos poder. Ela analisa o potencial da educação como ferramenta contra as injustiças e aposta em políticas de coalizão baseadas em empatia e na luta por justiça social.

Nossa hipótese, portanto, é que Collins concebe a ideia de poder como forma não apenas de identificar as injustiças, mas de resistir a elas. Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é o de identificar e analisar como Collins articula o tema do poder. Mais especificamente, pretendemos observar três temas: primeiro, como Collins compreende a operação do poder e a partir de quais caminhos? Segundo, como o poder se organiza? Por fim, como resistir às injustiças promovidas por relações desiguais de poder?

Para responder a essas questões, realizamos uma pesquisa bibliográfica a partir da obra de Patricia Hill Collins. Os principais aportes a este trabalho foram encontrados²⁹ nos seguintes livros: *Black Feminist Thought* (1990), *Fighting Words* (1998), *Black Sexual Politics* (2004), *From Black Power to Hip Hop* (2006), *Another Kind of Public Education* (2009), *On Intellectual Activism* (2012) e *Intersectionality as critical social science* (2022a). Além dos livros que Collins assina sozinha, recorreremos também aos projetos coletivos

²⁹ Listados por ordem de publicação, não de importância para este trabalho. Estão citados os anos de publicação das primeiras edições. Para a realização desta dissertação, usamos as versões mais atualizadas das obras.

desenvolvidos com as professoras Margaret L. Andersen, *Race, class & gender: an anthology* (1995) e Sirma Bilge, *Intersectionality* (2017);

Dentre a variedade de artigos publicados por Patricia Hill Collins, selecionamos aqueles onde acreditamos que a autora aprofunda conceitos centrais para este trabalho³⁰: *Learning from the outsider within: the sociological significance of Black Feminist Thought* (1986), *The new politics of community* (2010), *The difference that power makes: intersectionality and participatory democracy* (2017), *The new politics of community revisited* (2020). Recorremos, também, aos trabalhos de comentadoras/es da obra de Collins, entrevistas, e palestras em vídeos. Como o trabalho de Collins está publicado predominantemente em inglês, parte do nosso trabalho envolveu o processo de tradução.

Por que Patricia Hill Collins?

Meu primeiro contato com Patricia Hill Collins foi durante a quinta edição da Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça dos Institutos Federais (SERNEGRA), no Instituto Federal de Brasília, em 2016. Na época, como ativista negro de um coletivo de juventude, tive, junto a outros dois colegas, a oportunidade de fazer algumas perguntas no fim do evento. Donald Trump havia acabado de se eleger presidente com uma agenda de extrema direita e o apoio dos grupos mais conservadores, dentre eles grupos declaradamente supremacistas brancos. Collins falou sobre os desafios que seriam enfrentados naquela conjuntura, destacando o papel de jovens ativistas negros do movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) e nos avanços recentes na organização do movimento negro nos Estados Unidos.

Enquanto falava, Collins citou alguns de seus trabalhos, dentre os quais *Aprendendo com a outsider-within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, que havia sido recentemente traduzido publicado por Joaze Bernardino-Costa – orientador dessa dissertação. Pouco tempo depois, li o artigo e, a partir dele, desenvolvi um interesse especial pelo trabalho de Collins. O que encontrei em minhas leituras iniciais foram provocações ao meu próprio modo

³⁰ Também listados por ordem de publicação, não de importância para este trabalho.

de ver o mundo. Me permito dizer que essas provocações mudaram profundamente a forma como eu compreendia tanto o mundo, quanto minha própria posição nele. Esta dissertação foi a minha forma de ampliar o campo dessas provocações, analisando mais profundamente a obra de Patricia Hill Collins e buscando novas formas de questionar no mundo.

Patricia Hill Collins é uma intelectual que possui um trabalho consistente o bastante para que seja reconhecida dentre os nomes mais importantes da sociologia contemporânea. No entanto, acreditamos que o pensamento de Collins ainda não circulou em sua totalidade, em especial no Brasil. Collins é comumente definida como uma feminista negra, ou uma intelectual feminista. Não que isso, por si só, não seja relevante. A verdade, no entanto, é que Collins se define de muitas formas: professora, mãe, feminista negra, ativista intelectual (COLLINS, 2009; 2012; 2019a). Ou seja, ela não é nenhuma dessas coisas isoladamente, ao mesmo tempo em que ela é todas essas coisas de forma complementar. Pretendemos, com esse trabalho, trazer uma leitura de Collins como educadora, professora. Uma forma de complementar as contribuições atuais sobre o trabalho de Patricia Hill Collins e contribuir para a circulação da integralidade de sua obra no Brasil.

A circulação do pensamento de Patricia Hill Collins no Brasil não é recente. No entanto, não fosse o trabalho de intelectuais feministas negras como Luiza Bairros (1995) e Sueli Carneiro (1995), por exemplo, que ainda nos anos 1990 trouxeram, por meio de seus trabalhos, fragmentos importantes do trabalho de Patricia Hill Collins para o Brasil, não teríamos tido contato com o trabalho de Collins até 2007, quando foi publicada a primeira tradução em português (BUENO, 2020; FIGUEIREDO, 2017). Ou ainda os trabalhos de Claudia Pons Cardoso (2012) e de Jurema Werneck (2007). O primeiro artigo traduzido foi o *Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana (2007)*. Destacamos, também, a tradução de *O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso*, traduzido por Ângela Figueiredo e Jesse Ferrell. Apenas em 2019 um de seus livros ganhou uma tradução completa no Brasil: *Pensamento Feminista Negro*, traduzido pela Boitempo, que também publicou as edições brasileiras de Interseccionalidade, com Sirma Bilge e *Bem Mais que Ideias* (Intersectionality as critical social science). Recentemente, também foi traduzido *Política Sexual Negra*, pela editora Via Verita.

Collins também já participou de uma série de eventos no Brasil. Em junho de 2003, participou de seminários em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia como parte de pesquisa intitulada “*A nova cara social do Brasil*”³¹. Em 2014, Collins proferiu palestra intitulada “*Nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar: lições do feminismo negro*” no Festival Latinidades, em Brasília. Em 2016, participou do SERNEGRA, também em Brasília, com a palestra: *Resisting Anti-Black Racism: Black Feminism, Intersectionality and Everyday Activism*. Em 2017, esteve em São Paulo para uma conferência sobre racismo e descolonização. Em 2018, Collins veio ao Brasil como especialista da Fundação Fulbright na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Neste mesmo ano, a autora participou da Feira Literária Internacional de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Em 2019, Collins participou prioritariamente de eventos promovidos por sua editora, a Boitempo, na ocasião da publicação da edição brasileira de *Pensamento Feminista Negro*. No momento em que concluímos esta dissertação, Patricia Hill Collins está mais uma vez no Brasil como especialista da Fulbright, desta vez na Universidade Federal de São Paulo.

Além dos encontros presenciais, Collins participou de uma série de eventos virtuais, como o *Encontro com Patricia Hill Collins* conduzido por Ângela Figueiredo e com participação de Thiago Amparo e Vilma Reis³². A entrevista encerrou uma série de quatro aulas promovidas pela editora Boitempo com comentadoras da obra de Patricia Hill Collins, como Ângela Figueiredo³³, Winnie Bueno³⁴ e Núbia Regina Moreira³⁵.

Sobre os trabalhos dedicados à análise mais aprofundada da obra de Patricia Hill Collins no Brasil, até o momento, encontramos três dissertações de mestrado: o primeiro, *O pensamento feminista negro: contribuições de Patricia Hill Collins*, de Raquel Suely Cardoso da Conceição, defendido em 2018 na Universidade Federal de São Paulo. Um ano depois, em 2019, Winnie de Campos Bueno defendeu, no mestrado em direito da Universidade do Vale do

³¹ Trad. nossa. Texto original: “The new social face of Brazil”.

³² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ayU_Pfli0rU&t=6s. Acesso em 2/5/2023.

³³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BbEqW0vvF9Q>. Acesso em 2/5/2023.

³⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8YXGAJC-oT8&t=14s>. Acesso em 2/5/2023.

³⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J00s7HlIcGg>. Acesso em 2/5/2023.

Rio dos Sinos, *Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle*. Em 2020, Fernanda de Souza Gomes defendeu a dissertação intitulada *O conceito de ponto de vista (standpoint view) em Patricia Hill Collins* na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, essa dissertação é o quarto trabalho do tipo publicado no Brasil - importante lembrar que outros trabalhos, como o de Pons Cardoso, já abordaram análises sobre a teoria de Collins, em especial com centralidade no referencial teórico. A diferença das dissertações citadas é que buscam compreender especificamente o trabalho de Collins. Podemos dizer, nesse sentido, que um dos objetivos deste trabalho é o de contribuir para a circulação do trabalho de Patricia Hill Collins no Brasil. Esperamos abrir pontes de diálogo com os trabalhos contemporâneos sobre o poder e sistemas de poder como o racismo, o sexismo e a exploração de classe.

Visão geral dos capítulos

No Capítulo 1, *Desvendando o poder: aspectos metodológicos da sociologia de Patricia Hill Collins*, buscamos identificar os elementos que orientam a abordagem de Patricia Hill Collins sobre o poder. Acreditamos que três elementos são centrais. Primeiro, a relação que Collins estabelece entre as experiências vividas e o pensamento sociológico tradicional; segundo, a atenção que Collins dá ao ponto de vista coletivo de mulheres negras; por fim, a interseccionalidade. Buscamos, aqui, explicitar os caminhos que levam Collins a entender como o poder opera a partir de opressões interseccionais baseadas em gênero, classe, raça, nação, sexualidade.

No Capítulo 2, *“Falando a verdade frente ao poder”*: racismo, desigualdade e poder, buscamos entender como, sob a perspectiva de Collins, o poder se organiza. A partir das experiências da própria Collins como professora - as quais ela apresenta em *Another Kind of Public Education* - buscamos analisar a heurística do poder de Collins, que compreende a ideia de uma matriz de dominação que se organiza a partir de quatro domínios do poder: estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal. Aqui, apresentamos brevemente os diálogos

que Collins estabelece especialmente com Karl Marx, Max Weber, Michel Foucault, John Dewey e Antônio Gramsci, importantes pensadores do poder e do conhecimento.

Por fim, em *“Falando a verdade às pessoas”: resistir é preciso, transformar é possível, educar é o caminho!*, Capítulo 3, apresentamos mais a fundo as ideias de Collins sobre as comunidades e como as escolas podem ser espaços onde a resistência às injustiças e desigualdades sociais pode ser construída. Destacamos, em especial, o papel da educação crítica na luta por justiça social. Buscamos analisar, também, como a empatia pode promover coalizões poderosas.

Concluimos que Patricia Hill Collins desenvolveu um modelo para se pensar o poder tanto como dominação quanto como resistência. Em outras palavras, compreender como opera a dominação é um caminho para pensar a resistência política e a luta mais ampla por justiça social para os grupos subordinados. Enquanto houver dominação não haverá liberdade. E como disse Collins na ocasião do Festival Latinidades em 2014, referenciando Ella Baker³⁶, “nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar”.

³⁶ Ativista pelos Direitos Civis nos Estados Unidos

CAPÍTULO I – Desvendando o poder: aspectos metodológicos da sociologia de Patricia Hill Collins

O controle da voz tem sido uma arma poderosa contra a agência dos grupos oprimidos em todo mundo (COLLINS, 2019a). É uma das variadas formas de manutenção das estruturas de poder que organizam a sociedade capitalista. Historicamente, essas estruturas operam para destituir os grupos com menos poder do seu direito de contar não só as suas próprias histórias, mas também de vocalizar suas reflexões sobre o mundo. Consequência disso é que o conhecimento produzido do ponto de vista das elites, dos poderosos, reafirma posições de hierarquia social e define como universal suas histórias, costumes, crenças e valores. Por outro lado, busca consagrar como verdadeiras visões distorcidas sobre aquele tido como o *outro*, com o objetivo de justificar e manter sua dominação. De acordo com Patricia Hill Collins (1998, p. 44-45),

“Feitos para representar os interesses daqueles privilegiados pelo poder hierárquico de relações de raça, classe econômica, gênero, sexualidade e nacionalidade, os discursos da elite apresentam uma visão da realidade social que eleva as ideias e ações de homens brancos altamente educados como normativas e superiores. Deste modo, discursos elitistas mensuram as conquistas de todos à luz do quanto eles se desviam desse ideal. Por exemplo, teorias sociais retratando pessoas negras como intelectualmente interiores, inclinadas a cometer crimes e sexualmente desviadas emergiram em conjunção com sistemas de exploração como escravidão; segregação política, econômica e jurídica; colonialismo e apartheid”³⁷

A visão de mundo, em que as elites compreendem a si mesmas como *universal/moderno* e os grupos oprimidos são definidos externamente como o *outro/primitivo*, bem como as hierarquias definidas pelo colonialismo, persistem

³⁷ Trad. nossa. Texto original: “Designed to represent the interests of those privileged by hierarchical power relations of race, economic class, gender, sexuality, and nationality, elite discourses present a view of social reality that elevates the ideas and actions of highly educated White men as normative and superior. Thus, elite discourses measure everyone else’s accomplishments in light of how much they deviate from this ideal. For example, social theories portraying Black people as intellectually inferior, criminally inclined, and sexually deviant emerged in conjunction with systems exploitation such as slavery, de facto of political and economic and de jure segregation, colonialism, and apartheid.”

até hoje (COLLINS, 2012; 1998. KILOMBA, 2020). Dicotomias como a colocada entre o que é *universal* e o que é o *outro* podem se tornar “o eixo filosófico central em sistemas de opressão de raça, classe e gênero” (COLLINS, 2016, p. 106) e, a partir dessa visão binária, definem posições de superioridade e subordinação. De acordo com Grada Kilomba (2020, p. 52), essas posições “possuem uma dimensão de poder que mantem posições hierárquicas, preservam a supremacia branca [...] e enfatiza uma hierarquia violenta que determina *quem pode falar*”.

De fato, como aponta Collins (2019a), os grupos oprimidos sempre tiveram voz. No entanto, foram sistemática e historicamente silenciados. Não à toa, diversas formas de organização social³⁸ no capitalismo foram desenvolvidas como formas de controle do conhecimento, mas com o mesmo objetivo: a manutenção da dominação racial, sustentadas por teorias que justificam essa dominação. As formas de controle sobre o conhecimento, ou seja, sobre quem o produz e quem o valida se ajustaram ao longo do tempo para manter brancos como *sujeitos* e negras e negros como *objetos* de conhecimento (COLLINS, 1998).

Em áreas acadêmicas variadas – como a biologia, o direito, a sociologia e a psicologia, para citar algumas –, teorias sobre raça emergiram como ideologias sobre a inferioridade social e racial de negras e negros. A leitura que Patricia Hill Collins faz sobre a participação de mulheres negras, especificamente, na sociologia estadunidense pode ajudar a exemplificar o tratamento dado aos grupos oprimidos em instituições de validação de conhecimento, como as universidades, em variadas áreas (COLLINS, 1998).

Primeiro, até a década de 1960, teorias baseadas em dicotomias entre o *moderno* e o *pré-moderno*, a partir da teoria da modernização em combinação com aquilo que podemos nomear como racismo cultural (WALLERSTEIN, 2006, p. 96-97), eram dominantes. Neste período, o número de mulheres negras na sociologia estadunidense permaneceu irrisório. Como consequência, o conhecimento produzido sobre estas mulheres refletia menos a realidade delas e mais as visões distorcidas e dominantes de uma minoria legitimada para produzir conhecimento. Segundo Collins, mulheres negras foram definidas, na

³⁸ Tais como o “colonialismo, imperialismo, escravidão, apartheid e outros sistemas de dominação racial” (COLLINS, 2012)

sociologia, como criminosas, imorais e sexualmente degeneradas. Embora algumas poucas tenham se tornado doutoras neste período, quase nada foi publicado, o que indica que os padrões de validação do conhecimento seguiam excluindo estas vozes (COLLINS, 1998).

A partir dos anos 1960, em um contexto marcado pela dessegregação³⁹ da sociedade estadunidense, da educação e, conseqüentemente, da sociologia, mulheres negras, ainda que poucas, encontraram mais espaço na disciplina. Mobilizando recursos da própria sociologia, em uma suposta aceitação do conhecimento tido como universal elas contestaram essa visão incluindo elementos de sua própria realidade na análise sociológica. Por outro lado, mobilizando como métodos os processos de *autodefinir* e *autoavaliar*, mulheres negras produziram conhecimento crítico e desafiaram o pensamento sociológico tradicional (COLLINS, 1998). Importante definirmos aqui a *autodefinição*, que diz respeito ao processo de contestação das ideias que produzem e reproduzem visões distorcidas e controladoras sobre as experiências de grupos subordinados. Ao mesmo tempo, significa produzir novas ideias, que reflitam a verdade sobre as experiências desses grupos. A *autoavaliação*, por sua vez, se refere ao processo de substituir as ideias externamente definidas por novas ideias que reflitam o conteúdo das autodefinições. (COLLINS, 2016, p. 102). Em ambos os processos, os próprios processos de validação do conhecimento devem ser contestados.

Por fim, as décadas de 1970 e 1980 significaram um aumento exponencial no número de mulheres negras na sociologia estadunidense. Mais numerosas, elas tinham condições de “alcançar uma massa crítica na sociologia”

³⁹ No contexto dos movimentos pelos direitos civis nos anos 1960, os Estados Unidos fizeram mudanças significativas nos mecanismos que mantinham a segregação jurídica e espacial. A dessegregação é marcada pela ascensão da ideia de uma sociedade que “não vê cor”, baseada nos avanços nos direitos civis para a população negra. De acordo com Collins, “em contraste com a lógica de segregação racial, o novo racismo da era pós Direitos Civis impulsiona uma ideologia de integração racial que muitos descrevem como racismo colorblind. [...] Uma característica distintiva do novo racismo é como ele continua dependendo de uma lógica de segregação que mascara seu funcionamento” (COLLINS, 2012, p. 33). O trabalho *Racismo sem racistas*, de Eduardo Bonilla-Silva, oferece contribuições importantes sobre os contextos de segregação e dessegregação nos Estados Unidos. Segundo ele, “essa nova ideologia tornou-se uma ferramenta política formidável para a preservação da ordem racial” (BONILLA-SILVA, 2020, p. 25)

e “construir novos conhecimentos críticos⁴⁰” (COLLINS, 1998, p. 114). Collins chama atenção para o fato de que, aos olhos dos sociólogos brancos, o maior espaço de mulheres negras e outros grupos oprimidos na sociologia significaria uma suposta “deterioração” do campo já que, supostamente, utilizavam de métodos qualitativos para a produção sociológica, algo mal visto na sociologia tradicional (COLLINS, 1998).

Em contraponto aos métodos quantitativos enfatizados pela sociologia, o movimento de mulheres negras de trazerem suas experiências para a análise sociológica aparentemente significava que estavam produzindo a partir de metodologias unicamente qualitativas. Por um lado, isso configurava um desafio a estas mulheres de “teorizarem⁴¹ a partir de posições práticas informadas por intersecções de raça, classe e gênero e ainda encontrarem formas de fazer isso sem depender unicamente de métodos qualitativos” (COLLINS, 1998, p. 102). Por outro lado, como aponta Collins,

Rever a participação da sociologia na formatação da modernidade joga luz no porquê a sociologia americana busca se estabelecer como uma ciência usando metodologia quantitativa. Sociedades seculares “modernas” viam a si mesmas como diferentes da maioria das sociedades “primitivas”, enraizadas em superstição e religião, por definirem sua própria forma característica de organização social como “científica”. Ao invés de compreender a modernidade como um pano de fundo passivo para o desenvolvimento da sociologia, ela ajudou a manufatura e legitimou noções de modernidade por meio do conhecimento sobre o primitivo e sobre a biologia feminina. Essas estruturas cognitivas do discurso científico por sua vez permanecem centrais na formatação das políticas públicas elaboradas às pessoas de cor e mulheres. Elas também funcionam bem com o desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, noções de ciência, raça, gênero e modernidade formataram o desenvolvimento de si mesmas (Said 1978; Gilroy 1993). A ciência emergiu nesse contexto, com as denominadas disciplinas de ciências sociais fáceis de sociologia e antropologia estando em uma relação controversa com as denominadas ciências mais complexas, como a física, a química e a

⁴⁰ Trad. nossa. Texto original: “Achieving critical mass and constructing new knowledge”.

⁴¹ Collins (2022a, p. 121) compreende a teorização como o “processo de explicação do mundo social”. Quando este termo for usado nesta dissertação será neste sentido proposto por Collins.

biologia (Ross, 1991). [...] Na prática, o que temos é uma quantitativa, abstrata e objetiva macrosociologia, simbolizando as ciências “complexas” - o masculino, o branco, o sujeito, o universal - justapondo e definindo a si mesma em oposição a uma qualitativa, contextualizada e interpretativa microsociologia referenciada às ciências “fáceis” - o feminino, o negro, o outro, o diferente. (COLLINS, 1998, p. 103-104)⁴²

Retomar o exemplo que Patricia Hill Collins traz sobre a complexa relação entre mulheres negras e a sociologia é especialmente útil para localizar o contexto em que Collins produz seu conhecimento na academia. Collins, como uma socióloga negra, busca responder aos problemas do seu tempo. Tendo adquirido parte da sua expertise sociológica a partir do campo da Sociologia do Conhecimento, parte central da obra de Collins se constitui em compreender as relações entre poder, conhecimento e suas conexões com as opressões, em especial as vivenciadas por mulheres negras.

Nosso objeto aqui não é analisar especificamente as experiências de mulheres negras, mas sim como Patricia Hill Collins articula estas experiências em sua produção sociológica e seu entendimento sobre o poder. Nas próximas páginas deste capítulo, portanto, nosso intuito é apontar elementos que acreditamos fazer parte das ferramentas teóricas e metodológicas que a autora mobiliza. A saber, a ideia de um ponto de vista coletivo de mulheres negras, a relação entre experiência vivida e o conhecimento sociológico tradicional, e a interseccionalidade.

⁴² Trad. nossa. Texto original: “Reviewing the participation of sociology in shaping modernity sheds light on why American sociology aimed to establish itself as a science by using quantitative methodology. “Modern,” secular societies viewed themselves as different from more “primitive” societies rooted in superstition and religion by defining their own characteristic form of social organization as “scientific.” Rather than viewing modernity as a passive backdrop for the development of sociology, sociology helped manufacture and legitimate notions of modernity via knowledge about the primitive and about women’s biology. These cognitive structures of scientific discourse in turn remain central in shaping public policy directed against people of color and women. They also work well with capitalist development. Thus, notions of science, race, gender, and modernity shaped one another’s development (Said 1978; Gilroy 1993). Science emerged in this context, with the so-called soft social-science disciplines of sociology and anthropology being in a contested relation to the so-called hard sciences of physics, chemistry, and biology (Ross 1991) [...] In effect, what we have is a quantitative, abstract, objective macrosociology symbolizing the “hard” sciences—the male, the White, the Subject, the universal—juxtaposed and defining itself in opposition to a qualitative, contextualized, interpretive microsociology referencing the “soft” sciences—the female, the Black, the Other, the Different.” (COLLINS, 1998, p. 103-104)

1.1. ‘Aprendendo com a outsider-within’⁴³: experiência, tradição e ponto de vista na sociologia de Patricia Hill Collins

“Eu não via nada de errado em ser quem eu era, mas aparentemente muitos outros viam. Meu mundo estava se expandindo, mas eu me sentia cada vez menor. **Tentei desaparecer em mim mesma para desviar das dolorosas agressões diárias destinadas a me ensinar que ser uma mulher afro-americana da classe trabalhadora me fazia ser menos do que quem não o era.** À medida que me sentia menor, também me tornava mais e mais calada, até me ver praticamente silenciada”

(Trecho do prefácio à primeira edição de *Pensamento Feminista Negro*. Collins, 2019a, p. 15)

Em *Another Kind of Public Education*, Patricia Hill Collins relata uma experiência que viveu em seu último ano do ensino médio, na Philadelphia High School for Girls, na Pensilvânia, Estados Unidos. Ao ser convidada para discursar no *Dia da Bandeira*, ela precisava refletir sobre o significado que a bandeira, como um símbolo da democracia estadunidense, tinha para ela. Como uma menina negra filha de pai e mãe da classe trabalhadora, que cresceu em um contexto de segregação racial, a realidade que ela via em sua comunidade moldou suas reflexões sobre o significado mais amplo da democracia para a população negra. “*O que a bandeira significa para o meu pai? O que a bandeira significa para a minha mãe? O que a bandeira poderia significar para mim?*” (COLLINS, 2009, p. 1-2).

Observando exemplos de suas experiências particulares, Collins viu que a relação que seus pais, e ela mesma, tinham com a bandeira – ou com a democracia estadunidense – era marcada por injustiças. Seu pai, um veterano da II Guerra Mundial, nunca conseguiu empréstimos bancários a que veteranos brancos tinham acesso. Sua mãe, secretária do Departamento de Defesa, precisou desistir do sonho de se tornar professora de inglês e “passou anos treinando seus chefes, todos homens brancos que normalmente começavam

⁴³ Referência ao título do artigo ‘*Aprendendo com a outsider-within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*’, de Patricia Hill Collins (2016)

como seus subordinados”⁴⁴ (COLLINS, 2009, p. 2). Collins, por mais preparada que estivesse para, finalmente, acessar oportunidades que seus pais não tiveram, sabia que seu preparo e dedicação aos estudos não seriam suficientes. Como ela relata, no bairro onde cresceu, a perspectiva para as mulheres negras era que se tornassem no máximo trabalhadoras domésticas ou secretárias (COLLINS, 2005, p. 95).

Collins trouxe sua experiência para o centro de sua reflexão sobre o significado da bandeira e escreveu o que ela acreditava ser um “discurso discreto e respeitoso”⁴⁵, que representava aquilo que ela acreditava e sentia (COLLINS, 2009, p. 3). Seu discurso era, também, uma tentativa de questionar “as contradições que cercavam a bandeira”. Quando mostrou o que havia preparado à sua professora, ela o corrigiu alterando o real sentido do discurso. Segundo Collins, “o discurso que ela esperava que eu fizesse era uma celebração acrítica do patriotismo americano” e esse discurso ela não poderia fazer. No fim, ela acabou declinando do convite (COLLINS, 2009, p. 3-4).

No episódio do *Dia da Bandeira*, seu sentimento inicial ao ser convidada foi de surpresa. Estudando em uma escola para meninas, de maioria branca, Collins sabia das implicações de falar a partir da perspectiva de uma menina negra, logo, ela se mantinha em silêncio⁴⁶. Ela viu, no entanto, o convite para discursar como uma oportunidade: “após anos de silenciamento, que era o custo da minha educação em escolas públicas, eu pensei que meu discurso constituía uma oportunidade dada a mim de quebrar esse silêncio”⁴⁷ (COLLINS, 2009, p. 37). Apesar disso, as alterações feitas por sua professora a lembraram como poderia ser perigoso falar o que ela achava (COLLINS, 2009).

Como muitas negras, negros e outros membros de grupos historicamente oprimidos, Patrícia Hill Collins, ao longo de sua vida, se viu diante

⁴⁴ Trad. nossa. Texto original: “she spent years training her bosses, all of them white men who routinely started out as her subordinates”.

⁴⁵ Trad. nossa. Texto original: “I wrote what I thought was a muted, respectful speech”.

⁴⁶ Nesse caso, o uso do silêncio por Collins foi menos uma plena aceitação do que uma escolha pessoal como forma de preservação. O silêncio era sua arma de sobrevivência. De acordo com Winnie Bueno, “o silêncio nunca deve ser visto como uma forma de submissão quando se trata de mulheres negras. O silêncio, muitas vezes, também é uma ferramenta de resistência” (BUENO, 2020, p. 131).

⁴⁷ Trad. nossa. Texto original: “after years of silencing that was the cost of my public school education, I thought that my speech constituted an opportunity for me to break this silence”.

dos inúmeros mecanismos programados para mantê-la em lugar de subordinação política, social, econômica e intelectual (COLLINS, 2019a). Em outras palavras, para mantê-la em silêncio. O discurso do *Dia da Bandeira* é um exemplo dentre muitos vivenciados por Collins. As sistemáticas formas de inferiorização a que foi submetida a silenciaram, como aponta no prefácio ao *Pensamento Feminista Negro*. Como observa Winnie Bueno (2020, p. 44), “ao se sentir inferior, sua própria voz foi diminuindo, diminuindo ao ponto de se transformar em silêncio”. Ao falar do próprio silêncio, Collins estava falando também do silenciamento vivenciado por outras pessoas e grupos subordinados.

Collins destaca a forma como a sua relação consigo mesma e com a comunidade em que estava inserida foram centrais para seu processo de produção de conhecimento. As experiências individuais de mulheres negras, como o silenciamento, a supressão, em sistemas de poder de raça, gênero e classe, colocadas em contexto, são entendidas como experiências *coletivas*: “hoje sei que minhas experiências não são unicamente minhas” (2019a, p. 15-16). Collins refere-se ao fato de que as experiências vividas por mulheres negras, embora possuam contornos individuais, refletem as posições específicas e definidas para mulheres negras e os grupos subordinados, em geral (COLLINS, 2022).

Como parte da geração de mulheres negras que ocupou espaço na sociologia entre os anos 1960 e 1980, Collins enfrentou desafios importantes, em especial o de trazer suas experiências como mulher negra da classe trabalhadora para o centro da análise sociológica e, ao mesmo tempo, disputar formalmente a sociologia. Outro desafio residia no fato de que, consequência do histórico e sistemático apagamento dos pensamentos de mulheres negras, as informações documentadas disponíveis sobre as experiências de mulheres negras eram escassas. Do ponto de vista pessoal, Collins também buscava recuperar a própria voz (COLLINS, 2019a).

Como resposta a esses desafios, Collins mobilizou um arcabouço teórico com base em fontes supostamente invisíveis para uma sociologia, que estava comprometida com métodos predominantemente quantitativos. Em seu lugar, mobilizou as vozes e experiências vividas de mulheres negras registradas em poemas, músicas, na literatura, no conhecimento popular e nos registros orais

das conversas em espaços familiares e comunitários⁴⁸ (COLLINS, 1988, p. 6). Analisando esses registros, Collins identificou padrões nas experiências de mulheres negras que ela mesma havia vivenciado.

Reivindicar as experiências coletivas de grupos oprimidos significa trazer para o centro, tratando-as como fontes relevantes de conhecimento, histórias que nunca foram contadas de verdade. O conjunto de histórias e conhecimentos de pessoas negras, primariamente das mulheres, é entendido por Patricia Hill Collins como uma tradição, organizada por ela em torno do que entende como Pensamento Feminista Negro. Embora essas histórias não sejam homogêneas, Collins busca compreender quais são os pontos comuns entre elas que afetam coletivamente mulheres negras. A posição distinta que essas mulheres ocupam confere a elas, também, um ponto de vista distintivo e coletivo.

1.1.1. Ponto de vista e posições *outsider-within*

A dicotomia entre o *universal* e o *outro* representa relações de poder baseadas em hierarquias de raça, classe e gênero. Excluído do processo de produção e validação do conhecimento tido como legítimo, o *outro* é, também, um *outsider* nesse processo. Assim como o *outro* só existe como oposição ao *universal*, o *outsider* só faz sentido em uma relação de poder em que exista o *insider* (ELIAS, SCOTSON, 2000). No contexto do capitalismo, em que o mundo dos brancos é entendido como natural, negras e negros sempre estiveram em posição de *outsiders*, enquanto os “donos” do poder eram os verdadeiros *insiders*.

⁴⁸ Dois conceitos são importantes para nomear essas mulheres que, de alguma forma, produzem conhecimentos fora das estruturas tradicionais, como intelectuais. Primeiro, o conceito de intelectual para bell hooks ajuda a entender *de onde* e *para que* essas mulheres produzem conhecimento. Para ela, primeiro “intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla” (hooks, 1995: 468). Da mesma forma, essas mulheres podem ser entendidas como *intelectuais orgânicas*, a partir da contribuição de Antônio Gramsci, que considera como intelectual orgânico aquele que produz conhecimento a partir de uma posição de classe e reflete os interesses e reivindicações do grupo. (GRAMSCI, 2001, p. 28). Em nossa opinião, no entanto quem produz conhecimento de formas não tradicionais e, normalmente, não validadas não é menos intelectual do que aquela/e que produz conhecimento nas instituições tradicionais de conhecimento.

No contexto estadunidense, a partir de onde Collins produz, diversos mecanismos de controle social foram instituídos como forma de manter brancos e negros socialmente separados e classificados entre cidadãos de primeira e segunda classe. Durante a escravização, as diferenças entre brancos e negros se estabeleceram a partir da relação entre escravo e senhor, ou entre proprietário e propriedade. Depois, o regime Jim Crow definiu normas jurídicas que garantiam a distância social no Sul dos Estados Unidos, enquanto no Norte políticas de segregação espacial mantinham negros confinados nos guetos.

Consideradas cidadãs de segunda classe em todos os contextos, mulheres negras sempre foram consideradas *outsiders*. Como negras, enfrentavam os limites hierárquicos de raça. Como mulheres, os de gênero; como trabalhadoras, os de classe. A posição que essas mulheres ocupam na sociedade, a partir da intersecção entre essas três categorias é, portanto, uma posição distinta, a partir de onde se adquire um ponto de vista igualmente distinto. Patricia Hill Collins entende que, embora a posição de *outsiders* sirva, inicialmente, como forma de controlar a voz e a agência dos grupos oprimidos, ela também pode se constituir como uma posição a partir de onde se produz conhecimento distintivo.

Outsiders que se movem, de fora para dentro das barreiras que os separam dos *insiders*, podem encontrar, ainda, uma tensão que pode possibilitar um ponto de vista ainda mais particular. Quando *outsiders* adentram as fronteiras, eles passam a acessar um campo de visão amplo: a partir de um olhar *de fora* e de uma posição distintiva, eles conseguem visualizar detalhes que *insiders* não enxergam. O campo⁴⁹ onde ocorrem as tensões entre posições contraditórias como *insiders* e *outsiders* é definido, por Patricia Hill Collins como uma posição de *outsider-within*, onde se encontram pessoas que não são inteiramente *insiders* nem *outsiders* (COLLINS, 1998)⁵⁰, e que ocupam as

⁴⁹ Usamos o termo *campo* como referência a ideia de campo, em Pierre Bourdieu, como “um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

⁵⁰ A noção de dupla consciência de W.E.B. Du Bois é bastante útil para ilustrar as tensões entre o *ser* e o *não ser*. Para ele, “é uma sensação peculiar, essa dupla consciência, essa sensação de sempre olhar para alguém a partir dos olhos de outros, de medir a alma de alguém pelas lentes de um mundo que olha com desprezo e pena” (DU BOIS, 1989, p. 3).

“fronteiras entre grupos de poder desigual”⁵¹ (COLLINS, 2012, p. 66). O conceito, para Collins, aparece tanto como uma forma de identificar onde ela mesma se encontrava quanto para “nomear, destacar e, deste modo, empoderar mulheres afro-americanas”⁵² (COLLINS, 2012, p. 75).

Retomar aqui o exemplo que Collins apresenta sobre as relações entre mulheres negras e a sociologia estadunidense pode ser útil para visualizarmos sobre como o conhecimento é produzido a partir de posições de *outsider-within*. O contexto de dessegregação das instituições de ensino nos Estados Unidos, iniciado na década de 1960, possibilitou o ingresso de um número significativo de mulheres negras na sociologia. Entrar, no entanto, não conferia integralmente o status de *insiders* na disciplina (COLLINS, 1998, p. 3). As estruturas de validação do conhecimento sociológico permaneciam comandadas por homens brancos e tornar-se ou permanecer um *insider* significava abstrair por completo as formas de fazer sociologia consideradas adequadas (COLLINS, 2016, p. 117). No caso das mulheres negras, elas “teriam de aceitar certas suposições fundamentais e auto depreciadoras [...] e agir de acordo com o seu lugar em uma visão de mundo de homens brancos” (COLLINS, 2016, p. 119). De acordo com Collins,

“Basicamente, para se tornar um *insider sociológico*, as mulheres negras precisam assimilar um ponto de vista que é bastante diferente de seu próprio. Homens brancos têm, por muito tempo, sido o grupo dominante na sociologia e sua visão de mundo sociológico reflete as preocupações deste grupo de praticantes.” (COLLINS, 2016, p. 118)

Ainda que algumas tenham “aceitado ou se rendido acriticamente ao conhecimento dominante”⁵³ (COLLINS, 1998, p. 106), muitas mulheres negras, assumindo seu status como *outsiders-within*, puderam identificar anomalias no discurso sociológico hegemônico que os *insiders* tradicionais não podiam enxergar (PONS CARDOSO, 2012). Segundo Collins,

⁵¹ Trad. nossa. Texto original: “the edges between groups of unequal power”

⁵² Trad. nossa. Texto original: “name, highlight, and thereby empower African American women.”

⁵³ Trad. nossa. “Texto original: “uncritically accepts or ‘surrenders’ to prevailing wisdom.”

“os insiders sociológicos tradicionais, quer sejam homens brancos ou seus discípulos não brancos e/ou discípulas, certamente não estão em posição de perceber as anomalias específicas que são nítidas para as mulheres afro-americanas, pois esses mesmos *insiders sociológicos* produziram essas anomalias” (COLLINS, 2016, p. 122).

Collins apresenta dois tipos de anomalias identificados a partir da posição de *outsiders-within* de pesquisadoras negras: primeiro, “a omissão de fatos ou de observações sobre mulheres afro-americanas nos paradigmas sociológicos” (COLLINS, 2016, p. 119). Grande parte do que em tese se produzia sobre mulheres negras não conseguia nem mesmo explicar os problemas sociais que elas, particularmente, enfrentavam. Nos estudos sobre raça, pouco se falava sobre as especificidades das mulheres negras. Nos estudos de gênero se considerava as experiências de mulheres brancas da classe média como comuns a *todas* as mulheres (COLLINS, 1998). É como se “todos os negros fossem homens e todas as mulheres fossem brancas”⁵⁴.

Outra anomalia identificada “diz respeito à distorção de fatos e observações sobre mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 120). A partir do ponto de vista dos *insiders* tradicionais, elas foram definidas como prostitutas, imorais e irracionais. Aspectos da vida dessas mulheres, em relação a temas como trabalho, pobreza, sexualidade e maternidade foram comumente distorcidos, reforçando imagens de controle e posições sociais (COLLINS, 2016, p. 120). Essas imagens, de acordo com Collins, orientavam os estudos realizados nas ciências sociais, inclusive na sociologia. (COLLINS, 1998, p. 101).

A partir da posição como *outsiders-within*, sociólogas negras puderam não apenas identificar essas anomalias, mas desafiar as leituras feitas externamente sobre elas e propor visões alternativas sobre mulheres negras a partir de um ponto de vista autodefinido, mobilizando suas experiências como fontes primárias (WERNECK, 2007). Para Collins, pesquisadoras negras que produzem sínteses a partir da conjunção crítica entre métodos e paradigmas da sociologia e a centralidade das experiências de mulheres negras “estão em

⁵⁴ Referência ao título da coletânea organizada por Gloria T. Hall, Patricia Bell Scott e Barbara Smith *All the Women are White, All the Blacks are Men, but Some of us are Brave* (HALL, SCOTT e SMITH, 1982)

posição melhor para trazer uma perspectiva especial, não apenas para o estudo de mulheres negras, mas também para algumas questões fundamentais que a própria sociologia enfrenta” (COLLINS, 2016, p. 122). Para ela,

“Ao contrário de abordagens que exigem submergir essas dimensões do *self* durante o processo de se tornar uma cientista social objetiva, supostamente não enviesada, as *outsiders-within* reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa. **Na melhor das hipóteses, esse status parece oferecer às suas ocupantes um equilíbrio poderoso entre os pontos fortes de seu treinamento sociológico e as contribuições de suas experiências pessoais e culturais.** Nenhum se subordina ao outro. Na verdade, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada.” (COLLINS, 2016, p. 123)

O próprio processo de constituição do conceito de *outsider-within* por Patricia Hill Collins revela esse encontro entre as experiências e a sociologia. Seu ponto de partida foi analisar as experiências das trabalhadoras domésticas (COLLINS, 2016). Ao considerar esse exemplo, Collins observa a relação entre os status de *insiders* e *outsiders* que as mulheres negras possuem. No caso das trabalhadoras domésticas, mesmo que possam observar de perto o cotidiano de famílias brancas e vivenciar experiências de cuidado e afeto direto com membros da família (como é o caso de mulheres negras que assumem o papel de “mães postiças” de crianças brancas), essas mulheres não são, definitivamente, “como se fossem da família” (COLLINS, 2006; 2016). Collins (2016) vê essa posição como um local privilegiado, visto que essas trabalhadoras adquirem um conhecimento *único* sobre a vida das famílias brancas. Como observa a professora Ângela Figueiredo (2017, p. 14), essa “condição de *outsider-within* permitiu e permite que as trabalhadoras domésticas possam ver a elite branca a partir de uma outra perspectiva, não acessível a mulheres e homens brancos, nem a homens negros”.

Ao mesmo tempo em que parte das experiências de mulheres negras - como as trabalhadoras domésticas ou as estudantes negras -, a conceitualização de Collins é parte dos debates levantados na academia por

feministas como Dorothy Smith, Sandra Harding, Donna Haraway e Nancy Hartsock⁵⁵, por exemplo, que ao longo dos anos 1980 estavam empenhadas em teorizar sobre a ideia de um *ponto de vista feminista* (HARDING, 2004). As concepções de Marx, para quem diferentes classes sociais possuem diferentes pontos de vista moldados pelas condições materiais de cada classe (COLLINS, R., 2009); e de Hegel, acerca das diferenças no ponto de vista do servo e do mestre, forneceram as bases para o desenvolvimento da noção de um ponto de vista feminista (SMITH, 1987). Essa ideia busca compreender essas relações a partir de uma perspectiva da mulher, considerando a ideia de uma divisão sexual do trabalho. Compreendendo que as mulheres constituíam um grupo social subjulgado no capitalismo, a teoria do ponto de vista feminista buscava centralizar as experiências das mulheres na análise sociológica (HARAWAY, 1981).

Colocando em diálogo as contribuições das teorias perspectivistas com as experiências coletivas de mulheres negras, Patricia Hill Collins desenvolveu novas formas de compreender a ideia de ponto de vista. Não à toa, é considerada um dos principais nomes da teoria do ponto de vista (BORLAND, 2020). Um ponto importante, também destacado por Collins, é a ideia de que os pontos de vista são parciais. Diferentes experiências moldam distintos e diversos pontos de vista e, portanto, nenhum deles reflete a totalidade das experiências. Collis, em especial, tem buscado estabelecer conexões e diálogos entre diferentes pontos de vista. Essa perspectiva dialógica é um elemento fundamental de seu método. Para ela, inclusive, posições de *outsider-within*, ou pontos de vista, podem ser ocupadas por todos aqueles que vivenciam opressões com base em hierarquias de raça, gênero e classe, por exemplo. Nesse sentido, acreditamos que as tensões vivenciadas por pessoas negras, LGBTQIA+, mulheres, imigrantes, por exemplo, podem ocupar esse espaço *outsider-within* e produzir conteúdos autodefinidos, desenvolvendo, por

⁵⁵ Para uma leitura mais detalhada sobre as contribuições específicas de cada uma ver *The Feminist Standpoint Reader: Intellectual and Political Controversies*, organizado por Sandra Harding (2004). A obra reúne artigos de Dorothy Smith, Nancy Hartsock, Donna Haraway, Patricia Hill Collins, bell hooks e Sandra Harding, dentre outras.

consequência, pontos de vista coletivos⁵⁶ (COLLINS, 2012). Em qualquer caso, no entanto, essas posições devem refletir posições que os indivíduos coletivamente ocupam nos sistemas de poder, não apenas sua identidade pessoal.

Collins chama atenção para a forma como o conceito de *outsider-within* circulou na academia. Para ela, versões do conceito retiram seu conteúdo crítico e o potencial radical, ou seja, a análise complexa e a produção de respostas às injustiças e desigualdades sociais, a substituindo por preocupações narcísicas sobre a identidade individual. Algumas pessoas passaram a reivindicar a posição de *outsider-within* como forma de “ganhar simpatia pelo seu desconforto pessoal” (COLLINS, 2012, p. 69), ao invés de questionar as estruturas de poder que criam desigualdades com base em hierarquias de raça, gênero e classe.

Nesse sentido, as leituras que mulheres negras têm produzido, ao longo da história, sobre essas hierarquias constituem, provavelmente, uma das principais contribuições das *outsiders-within* negras. As visões que entendem categorias como raça, gênero e classe como categorias isoladas foram substituídas, nas análises dessas intelectuais, por análises interseccionais, que compreendem essas categorias como sistemas de poder que, conectadas ou interseccionadas, produzem posições sociais e pontos de vista múltiplos e distintos. A interseccionalidade tem sido mobilizada como recurso primário nas análises que feministas negras têm feito sobre a realidade social. Na segunda parte deste capítulo, portanto, nossa intenção é trazer as contribuições que Patricia Hill Collins faz sobre a interseccionalidade.

Até agora, nosso esforço foi o de trazer alguns pontos importantes que moldam a forma como Patricia Hill Collins produz sociologia. Entendemos que a autora assume os conhecimentos organizados em torno da tradição das experiências e dos conhecimentos produzidos por mulheres negras como fonte primária em seu processo de análise sociológica. No entanto, acreditamos que essa tradição, que Collins entende como Pensamento Feminista Negro, e a

⁵⁶ Embora as categorias de *outsider-within* e ponto de vista coletivo, por exemplo, possam ser mobilizadas para entender e organizar processos de conhecimento de grupos oprimidos em geral, essas contribuições não são iguais e nem equivalentes – ainda que possa haver semelhanças. Pelo contrário, as variadas posições sociais que grupos distintos podem ocupar sugerem que experiências, e conseqüentemente os pontos de vista, de grupos serão distintas umas das outras.

posição que ocupa como *outsider-within* na sociologia moldaram, também as metodologias que emprega (ZINN, 2012). Assim, centralizar experiências e reivindicar o ponto de vista coletivo de mulheres negras, ao mesmo tempo em que emprega recursos teórico-metodológicos da sociologia tradicional, aparece, na obra de Collins, como procedimentos metodológicos fundamentais.

1.2. Raça, gênero, classe... como o poder opera?

Uma das marcas dos anos 1960 é seu contexto de efervescência política⁵⁷. No contexto estadunidense, de onde parte a análise de Patricia Hill Collins, esses anos foram marcados por uma intensa mobilização por direitos civis para a população negra e para as mulheres, e pelo ativismo contra a Guerra do Vietnã. Cada um desses processos exprimia uma preocupação particular e localizada: para os ativistas de direitos civis, o problema central era o racismo; para as feministas, o patriarcado; para os marxistas, a exploração de classe.

A partir dos anos 1970 os movimentos de contestação das perspectivas que consideravam isoladamente categorias de diferenciação se tornaram mais evidentes (JAQUETTO PEREIRA, 2021). Isso é visível na literatura de mulheres negras do período, dentre as quais Collins (2017; 2015; 2019a) destaca a coletânea organizada por Toni Cade Bambara, em 1970, intitulada *The Black Woman: an anthology*⁵⁸. No prefácio da obra, que reúne, dentre outros, textos de Nikki Giovanni, Audre Lorde e Alice Walker, Bambara indica a pretensão de que a obra seja o encontro de diálogos a partir de experiências diversas: mulheres negras, mulheres migrantes; e de temas diversos (BAMBARA, 1970, p. 11). Preocupações como as de Bambara não surgiram do nada. Pelo contrário, expressavam preocupações de ativistas feministas negras de compreenderem o poder de forma mais ampla. Inicialmente essas preocupações

⁵⁷ Embora tratemos aqui especificamente do contexto estadunidense, os anos 1960 representam uma década importante na história recente em nível global. O continente africano passava por intensos processos de mobilização anticolonial. Somente nesta década, 34 colônias africanas conquistaram a independência. No Brasil, a ditadura militar instaurada em 1964 gerou processos de ascensão dos movimentos sociais. Na França, o conhecido maio de 1968 foi marcado por recorrentes greves e mobilizações estudantis.

⁵⁸ Collins (2005) relata que a coletânea de Toni Cade Bambara foi um dos livros que ela estudou nos anos em Roxbury. Parte fundamental da base teórica de Collins foi construída nesse período. Falamos brevemente sobre isso na apresentação desta dissertação.

circularam na academia sob a forma dos chamados Estudos Raça/Classe/Gênero, que englobavam uma miríade de perspectivas (COLLINS, 2015).

Os anos 1980 foram algumas obras de mulheres negras se destacaram pela complexidade com que lidaram com os temas da dominação, opressão, poder, tratando raça, classe e gênero como categorias interconectadas *Mulheres, raça e classe* (1981), de Angela Davis; *Ain't I a Woman: black women and feminism* (1981) de bell hooks; *Sister Outsider* (1984), (COLLINS, 2015) e *Aprendendo com a outsider-within: a significação sociológica do pensamento feminista negro* (1986), de Patricia Hill Collins.

A Black Feminist Statement (1982), uma publicação do Combahee River Collective⁵⁹ é, especialmente, um marco para o feminismo negro estadunidense. Para Collins, é um documento revolucionário que “apresentou uma declaração mais abrangente do quadro de políticas do feminismo negro” (COLLINS, 2017, p. 8). O exemplo do Combahee River evidencia, ainda, a centralidade dos movimentos sociais de mulheres na organização das ideias de opressões cruzadas, tripla opressão etc.

Outro ponto de virada importante foi a publicação, em 1989, de *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, de Kimberle Crenshaw. No artigo, a autora introduz, pela primeira vez, o termo e o conceito de *interseccionalidade*, tema que foi aprofundado por ela em *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, de 1991.

Embora a publicação dos artigos de Crenshaw seja comumente confundida com a própria fundação da interseccionalidade, ela marca, na verdade, o encontro entre as teorias, até então produzidas primariamente nos movimentos sociais, com a academia (COLLINS, 2015). Neste sentido, o trabalho de Collins é especialmente importante porque localiza a interseccionalidade neste contexto mais abrangente. Collins defende que a ideia de interseccionalidade faz parte de um contexto mais amplo e mais antigo, que não começou apenas com as mulheres negras e tampouco começou nos anos

⁵⁹ Organização feminista negra baseada em Boston, Estados Unidos, entre 1974 e 1980.

1970, ainda que neste período as discussões sobre as relações entre raça, gênero e classe tenham sido mais difundidas (JAQUETTO PEREIRA, 2021). Em *Pensamento Feminista Negro*, por exemplo, a autora defende que as bases da interseccionalidade remontam a própria história do ativismo de mulheres negras nos Estados Unidos. Maria Stewart, que viveu entre 1803 e 1879, foi uma professora e ativista abolicionista, considerada uma das primeiras feministas negras, que assinalou “que as opressões de raça, gênero e classe eram a causa fundamental da pobreza de mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 29-30).

Os trabalhos de mulheres negras no contexto da segregação do pós abolição também são destacados por Collins, com ênfase nas contribuições de Ida Barnett Wells e Ana J. Cooper. Ida B. Wells, que viu amigos próximos serem assassinados, traçou uma trajetória de ativismo intelectual e político dedicada a analisar, a partir de uma pesquisa empírica, como as relações entre sistemas de raça, classe, gênero e sexualidade produziram os linchamentos como uma forma específica de violência contra homens negros (COLLINS, 1998; 2017; 2019a; 2022a). Ana Julia Cooper, educadora, socióloga e ativista, escreveu em 1892 o livro *A voice from the South: by a black woman of the South*, o primeiro livro do pensamento de mulheres negras a enfatizar as relações entre raça, classe e gênero (COLLINS, 1998). De acordo com Collins (2017, p. 34), o trabalho de Cooper “fornece uma análise interseccional que precede tanto o feminismo negro moderno quanto a interseccionalidade.”

Apesar de remontar historicamente a interseccionalidade a partir das ideias de intelectuais negras estadunidenses, Collins rejeita a ideia de que o construto é exclusivo dessas mulheres. Collins ressalta a importância das produções de mulheres latinas e das feministas chicanas. Ela destaca, por exemplo, *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*, de Glória Anzaldúa, com quem Collins têm estabelecido diálogos importantes. Em *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*, Collins estabelece este diálogo de forma mais direta e reivindica a ideia de fronteira proposta por Anzaldúa como uma importante metáfora interseccional (COLLINS, 2022a).

Embora a análise de Collins seja majoritariamente centrada na experiência estadunidense, é importante ressaltar que as discussões sobre a relação interligada entre raça, gênero e classe ocorreram de forma ainda mais global. Em nossa opinião, no entanto, Collins dá, em sua historização da

interseccionalidade, menos destaque às experiências externas aos Estados Unidos do que poderia. No contexto brasileiro, por exemplo, a história da interseccionalidade também remonta as contribuições do ativismo de mulheres negras brasileiras abolicionistas. Por exemplo, a súplica feita por Esperança Garcia, em sua carta de 1770 ao então governador do Piauí, apresentou um retrato das condições de vida das pessoas escravizadas (BUENO, 2020). Ao narrar sua experiência pessoal de ter sido separada do seu marido para trabalhar na cozinha da Casa Grande, Esperança Garcia revela, ainda, traços característicos dos papéis específicos atribuídos às mulheres negras escravizadas⁶⁰. Outro documento importante para a história da interseccionalidade no Brasil é *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, um inestimável registro histórico da realidade vivenciada por pessoas negras no pós-abolição. No contexto da explosão desses debates, a partir dos anos 1970, podemos citar ainda os trabalhos de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros e Sueli Carneiro, por exemplo, produzidos em sintonia com os movimentos de mulheres negras brasileiras.

Ou seja, essa análise mais complexa pode ser encontrada na tradição do pensamento de mulheres não brancas em nível global e modula a formulação do conceito de interseccionalidade, que retoma contribuições históricas sobre o tema, e passa pelas leituras mais recentes contidas no conhecimento produzido a partir da arte, da literatura, das comunidades locais e associações, do conhecimento popular e tradicional das comunidades negras e das produções de acadêmicas negras. A interseccionalidade é, portanto, um produto de gerações de trabalho político e intelectual coletivo de **mulheres negras, latinas, asiáticas** – ainda que sua nomenclatura seja recente e que o conceito não seja um consenso⁶¹.

⁶⁰ A carta de Esperança Garcia pode ser encontrada na íntegra em <https://esperancagarcia.org/a-carta/>. Acesso em 7 de maio de 2023.

⁶¹ A feminista afro-dominicana Ochy Curiel, por exemplo, propõe analisar as relações entre raça, gênero e classe em termos de uma “imbricação”, não interseccionalidade. Para ela, apesar de ser possível se fazer uma “análise interseccional crítica”, a interseccionalidade “não questiona como as identidades e diferenças produzidas pelos sistemas de opressão são produzidas”. Segundo Curiel, a interseccionalidade “não se aprofunda em acabar com os sistemas de opressão” e é “liberal pois só reconhece eixos de diferença”. Sobre isso, ver a entrevista de Ochy Curiel para SILVA, ALMEIDA e GONÇALVES (2020). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/52020/34475>. Acesso em 15 de

Patricia Hill Collins mobiliza diálogos com essas produções coletivas de mulheres negras sobre o que modernamente se chama de interseccionalidade, além de centralizá-las em sua própria obra. Conceituar a interseccionalidade, portanto, pode ser um desafio, considerando a variedade de interpretações sobre este conceito, que se apresentam como tão complexas e diversas quanto são os pensamentos de intelectuais negras. Nosso interesse neste ponto é trazer elementos da análise que Patricia Hill Collins produz acerca da interseccionalidade. Para ela, a ideia de interseccionalidade tem sido desenvolvida desde as lutas contra a escravização e passou por um processo de incorporação na academia estadunidense de forma mais contundente entre as décadas de 1990 e 2010.

Em seu artigo *Intersectionality's Definitional Dilemmas*⁶², de 2015, Collins reflete sobre os desafios da interseccionalidade em um contexto de afirmação como campo de estudo (COLLINS, 2015). Collins analisa formas como a interseccionalidade é utilizada, o que revela aspectos de seu próprio trabalho, um tema que ela trabalhou mais a fundo em *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica* e que abordaremos nas próximas páginas.

1.2.1. *Compreender e explicar o poder: os usos da interseccionalidade*

Como a interseccionalidade é um campo heterogêneo, as formas como ela é utilizada são diversas. Os usos que Collins apresenta são importantes para demonstrar a variedade e viabilidade prática e teórica da interseccionalidade. Eles também são fundamentais para a forma como Collins utiliza a interseccionalidade em sua obra. Comumente, se entende a interseccionalidade como uma ferramenta de análise, mas, Collins apresenta três formas de uso

novembro de 2022. Ver também Curiel (2016). Ângela Figueiredo (2017) comenta a polêmica que Curiel faz com a interseccionalidade.

⁶² Comentamos na apresentação desta dissertação que o artigo marca um momento em que Patricia Hill Collins passou a se dedicar mais diretamente ao estudo da interseccionalidade como teoria social crítica. As argumentações e questões iniciais levantadas por Collins em *Intersectionality's Definitional Dilemmas* forneceram as bases para as contribuições feitas em *Intersectionality as critical social theory*, publicado em 2019. (Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Ed. brasileira. Boitempo, 2022)

deste conceito 1) como dispositivo heurístico; 2) como metáfora; e 3) como paradigma/ferramenta de mudança de paradigmas.

Patrícia Hill Collins define as heurísticas como “técnicas para resolução, aprendizagem e descoberta de problemas sociais” (COLLINS, 2022a, p. 34). Usada desta forma, a interseccionalidade tem sido uma forma de analisar as relações entre sistemas de poder de raça, gênero e classe social, por exemplo. Pensar de forma interseccional envolve compreender como essas relações se “constroem mutuamente”⁶³ (COLLINS, 1998, p. 205), gerando desigualdades em diferentes aspectos da vida social. Ainda, de acordo com Ana Claudia Jaquette Pereira, “a interseccionalidade, na qualidade de ferramenta heurística, sugere algumas questões prioritárias para o processo da pesquisa sociológica, além de propor chaves interpretativas” (JAQUETTO PEREIRA, 2016, p. 56). A reflexão que Collins faz em *Will the “Real” Mother Please Stand Up?*⁶⁴ ilustra como ela mesma utiliza a interseccionalidade como dispositivo heurístico.

Observando as políticas populacionais⁶⁵ nos Estados Unidos, Collins identificou que marcadores como raça, classe e gênero determinavam diferenças no tratamento dado às mulheres de diferentes raças e classes sociais. Ela distingue entre as *fit mothers* (mulheres brancas da classe média) das *less fit mothers* (mulheres brancas da classe trabalhadora) e das *unfit mothers*⁶⁶ (mulheres negras da classe trabalhadora⁶⁷). Por um lado, mulheres brancas da classe média, por representarem as “verdadeiras mães da nação”⁶⁸, são

⁶³ Trad. nossa. Texto original: “mutually construct”.

⁶⁴ Título completo: *Will the “Real” Mother Please Stand Up? Race, Class, and American National Family Planning*, publicado em *From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism and Feminism* (COLLINS, 2006).

⁶⁵ Patricia Hill Collins utiliza o termo *políticas populacionais* para descrever a “constelação de políticas sociais, arranjos sociais e ideologias que moldam as histórias reprodutivas de diferentes grupos de mulheres em diferentes grupos raciais/étnicos, classes sociais e status de cidadania” (COLLINS, 2006, p. 62).

⁶⁶ Collins usa os termos “fit mothers”, “less fit mothers” e “unfit mothers” como categorias para se referir às mulheres que, respectivamente, se adequam às expectativas sociais baseadas em raça, gênero, classe e nação; às que se adequam pouco às expectativas e as que não se adequam.

⁶⁷ Collins observa que, em termos de política reprodutiva, “mulheres negras da classe-média são comparadas não com as mulheres brancas da classe média, mas com as mulheres negras trabalhadoras” (COLLINS, 2006, p. 67)

⁶⁸ Para Collins, mulheres brancas da classe média representam as mães da nação americana. Elas são as únicas que “possuem material genético necessário para gerar bebês brancos [...] e

estimuladas⁶⁹ a serem mães – tanto por meio do discurso, quanto pelas políticas públicas de assistência e saúde. Mulheres brancas trabalhadoras, embora também sejam estimuladas, recebem menos recursos e suporte para criarem os filhos (COLLINS, 2006)⁷⁰. Mulheres negras, no entanto, são definidas como “mães ruins”⁷¹ (COLLINS, 2006, p. 68) e, sob controle reprodutivo e da própria maternidade, são completamente desestimuladas a terem filhos (COLLINS, 2006).

Nesse contexto, em que as intersecções entre raça, gênero e classe definiram posições distintas, Collins identificou que, enquanto mulheres brancas de classe média possuíam recursos infinitos, como acesso a tecnologias de reprodução, mulheres negras foram expostas a políticas de controle reprodutivo, sendo submetidas a práticas como a “esterilização coercitiva”⁷² (COLLINS, 2006, p. 68). Para ela, “questões relativas a direitos reprodutivos, como o acesso a informações sobre sexualidade e controle de natalidade, a luta pelo direito ao aborto e os padrões de esterilização forçada” (COLLINS, 2019a, p. 223) são temas que atingem as mulheres de forma desigual. Lançando luz sobre essas questões, Collins identificou padrões de desigualdade que, neste caso, refletem questões sociais ainda mais amplas, como o trabalho e o acesso pleno a políticas públicas de saúde.

Buscando responder problemas complexos resultantes de relações desiguais de poder, a interseccionalidade como dispositivo heurístico também pode ser útil para encontrar ângulos de visão amplos e promover a multiplicidade

a chave biológica para noções de pureza racial centram em sistemas de supremacia branca (COLLINS, 2006, p. 63).

⁶⁹ Esse estímulo tem a ver com o suposto papel social que mulheres deveriam ocupar como mães (COLLINS, 2006, p. 65-66).

⁷⁰ Embora mulheres brancas trabalhadoras possuam o “material genético necessário”, elas são consideradas menos adequadas para passar os valores “da cultura nacional, criando acadêmica e economicamente cidadãos produtivos como símbolos da nação” (COLLINS, 2006, p. 65)

⁷¹ Trad. nossa. Texto original: “bad mothers”

⁷² Collins se refere às políticas de esterilização forçada de mulheres negras. De acordo com Sanjana Manjeshwar, em artigo publicado na Berkeley Political Review, somente no século 20 quase 70.000 mulheres, em sua maioria negras pobres, foram esterilizadas. Disponível em: <https://bpr.berkeley.edu/2020/11/04/americas-forgotten-history-of-forced-sterilization/>. Collins fala, também, de contraceptivos com efeitos permanentes como o Norplant, distribuído em massa via Medicaid, programa de saúde pública nos Estados Unidos para pessoas de baixa renda.

de conhecimentos (COLLINS, 2022a, p. 38), trazendo “novos sistemas de poder ao panorama geral” e incorporando aqueles baseados em “nação, sexualidade e idade” (COLLINS, 2022a, p. 60), por exemplo. Nesse caso, *Will the “Real” Mother Please Stand Up?*⁷³ também fornece um exemplo.

O uso de metáforas tem sido outra forma de uso da interseccionalidade. Elas são especialmente importantes porque conferem sentido às experiências cotidianas que pessoas e grupos vivenciam a partir de recursos como a “imaginação” (HALL apud COLLINS, 2022a, p. 27). A ideia desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (1989), de que as opressões se encontram em um *cruzamento*, ilustra bem o uso de recursos imagéticos pela interseccionalidade. As metáforas podem ser extremamente úteis para apresentar novas ideias ou utilizar ideias existentes para explicar problemas sociais. De acordo com Collins, “a metáfora da interseccionalidade forneceu um atalho que se fundamentou nas sensibilidades existentes para poder enxergar as interconexões” (COLLINS, 2022a, p. 30) entre diferentes sistemas de poder.

Neste sentido, as metáforas cumprem o papel de tornar visíveis a olho nu problemas sociais que, muitas vezes, permanecem incompreendidos pelas abordagens que analisam sistemas de poder de forma isolada. Em *Like One of The Family*⁷⁴, Patricia Hill Collins traz a história da personagem ficcional Mildred, uma trabalhadora doméstica que ouviu que ela era *como se fosse da família*. Collins utiliza a história como metáfora para analisar e explicar aspectos da formação da identidade nacional nos Estados Unidos. Ela articula a ideia de família para analisar como sistemas de poder de raça e etnia constituem elementos fundantes da supremacia branca e do racismo. Criar a impressão de que Mildred *era como se fosse da família* mascarava as relações de poder entre ela e a família branca para quem trabalhava (COLLINS, 2006).

Collins destaca que o uso de metáforas interseccionais também é importante porque, embora não ofereçam por si só meios para a transformação

⁷³ Título completo: *Will the “Real” Mother Please Stand Up? Race, Class, and American National Family Planning*, publicado em *From Black Power to Hip Hop: Racism, Nationalism and Feminism* (COLLINS, 2006)

⁷⁴ Título completo: *Like One of The Family: Race, Ethnicity, and The Paradox of American National Family Planning*, publicado em *From Black Power to Hip Hop: Racism, Nacionalism and Feminism* (COLLINS, 2006)

social, elas fornecem os caminhos para entender a sociedade a partir das relações de poder que a constituem (COLLINS, 2019a). Neste sentido, as metáforas podem estimular reflexões orientadas no sentido da *ação para transformação*.

Por fim, ao revelar a existência de problemas sociais complexos, a interseccionalidade tem sido utilizada para promover a mudança de paradigma em diversas áreas do conhecimento. No caso da sociologia, por exemplo, considerar as intersecções entre sistemas de poder possibilitou a produção de uma série de estudos que exploraram, a partir de uma lente interseccional, temas centrais para o pensamento sociológico. Os trabalhos de Collins, por exemplo, exploram temas amplos como conhecimento (COLLINS, 1998; 2019a; 2013), identidade (COLLINS, 2006), política sexual (COLLINS, 2004), educação (COLLINS, 2009). Collins observa que,

“Como raça, classe, gênero, sexualidade, idade, etnia, nação e capacidade foram conceituados como fenômenos separados, suas interações permaneceram invisíveis porque ninguém pensou em procurá-las. Usar a interseccionalidade como uma metáfora desafiou fundamentalmente essa suposição dada como certa, e usá-la como heurística desenvolveu um novo conhecimento como evidência para argumentos interseccionais. Nesse sentido, a interseccionalidade não era apenas um ajuste para a normalidade. Ela apontou para uma mudança de paradigma fundamental no pensamento sobre a intersecção de sistemas de poder e suas conexões com a intersecção de desigualdades sociais.” (COLLINS, 2022a, p. 43)

A circulação e o crescente uso da interseccionalidade como ferramenta trouxeram de volta “a lente analítica para a própria interseccionalidade” (COLLINS, 2022a, p. 67). Assim como tem sido incorporada em diversos campos do conhecimento, muitas intelectuais têm se dedicado a definir os paradigmas da própria interseccionalidade. Intelectuais como Patricia Hill Collins, Ângela Davis, Audre Lorde e bell hooks, para citar algumas, mobilizaram a interseccionalidade como objeto de estudo e forneceram bases para a definição de paradigmas no contexto estadunidense.

Os diferentes usos da interseccionalidade revelam não só as complexidades sociais com as quais o conceito lida, mas também o potencial de

ampliar entendimentos sobre os temas mais diversos. Como um campo em construção, no entanto, as análises sobre e a partir da interseccionalidade devem refletir também sobre os limites e desafios que seus usos trazem. Como ferramenta heurística, por exemplo, a interseccionalidade abre possibilidades para tantas análises e categorias que algumas delas podem incorrer em leituras acríticas sobre como operam os sistemas de poder. Para Collins, ao usar a heurística “mais como uma fórmula que como uma ferramenta inventiva para a resolução criticamente engajada de problemas sociais, ela pode perder sua capacidade de fomentar a inovação” (COLLINS, 2022a, p. 39).

Da mesma forma, se as metáforas mobilizadas não forem capazes de gerar reflexões ou “valor analítico” (HALL apud COLLINS, 2022a, p. 27), críticas sobre como operam os sistemas de poder e como transformá-los, elas perdem sentido. Em outras palavras, para além de fazer imaginar, metáforas interseccionais devem impulsionar a *transformação*. A interseccionalidade deve ser, também, utilizada como forma de mudar paradigmas, ao invés de reforçar paradigmas homogêneos que não consideram as conexões entre sistemas de poder. A interseccionalidade como paradigma também deve permanecer útil para a resolução de problemas sociais, buscando sempre complexificar o processo investigativo/resolutório. Também é fundamental que ela siga como campo aberto de disputa de ideias e construção de sínteses entre intelectuais (COLLINS, 2022a, p. 66)

Nos últimos anos, Collins está dedicada a explorar os temas que dizem respeito à interseccionalidade como teoria social crítica. Em *Interseccionalidade*, escrito com Sirma Bilge, e *Bem mais que ideias: interseccionalidade como teoria social crítica*, Collins apresenta sínteses acerca de sua compreensão da interseccionalidade. Em *Intersectionality's Definitional Dilemmas*, ela apresenta as ideias que, para ela, estavam presentes nas análises interseccionais (COLLINS, 2015). Essas ideias foram, mais a frente, organizadas por Collins em torno de ideias centrais e premissas que constituem o paradigma da interseccionalidade (Tabela 1). Para ela, existem quatro premissas básicas da interseccionalidade, baseadas na interdependência e na mutualidade dos sistemas de poder; nas desigualdades sociais fundamentadas nesses sistemas; nas experiências moldadas a partir das opressões interseccionais; e na interseccionalidade como ferramenta de análise de problemas globais

(COLLINS, 2022a). Poder, relacionalidade, contexto social, complexidade, desigualdade social e justiça social são as ideias centrais. Collins destaca que as análises interseccionais podem abordar uma ou mais premissas e ideias combinadas, ou mesmo todas (COLLINS, 2015). Para nós, a leitura de Collins incorpora todas elas (COLLINS, BILGE, 2020).

Tabela 1 – “Paradigmas da Interseccionalidade”

Ideias centrais	Premissas básicas
Relacionalidade	1. Raça, classe, gênero e demais sistemas de poder são interdependentes e se constroem mutuamente
Poder	
Desigualdade Social	2. As relações interseccionadas de poder produzem desigualdades complexas e interdependentes de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnicidade, habilidade e idade
Contexto Social	
Complexidade	3. A localização social de grupos e indivíduos nas relações interseccionadas de poder molda suas experiências e perspectivas no mundo social.
Justiça Social	
	4. A resolução de problemas em contextos locais, regionais, nacionais ou em contexto global demanda análises interseccionais.

Elaboração: Patricia Hill Collins

Fonte: COLLINS, 2022a, p. 68

A primeira premissa, que compreende como raça, classe, gênero, sexualidade e nação constituem **sistemas de poder interdependentes que se constroem uns aos outros** (COLLINS, 2022a), revela dois importantes aspectos da interseccionalidade para Collins: primeiro, a noção de que a interseccionalidade se refere a **sistemas de poder** e não a simples categorias de diferenciação abstratas ou puramente identitárias. Segundo, a ideia de que

esses sistemas de poder são compreendidos a partir de suas relações. Em outras palavras, a interseccionalidade compreende o poder em termos das **relações de poder** (COLLINS, BILGE, 2020; COLLINS, 2022a). Essa ideia, expressa na noção de relacionalidade, é um tema que “informa todos os aspectos da interseccionalidade” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 47). Ao invés de analisar as categorias sociais de forma isolada, análises interseccionais se dedicam a compreender as relações entre elas. De acordo com Collins (2022a, p. 70), a relacionalidade “demonstra como variadas posições sociais [...] adquirem significado e poder (ou a falta dele) em relação a outras posições sociais”. A relacionalidade proporciona maior complexidade nas leituras sobre o poder e seus sistemas (COLLINS, 2012, p. 233).

As categorias de diferenciação social, neste caso, assumem a forma das relações que elas estabelecem entre si. Assim, busca-se romper com as análises que partem de uma perspectiva dualista para perspectivas que considerem a conjunção do todo. A literatura feminista negra aponta que a perspectiva binária cria cenários em que, isoladamente compreendidos, determinados grupos situam-se sistematicamente nas metades inferiores dessa oposição (COLLINS, 2019a; hooks, 1995; LORDE, 2020). A relacionalidade possibilita à interseccionalidade ir além do simplismo dualista, para compreender, inclusive, o potencial político contido nas diversas relações entre grupos sociais distintos. A interseccionalidade explica como o poder se organiza na sociedade. Essas relações de poder são moldadas por sistemas múltiplos de opressão que se relacionam entre si e são expressas em domínios interdependentes de poder: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal (COLLINS, 2022a).

A segunda premissa da interseccionalidade, de acordo com Collins, diz respeito a como as diferenças nas relações de poder produzem **desigualdades sociais**. Em diversos contextos, a interseccionalidade como ferramenta de análise possibilita uma leitura mais complexa sobre as origens e as consequências das desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, nação etc. Em primeiro lugar, porque se dedica a compreender como essas categorias se relacionam e dão origem a formas específicas de desigualdade. E em segundo lugar, porque contesta a ideia hegemônica de que as desigualdades são inevitáveis. Se, por um lado, o opressor se vale dessa argumentação, da inevitabilidade da desigualdade, por outro, são evidentes os efeitos desse

processo desumanizador sobre as vidas de membros de grupos sistematicamente subordinados. Ou seja, não apenas as desigualdades sociais não são naturais, como são o produto de séculos de opressão capitalista econômica, racial e de gênero. A interseccionalidade, neste caso, é uma ferramenta de análise mais requintada das origens e causas das desigualdades sociais.

Este seja, talvez, um dos pontos mais fundamentais sobre a abordagem que Collins dá à interseccionalidade. O peso que a autora dá à noção de desigualdade social traz luz a uma perspectiva crítica da interseccionalidade, diferente de versões da teoria que, ao se encontrarem frente a frente com as pressões da academia e da própria sociedade, reduziram o debate aos temas relacionados às identidades individuais. Estas versões foram capturadas pelo discurso liberal que abstrai do centro o debate sobre as injustiças decorrentes da desigualdade social na sociedade capitalista (COLLINS, 2017; 2022a).

A terceira premissa se refere à posição que indivíduos e grupos ocupam nas relações interseccionadas de poder. Segundo Collins, essas posições definem como esses indivíduos e grupos experienciam e compreendem o mundo (COLLINS, 2022a; COLLINS, BILGE, 2020). A ideia de **contexto social**, neste caso, é um tema central da interseccionalidade. Ela se refere à compreensão de que as diferentes realidades sociais imprimem, necessariamente, expressões distintas do poder. Assim, uma grande variedade de categorias distintivas pode ser mobilizada para a compreensão de determinada realidade. As noções de raça, classe, gênero, nação, sexualidade, idade, habilidade, terão maior ou menor (ou até nenhum) peso de acordo com as distintas realidades sobre as quais essas categorias atuam. Desta forma, considerar o contexto social se torna um processo importante para uma análise interseccional.

A interseccionalidade não é um conceito estático e não busca universalizar experiências específicas. Essa preocupação aparece com frequência na obra de Patricia Hill Collins que, apesar de produzir conhecimento considerando a realidade estadunidense, reconhece e busca mobilizar demais experiências. Neste sentido, o contexto social de determinada experiência pode alterar as categorias envolvidas em uma análise interseccional. Se compararmos a forma como a interseccionalidade pode ser utilizada nos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo, faz sentido que a categoria de nação seja mobilizada na

análise estadunidense, mas não necessariamente na análise sobre a situação brasileira. Isso porque a construção do ideário de identidade nacional estadunidense centraliza, a partir da ideologia da supremacia branco-estadunidense e da ideia de *insiders* (os brancos considerados os verdadeiros “americanos”) e *outsiders* (os imigrantes), o debate sobre nação, atribuindo noções de cidadãos de primeira e segunda classe (COLLINS, 2006).

Parece, no entanto, que, pelas características que modulam a construção do capitalismo mundial, as categorias de raça, classe e gênero aparecem como categorias comuns de análise, ainda que em determinadas sociedades mesmo essas categorias possam ter maior ou menor influência sobre a análise mais ampla. Os trabalhos de Lélia Gonzalez (1988; 2011), Sueli Carneiro (2011) e Beatriz Nascimento (2010) revelam como, da mesma forma que nos Estados Unidos, raça, classe e gênero são sistemas de poder também centrais para a análise da situação brasileira. Importante destacar, no entanto, que embora as categorias nominalmente possam parecer as mesmas, as construções podem ser completamente diferentes dependendo do contexto social.

Por fim, a última premissa compreende a interseccionalidade como uma ferramenta que fornece bases para a resolução de problemas decorrentes de relações desiguais de poder, como a desigualdade e injustiça social. Compreendendo que as relações de poder são complexas e produzem problemas igualmente complexos, a interseccionalidade é marcada por uma noção de **complexidade** (COLLINS, 2019a; 2022a). A extensa gama de possibilidades de relações sociais e expressões de poder torna a interseccionalidade uma ferramenta altamente complexa. Isto não é abstrato. É a expressão da complexidade do próprio mundo social, que se molda a partir de complexas relações de poder. Da mesma forma, assim como este mundo está propenso a alterações em sua ordem, a própria interseccionalidade está propensa a desafios novos, distintos e complexos. A complexidade, como apresenta Collins e Bilge, é o produto da “tensão criativa entre a investigação e a prática críticas” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 45). Essa ideia diz respeito à forma como as dimensões envolvidas são complexificadas na análise interseccional. E este é um desafio permanente da interseccionalidade.

Por fim, a interseccionalidade tem um compromisso direto com a busca por **justiça social**. Este é um ponto central para compreender como Collins entende a interseccionalidade: seu compromisso crítico assume a forma de uma constante luta por justiça social, através da prática como meio de transformação (COLLINS, 2022a). A interseccionalidade, portanto, quando mobilizada apenas como forma de analisar o mundo, sem lançar preocupações sobre como solucionar problemas sociais, perde sentido. Num contexto de desigualdades e injustiças, observar o problema deve impulsionar processos de ruptura com a ordem social estabelecida. Nesse sentido, a interseccionalidade para Collins está diretamente relacionada ao movimento de transformação social.

1.2.2. Interseccionalidade, poder e justiça social

Patricia Hill Collins tem produzido conhecimento sobre e a partir da interseccionalidade há mais de 30 anos e sua produção figura entre as mais importantes contribuições do pensamento feminista negro e da sociologia contemporânea. Não apenas Collins produz *análises interseccionais* sobre problemas sociais, como também tem se dedicado aos aportes à interseccionalidade como paradigma. Como parte do método de Collins envolve mobilizar conhecimentos múltiplos, de fontes diversas, respeitando a heterogeneidade desses conhecimentos, ela dialoga com leituras muito distintas sobre a interseccionalidade. Apesar disso, acreditamos que dois elementos se destacam sobre o uso que faz da interseccionalidade.

Primeiro, Collins mobiliza diversos usos da interseccionalidade (heurístico, paradigmático e metafórico), não recusando ou se limitando a nenhum deles. Como dispositivo heurístico, por exemplo, a interseccionalidade orienta a forma como Collins elabora seus problemas de investigação, ou seja, orienta os questionamentos que ela faz e as respostas que busca para eles. Ao mesmo tempo, Collins usa a interseccionalidade para questionar paradigmas das ciências sociais, estimulando sua mudança, além de teorizar sobre a interseccionalidade como teoria social crítica.

O uso de metáforas na obra de Collins é recorrente e, em nossa opinião, aparecem como ferramenta de diálogo. Uma das principais preocupações que Collins tem ao produzir conhecimento é o de dialogar com públicos variados e

diferentes, às vezes antagônicos. Ao mesmo tempo em que usa de um rigor sociológico que se expressa na linguagem, Collins não abre mão de dialogar com públicos de fora da academia, em especial as mulheres negras sobre quem e para quem ela fala. Neste sentido, as histórias que Collins mobiliza – letras de canções, poemas, contos ou mesmo lembranças pessoais – parecem cumprir o objetivo de aproximar histórias comuns às categorias e debates que sua teoria produz.

Em segundo lugar, a interseccionalidade para Collins está diretamente ligada à preocupação com a desigualdade e as injustiças sociais. Muitos intelectuais encontram na interseccionalidade formas de responder a problemas individuais relacionados quase exclusivamente à identidade como uma categoria abstrata e muitas vezes capturada pelo discurso liberal (BILGE, 2014; COLLINS, 2022a) e, por conta da vasta possibilidade de categorias que podem ser mobilizadas, algumas questões podem acabar sendo esquecidas ou excluídas da análise, como é o caso da categoria de classe social. Algumas leituras da interseccionalidade parecem relativizar o papel da dominação de classes na organização das opressões. Outras apagam a ideia de raça, como se a opressão racial não fosse fundante da organização social capitalista. Collins, pelo contrário, articula classe social e raça como categorias centrais da análise interseccional porque elas são estruturantes das relações de poder no capitalismo, assim como gênero, sexualidade e nação.

Consequentemente a ideia de justiça social é intrínseca ao pensamento de Patricia Hill Collins e fundamental para a forma como mobiliza a interseccionalidade. Para Collins, é insuficiente entender as causas das desigualdades sociais. Talvez por isso grande parte do seu trabalho se dedique a analisar experiências históricas de mulheres negras e outros grupos oprimidos como ponto de partida para pensar a resistência em nível mais geral – intelectual, político e econômico, por exemplo. Seu foco na ação concreta e na transformação radical dos sistemas de poder de raça, gênero, classe social, idade, sexualidade e nação e na resistência ao capitalismo caracterizam sua obra a partir de uma simbiose entre práxis e crítica. Como Collins diz: “para mim, a injustiça social é um problema coletivo que requer uma solução coletiva. *Quanto a meu trabalho, o fundamental é que ele contribua para esse fim*” (COLLINS, 2019a, p. 25).

Destacar o compromisso de Collins com os temas da desigualdade e da justiça social é especialmente importante em um contexto em que, a partir de pressupostos acríticos, algumas versões da interseccionalidade, ao mobilizar recursos da análise interseccional para responder a questões individuais, têm deixado de lado o potencial radical que ela carrega. Por exemplo, ao invés de ser utilizada para identificar problemas sociais que geram desigualdades, alguns podem utilizar a interseccionalidade como forma de satisfazer buscas individuais por uma identidade (COLLINS, 2022a). Ou então para criar subcategorias ultra segmentadas para dizer quem é mais ou menos oprimido, entendendo raça, classe, gênero e sexualidade como simples categorias de diferenciação e não como sistemas de poder (COLLINS, 2012).

Reduzir sistemas de poder a categorias de diferenciação pode, muitas vezes, ser consequência de uma confusão conceitual. Em muitas outras, esse processo é fruto de apropriação e despolitização⁷⁵ com a intenção de desradicalizar a interseccionalidade. Neste cenário, a suposta inclusão de membros de grupos oprimidos – e, nesse caso, quanto “mais oprimido”, melhor – pode gerar uma ilusão de que o problema foi resolvido, quando na verdade a inclusão estética não representa mudança estrutural. Muito pelo contrário, criar a ilusão de que está tudo certo pode cumprir um papel desmobilizador. Não à toa, esse recurso da ilusão pela identidade tem sido utilizado pela mídia hegemônica para reproduzir ideais liberais⁷⁶, como o mito da meritocracia.

1.3. Conclusão do capítulo

⁷⁵ Incorporar e alterar os conhecimentos produzidos para depois despolitizá-los é uma das formas de supressão do pensamento feminista negro, como Collins identifica em *Pensamento Feminista Negro* (2019a, p. 37). Além disso, o discurso sobre a mudança sem práxis e a omissão constituem outras formas de supressão.

⁷⁶ A crítica de Nancy Fraser ao que ela chama de *neoliberalismo progressista* é útil no sentido de expor a forma como o mercado se apropria de pautas dos movimentos sociais de gênero, raça e sexualidade, por exemplo, como forma de apropriar e despolitizar os movimentos por justiça social e igualdade. Segundo ela, o neoliberalismo progressista é “uma nova aliança na qual os defensores da mercantilização recuperaram as correntes dominantes dos movimentos pela emancipação para se juntar e, eventualmente, eliminar os partidários da proteção social”. (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 104)

Ao longo deste primeiro capítulo, nossa pretensão foi a de analisar quais caminhos Patricia Hill Collins percorre em sua investigação sobre o poder, evidenciando as conexões mais diretas que Collins estabelece entre poder e conhecimento. Abordamos aqui, portanto, alguns elementos teóricos e metodológicos que fundamentam o processo de teorização da autora.

Primeiro, Collins recorre a uma tradição do pensamento feminista negro que, segundo ela, é firmada nas experiências que mulheres negras compartilham como grupo no contexto estadunidense. Seu processo de teorização parte das experiências dessas mulheres registradas em livros, poemas, músicas, publicações acadêmicas e histórias contadas. Mulheres negras possuem uma forma muito particular de produzir conhecimento, influenciada pela posição de *outsider-within* que elas ocupam em processos e espaços de produção do conhecimento.

Segundo, embora Collins centralize as experiências de mulheres negras estadunidenses em sua obra, ela estabelece um processo dialógico entre as experiências vividas de pessoas negras, inclusive suas próprias, e com o pensamento sociológico tradicional. Collins estabelece uma tensão criativa entre diferentes pontos de vista, abraçando diferentes projetos de conhecimento e de justiça social.

Por fim, Collins recorre a interseccionalidade como leitura primária sobre o poder. Não apenas ela teoriza sobre a interseccionalidade como teoria social crítica e paradigma, como mobiliza o conceito para explicar como o poder opera. Como mostramos, Collins entende que o poder se organiza a partir de relações interseccionadas entre sistemas de poder baseados em raça, classe, gênero, sexualidade e nação. Essas diferenças de poder produzem desigualdades e injustiças sociais. A interseccionalidade também é uma forma de analisar e compreender processos de resistência às desigualdades.

Nos próximos capítulos, iremos investigar mais diretamente o conceito de poder na obra de Patrícia Hill Collins que, em nossa opinião, constitui o seu objeto central de investigação. Embora Collins discorra sobre uma diversidade de temas – o que mostra sua versatilidade e abrangência intelectual – a autora parece ter acumulado uma preocupação central em torno de três questões fundamentais: **como o poder opera, como ele se organiza e como resistir a ele**. Mostramos aqui que o poder *opera* a partir de relações interseccionadas

entre sistemas de raça, gênero, classe social, idade e nação produzindo desigualdades sociais que variam de acordo com o contexto social. No capítulo dois, analisaremos as leituras de Collins sobre a organização do poder para, então, finalizarmos refletindo sobre o tema da resistência.

CAPÍTULO II - “Falando a verdade frente ao poder⁷⁷”: racismo, desigualdade e poder

Como parte da geração de intelectuais negras que entraram em cursos de sociologia no contexto do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, Patricia Hill Collins foi profundamente impactada pela ascensão do que ela chama de *novo racismo*.

O período pós-escravista nos Estados Unidos foi marcado pela aplicação de mecanismos de controle social baseados em políticas de segregação. No Sul, o regime Jim Crow emergiu como um conjunto de leis que criou uma barreira institucional, política e social entre brancos e negros. No Norte, políticas de segregação espacial confinaram negros em bairros guetizados, criando uma dinâmica em que os limites físicos da cidade mantinham a distância entre negros e brancos. Nos dois casos, a segregação racial esteve presente (COLLINS, 2006). De acordo com Collins,

“Durante o período no qual a segregação racial era legalmente permitida, a política econômica do racismo obrigava a separação de americanos negros e brancos em todas as esferas de interação social. Ao passo que todos os afro-americanos viviam sob um sistema político, legal e social que instalou a segregação racial dentro de todo o tecido da sociedade americana, os estados do Sul alcançavam sua separação por meios legais enquanto os estados do Norte apoiavam-se fortemente em costumes. Leis e costumes requeriam que negros e brancos ocupassem espaços separados e desiguais em habitação, vizinhanças, categorias de trabalho, escolas e, no Sul, em transportes, cinemas, restaurantes, lojas, parques de diversão e outras instituições públicas.”⁷⁸ (COLLINS, 2004, p. 62).

⁷⁷ Recorremos à tradução que Jaqueto Pereira e Bernardino-Costa (2021) fazem do termo. Texto original: *Speaking the truth to power*, que em tradução literal significa *Falando a verdade ao poder*.

⁷⁸ Trad. nossa. Texto original: “During the period when racial segregation was legally sanctioned, the political economy of racism mandated the separation of Black and White Americans in all spheres of social interaction. Whereas all African Americans lived under a political, legal, and social system that installed racial segregation into the very fabric of American society, Southern states achieved this separation through laws whereas Northern states relied more heavily on customs. Laws and customs required that Blacks and Whites occupy separate and unequal spaces in housing, neighborhoods, job categories, schools, and, in the South, transportation,

O que Collins chama de *novo racismo* é o mecanismo que surgiu quando, no contexto dos movimentos pelos Direitos Civis, as políticas de segregação descritas foram substituídas por *políticas de inclusão* (COLLINS, 2012; 2004). Os avanços promovidos pelas mobilizações da década de 1960 foram vendidos como uma suposta superação do racismo na sociedade estadunidense, já que negros passaram a ter acesso aos mesmos direitos dos brancos. Em outras palavras, se vendeu a ilusão de igualdade baseada em uma sociedade que *não vê cor*. Nesse contexto, as próprias identidades raciais foram reformuladas. O sociólogo estadunidense Eduardo Bonilla-Silva fala de maneira irônica que a reorganização do sistema binário – branco/negro – nos Estados Unidos “está se desenvolvendo em um sistema de estratificação trirracial” (BONILLA-SILVA, 2020, p. 309), organizado em torno de três categorias: brancos, brancos honorários e o coletivo negro⁷⁹. No mesmo sentido, Patricia Hill Collins compreende que “as categorias essenciais de branco e preto encolheram, criando uma fronteira muito maior e aparentemente elástica entre elas”⁸⁰ (COLLINS, 2012, p. 172) e mobiliza as categorias de “brancos honorários” e pessoas “socialmente negras”. De acordo ela,

“Similar à lógica da segregação racial, quando a cor da pele servia como uma marca essencial de atributos de moral e de inteligência da pessoa que era classificada como branca ou negra, agora nós praticamos novas taxonomias raciais. Nós aprendemos a ver a pessoa, dar a ela uma classificação racial provisória (por ex: branco, negro,

movie theaters, restaurants, shops, amusement parks, and other public institutions” (COLLINS, 2004, p. 62).

⁷⁹ De acordo com Bonilla-Silva: “Minha hipótese é que o grupo branco incluirá brancos “tradicionais”, novos imigrantes “brancos” e, em um futuro próximo, latinos brancos totalmente assimilados [...], multirraciais de pele mais clara e outros subgrupos; o grupo racial intermediário ou brancos honorários incluirá a maioria dos latinos de pele clara (por exemplo, a maioria dos cubanos e segmentos das comunidades mexicana e porto-riquenha), nipo-americanos, coreano-americanos, indianos asiáticos, sino-americanos e a maioria dos americanos do Oriente Médio; e, finalmente, que o grupo negro coletivo incluirá negros, latinos de pele escura, vietnamitas, cambojanos, filipinos e laocianos” (BONILLA-SILVA, 2020, p. 310). Para um estudo mais detalhado do contexto do colorblind, ver *Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América*, de Eduardo Bonilla Silva.

⁸⁰ Trad. nossa. Texto original: “the essential categories of white and black have shrunk, creating a much larger and seemingly elastic border between them”.

nativo) e então testamos a precisão de tal classificação coletando informações adicionais (por ex: instalações com padrão inglês americano, estilo de vestimenta, textura capilar, o tipo de carro que se dirige, sinais visíveis de riqueza). Munidos com esses dados adicionais, nós podemos então posteriormente classificar a pessoa com designações de branquitude honorária (mesmo que seja visivelmente descendente de Africanos ou nativos), ou negritude social (mesmo que se tenha pele branca).⁸¹ (COLLINS, 2012, p. 172)

O racismo *colorblind* é um efeito de uma “dessegregação imperfeita”⁸² (COLLINS, 2012, p. 35), que combina estratégias do passado com novas formas de dominação racial, mais sutis e sofisticadas. Como observa Collins, uma das principais características do novo racismo é a sua capacidade de seguir operando a partir da “lógica de segregação, que continua poderosa, ao mesmo tempo em que mascara sua operação”⁸³ (COLLINS, 2012, p. 34). Outra característica do *novo racismo* é que ele promove uma ressegregação aparentemente silenciosa. Collins (2012) observa que, a despeito das políticas de integração do pós Direitos Civis, a população negra, em especial da classe trabalhadora, seguiu concentrada em bairros majoritariamente negros. Ao mesmo tempo, a segregação econômica limitava ao extremo as oportunidades de emprego e mobilidade social/urbana de trabalhadores negros. Em contraste, as conquistas

⁸¹ Trad. nossa. Texto original: “Similar to the logic of racial segregation, when skin color served as an essentialist marker of the attributes, morals, and intelligence of the person who was classified as white or black, now we practice new racial taxonomies. We learn to see a person, give that person a provisional racial classification (e.g., white, black, native), and then test the accuracy of that classification by getting additional information (e.g., facility with standard American English, style of dress, hair texture, the type of car s/he drives, visible signs of wealth). Armed with this additional data, we can then further classify that person with designations of honorary whiteness (even though s/he may be visibly of African or native descent), or social blackness (even though s/he may have white skin)”

⁸² Trad. nossa. Texto original: Imperfect desegregation. Para efeitos de comparação, no Brasil, por exemplo, fala-se de uma *falsa abolição*, que se refere ao fato de que as desigualdades raciais do período escravista seguem determinando a uma série de injustiças contra negras e negros. No Brasil, não se fala em racismo *colorblind*, mas a ideia de *democracia racial* parece cumprir o mesmo objetivo de mascarar o racismo na sociedade a partir da ideia de que “o racismo é coisa do passado”.

⁸³ Trad. nossa. Texto original: “logic of segregation that remains powerful yet masks its own operation”.

da classe média negra⁸⁴ – em geral relacionadas ao acesso às universidades e, aparentemente, a mais oportunidades de trabalho – atestavam o “sucesso” das *políticas de integração*.

As gestões de Ronald Reagan e George H. W. Bush⁸⁵ durante as décadas de 1980 e 1990⁸⁶, nos Estados Unidos, foram marcadas por uma descontrolada agenda de privatização de serviços públicos – como saúde, educação, assistência social, transporte público etc. Collins (2004) observa que os ataques a tudo que era *público* emergiram em um contexto em que, pela primeira vez na história, a partir das mudanças institucionais dos anos 1960, negras e negros puderam acessar “igualmente” serviços antes oferecidos apenas aos brancos. Para ela, “ao invés de atacar diretamente os grupos em si – o que daria abertura para acusações de racismo ou sexismo – eles atacaram as instituições públicas que ofereceram maior suporte a esses grupos”⁸⁷ (COLLINS, 2009, p. 21).

Ao mesmo tempo em que promoveram o desmonte do Estado, as administrações republicanas foram responsáveis pelo crescimento do complexo prisional privado nos Estados Unidos, provocando o encarceramento em massa como principal efeito da política de segurança pública. Ironicamente, o período é marcado pelo aumento desproporcional do número de negras, negros e latinos em prisões estadunidenses (DAVIS, 2012). Em um contexto de privatização da segurança pública estadunidense, negras e negros servem como “commodities” para a indústria prisional (COLLINS, 2012, p. 36).

⁸⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre a experiência da classe média negra nos Estados Unidos e uma comparação com a realidade brasileira ver o capítulo Origem, estrutura e transformação da *Black Middle Class*, no livro de Angela Figueiredo (2012, p. 69-102) intitulado *Classe média negra: trajetórias e perfis*.

⁸⁵ Ronald Reagan presidiu os Estados Unidos entre 1981 e 1989. George H. W. Bush, na sequência, foi presidente de 1989 a 1993. Ambos são representantes do Partido Republicano.

⁸⁶ Para Collins, “a partir dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, políticos conservadores levaram adiante uma série de projetos raciais destinados a limitar, se não a eliminar, as conquistas sociais da década de 1960” nos Estados Unidos (COLLINS, 2019a, p. 123)

⁸⁷ Trad. nossa. Texto original: “Rather than directly attacking the groups themselves—behavior that would open them to charges of racism or sexism—they attacked the public institutions that had offered the most support for these groups”.

Combinados, o desmonte do Estado⁸⁸ – e dos serviços públicos –, a ascensão da política prisional e o contexto do *novo racismo* promoveram a ampliação da desigualdade social nas vidas de pessoas negras e outros grupos raciais minoritários nos Estados Unidos. Mais do que isso, geraram consequências catastróficas, como o empobrecimento agudo das famílias negras, em especial das mulheres e crianças, o encarceramento em massa, a multidimensional violência cultural-institucional contra negras e negros, o aumento da violência policial, do desemprego, além da crescente inserção das drogas nas comunidades negras (DAVIS, 2017; COLLINS, 2019a).

Diante o exposto, nos intriga a forma como o poder se organiza e como ele cria desigualdades e injustiças sociais. Neste capítulo, portanto, nossa intenção é apresentar a heurística do poder que Patricia Hill Collins propõe. Vamos analisar como a matriz de dominação produz, alimenta e organiza distintos sistemas de poder. A partir disso, apresentaremos o modelo analítico dos quatro domínios de poder que constituem a matriz de dominação, a saber: os domínios *estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal*. Por fim, vamos investigar como Collins compreende a relação entre opressão e ativismo a partir de uma relação dialética.

2.1. O poder na sociologia de Patricia Hill Collins

Em *From Black Power to Hip Hop: racism, nationalism, and feminism*, Patricia Hill Collins distingue dois tipos de abordagem sobre o poder encontrados nas ciências sociais. A abordagem do *poder como dominação* e a do *poder como mobilização de recursos* (COLLINS, 2006).

O *poder como dominação* é associado às perspectivas que compreendem o poder como algo que um indivíduo ou grupo possui, uma

⁸⁸ De acordo com Ângela Davis, “após Reagan chegar à Casa Branca, 6 milhões de pessoas passaram a viver em situação de pobreza. Vinte milhões sofreram com a fome e, mesmo assim, 1 milhão foi completamente excluído do acesso ao vale-alimentação. Enquanto o subsídio a moradias foi reduzido em 63%, o déficit habitacional continua a crescer em taxas alarmantes”. Ela continua “as forças reacionárias que moldaram as políticas retrogradadas de Ronald Reagan perpetuaram níveis perigosamente altos de desemprego e de déficit habitacional, um clima que promove a violência racista e a crescente discriminação contra as mulheres” (DAVIS, 2017, p. 80-84)

espécie de força ou habilidade. Sob essa perspectiva, as relações de poder são vistas como “jogos de soma-zero”, ou seja, relações estabelecidas a partir da ideia de que há vencedores e perdedores (COLLINS, 2006, p. 22). Na teoria de Marx, por exemplo, o poder é entendido a partir das condições materiais e históricas que uma determinada classe social possui de dominar outras classes. No contexto do capitalismo, os capitalistas sempre ganham justamente porque é a classe que dispõe de mais meios⁸⁹ para controlar o Estado, a economia, a política, as ideias e a própria democracia (COLLINS, R., 2009). Weber, cujo trabalho também é associado à abordagem do poder como dominação, compreende o poder a partir da capacidade de algum indivíduo ou grupo de imporem a sua vontade por meio, por exemplo, de estruturas organizacionais forjadas na burocracia (COLLINS, R. 2009).

A abordagem do poder como *mobilização de recursos*, por sua vez, se relaciona com a teoria de Michel Foucault, onde o poder é compreendido como algo em constante construção e transformação (COLLINS, 2006, p. 198). Sendo o poder algo dinâmico, a abordagem do poder como *mobilização de recursos* destaca que as mudanças sociais ou nas relações de poder estão associadas à capacidade de um grupo de fazer valer seus interesses por meio do uso de recursos diversos - dinheiro, tempo, formação, por exemplo (COLLINS, 2006).

Embora ambas abordagens tenham sido produzidas a partir de perspectivas que deram pouca ou nenhuma atenção às questões relativas às opressões de raça e gênero (COLLINS, 2006), Collins não rejeita nenhuma delas. Pelo contrário, em sua própria concepção o diálogo com as duas abordagens é aparente, ainda que a interseccionalidade seja a perspectiva sobre o poder predominante em seu trabalho. No prefácio do capítulo *Systems of Power and Inequality*, da coletânea *Race, Class & Gender: an anthology*, escrito com Margaret L. Andersen, Collins define *poder* como “a habilidade de influenciar e dominar os outros”⁹⁰ (COLLINS; ANDERSEN, 2007, p. 77). Em sua

⁸⁹ Por exemplo, a própria estrutura do Estado cria as condições para que determinada classe se mantenha no poder. Randall Collins (2009, p. 70) sugere que o republicanismo é uma forma de governo que atende bem às elites, justamente porque as classes mais altas têm maior capacidade de mobilização política por “meios naturais de organização” por dentro e por fora do Estado.

⁹⁰ Trad. nossa. Texto original: “power is the ability to influence and dominate others”.

abordagem, diferentes sistemas de poder (racismo, machismo, opressão de classe, sexismo) interagem entre si em uma *matriz de dominação*, onde o poder é organizado a partir de quatro domínios: *estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal*. Os diálogos de Collins com as abordagens do poder como dominação e como mobilização de recursos, bem como com a interseccionalidade, ficam mais visíveis em sua análise sobre a matriz de dominação e dos domínios do poder.

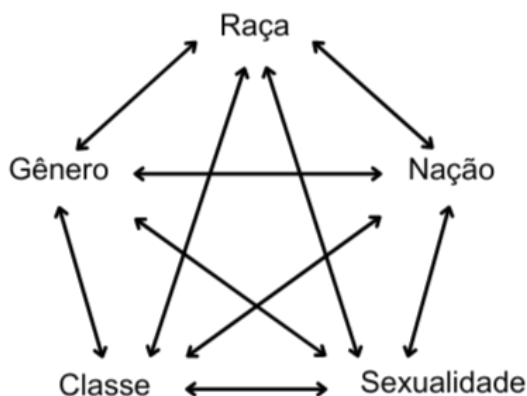
A interseccionalidade, especificamente, nos possibilita compreender como a dominação é consequência da relação dinâmica entre sistemas de poder baseados em diferenças de raça, gênero, classe social, nacionalidade, idade e sexualidade. Enquanto a interseccionalidade fornece as bases para a compreensão do poder a partir de suas relações, bem como as particularidades que se formam em diferentes intersecções, a *matriz de dominação*, como apresenta Collins, *organiza* as opressões e a dominação política (COLLINS, 2019a; 2017; Tabela 2). É nesta matriz que os sistemas de poder se formam e interagem entre si.

A ideia de matriz de dominação foi inicialmente desenvolvida por Collins na obra *Pensamento Feminista Negro* para analisar como se organizam as opressões que as mulheres negras, nos Estados Unidos, vivenciam. No entanto, a *matriz de dominação* é um dispositivo heurístico potente, que pode ser utilizado para analisar a operação do poder em contextos distintos. Uma importante característica da matriz de dominação, portanto, é que ela reflete o contexto social em que ela opera, ou seja, “alguns poderes são mais importantes que outros em contextos sociais específicos” (2022b, p. 25). Collins, por exemplo, identifica que raça, classe, gênero, nação e sexualidade constituem a matriz de dominação estadunidense (Imagem 1). No caso do Brasil, por outro lado, a ideia de nação parece fazer menos sentido⁹¹, já que se perpetuou aqui uma falsa ideia de que “somos todos brasileiros”, diferente dos Estados Unidos, onde a

⁹¹ Embora, assim como nos Estados Unidos, racismo, sexismo e opressão constituam a matriz de dominação brasileira, as formas como esses sistemas de poder operam a dominação podem diferir da forma como esses mesmos sistemas operam nos Estados Unidos. Em outras palavras, ainda que os mesmos sistemas operem em diferentes contextos sociais, eles ainda informarão contornos distintos da dominação.

nacionalidade informa processos de racialização muito específicos para aquele contexto⁹².

Figura 1 – Matriz de dominação estadunidense segundo Patricia Hill Collins.



Fonte: autor.

Importante destacar que a matriz de dominação está sempre *historicamente situada*. A análise material e histórica que Collins faz sobre as condições de vida das mulheres negras estadunidenses é o principal ponto de partida para que ela identifique a matriz de dominação dos Estados Unidos (COLLINS, 2019a). Isso nos sugere que esse tipo de análise pode ser central na compreensão de diferentes matrizes de dominação. Em outras palavras, analisar as condições históricas e materiais que possibilitam situações de desigualdade e injustiça pode ajudar a entender quais são os sistemas de poder que operam em determinado contexto social.

Outra característica da matriz de dominação é que, em qualquer contexto, a dominação engloba sistemas de poder que se interseccionam (2022b). Partindo da premissa de que as relações de poder são complexas, não existe nenhum sistema de poder que sozinho possa organizar a dominação. Como a divisão social no capitalismo está profundamente ligada às diferenças informadas por relações binárias, em que há dominadores e dominados, as

⁹² Em *From Black Power to Hip Hop: racism, nationalism and feminism*, Patricia Hill Collins investiga a centralidade da ideia de nação no processo de formação da identidade nacional americana.

diversas configurações sociais, nos diferentes contextos, vão refletir relações complexas e, de alguma forma, interseccionadas de dominação. Evidentemente, a forma como a dominação se desenvolveu em cada lugar é determinante para determinar quais são essas relações, mas elas são diversas e podem refletir sistemas de poder baseados em categorias múltiplas e distintas.

Por fim, uma característica central é que a matriz de dominação se organiza a partir de domínios distintos e interdependentes do poder (2020a), igualmente importantes ao funcionamento dos sistemas de poder (COLLINS, 2009), a saber: os *domínios estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal*. O modelo dos domínios do poder, proposto por Collins, também constitui um dispositivo heurístico para analisar o poder. Ele é útil para pensar o poder e analisar os fenômenos sociais associados às relações de poder (COLLINS, 2012, p. 72).

Tabela 2 – Operação e organização do poder segundo Patricia Hill Collins

O poder opera a partir de relações interseccionadas entre sistemas de poder baseados em raça, gênero, classe, nação, sexualidade, idade e capacidade.	
A Matriz de Dominação organiza o poder a partir de quatro domínios: estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal.	
Domínio Estrutural	Domínio disciplinar
Organiza o poder por meio de regras, normas, políticas das instituições. Opera por meio da burocracia.	Administra o poder por meio da aplicação injusta de regras e leis, e do controle burocrático por meio de ferramentas como a vigilância.
Domínio cultural	Domínio interpessoal
Produz as ideias que justificam a dominação. Opera pelas vias do conhecimento, da cultura, da mídia.	Diz respeito as formas cotidianas que as pessoas experienciam as desigualdades e injustiças. Opera por meio das relações interpessoais.

Fonte: autor.

O modelo dos domínios do poder tem sido aprimorado por Collins ao longo dos anos. No artigo *Toward a New Vision: race, class and gender as categories of analysis and connection*, de 1989, Collins analisa os domínios em

termos de opressão⁹³, não poder. Ela, a partir de categorias propostas por Sandra Harding⁹⁴, fala de três *dimensões da opressão*: institucional, simbólica e individual. Um ano mais tarde, em *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (1990), o modelo já aparece mais amadurecido: aqui Collins já identifica *domínios do poder*, não apenas dimensões da *opressão*. A mudança sugere que pensar em termos de poder, ou de relações de poder, parece conferir movimento e contradição no processo de opressão. Da mesma forma, trazer a ideia de domínio implica, também, compreender que o poder se organiza em torno de estruturas e relações de dominação.

Em *Pensamento Feminista Negro*, Collins também redefine as categorias/domínios: a dimensão institucional da opressão se divide entre dois diferentes domínios, o estrutural e disciplinar; a dimensão simbólica assume a forma do domínio hegemônico; e por fim, a dimensão individual da opressão aparece como o domínio interpessoal do poder. O tema dos domínios do poder volta a ser tratado, de forma mais sistemática, em *Another Kind of Public Education: schools, the media, and democratic possibilities*, de 2009. Aqui Collins descreve melhor os domínios do poder como ferramenta heurística. Uma mudança importante de concepção aparece aqui: o domínio hegemônico passa a ser analisado como um domínio *cultural* do poder. De acordo com Collins (2017), sob influência dos estudos culturais que enfatizavam as relações entre cultura e resistência, ela passou a compreender o domínio *hegemônico* como um domínio *cultural*. Com isso, ela diminuiu o peso da dominação em sua análise para compreender os processos de resistência política que podem ocorrer neste domínio.

⁹³ Collins define a opressão como “qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (COLLINS, 2019a, p. 33). As opressões representam relações de poder que resultam em negação de direitos a grupos com menos – ou nenhum – poder na sociedade. O poder, por sua vez, não trata da consequência em si, mas diz respeito ao processo anterior, ou seja, a capacidade de oprimir.

⁹⁴ Sandra Harding é uma filósofa estadunidense associada aos estudos feministas e pós-coloniais. De acordo com Collins, “A afirmação de Sandra Harding de que a opressão de gênero é estruturada em três dimensões principais - a institucional, a simbólica e a individual - oferece um modelo útil para uma análise mais abrangente que abrange raça, classe e opressão de gênero” (COLLINS, 2012). Mais precisamente, Harding entende o simbolismo, a estrutura e o individual como aspectos do próprio gênero: “simbolismo de gênero, estrutura de gênero e gênero individual” (HARDING, 1986, p. 18).

Em *The difference that power makes: intersectionality and democratic possibilities*, de 2017, Collins retoma o debate. Junto a *Another Kind of Public Education: race, schools, the media and democratic possibilities*, o artigo apresenta algumas definições importantes sobre a heurística dos domínios do poder. Para Patricia Hill Collins,

O modelo dos domínios do poder é uma ferramenta heurística para examinar a organização das relações de poder. Essa heurística pode ser usada para analisar os sistemas de poder, tanto singularmente ou em combinados, por exemplo, a organização do racismo como um sistema singular de opressão, assim como sistemas interseccionais de poder. Essa heurística pode também ser usada para analisar a resistência à opressão.⁹⁵ (2022b, p. 22).

Collins apresenta, ainda, algumas características. Primeiro, ela destaca que, a heurística dos domínios do poder é uma ferramenta “flexível”: não só não considera nenhum domínio mais relevante que outro, como também “sugere que todos os domínios de poder estão presentes e influenciam a organização do poder em qualquer contexto social”, em diferentes lugares e períodos históricos (2022b, p. 23). Neste sentido, ela possibilita múltiplas formas de análise. Por exemplo, em *Pensamento Feminista Negro* (2019a), Collins utiliza os domínios do poder para analisar como as relações entre racismo, sexismo e exploração de classe de classe geram desigualdades específicas para mulheres negras. Já em *Another Kind of Public Education* (2009), ela analisa especificamente como o racismo como sistema de poder opera a partir dos quatro domínios do poder. Em *Interseccionalidade* (2020), escrito com Sirma Bilge, ela utiliza a heurística para analisar processos de desigualdade em diferentes contextos sociais (a saber, a Copa do Mundo da Fifa e o movimento de mulheres negras no Brasil).

Outra característica é que a ferramenta dos domínios do poder possibilita um campo de visão amplo, onde as complexidades do poder são visíveis. De

⁹⁵ Trad. nossa. Texto original: “The domains-of-power framework is a heuristic device for examining the organization of power relations. This heuristic can be used to analyze systems of power, either singularly or in combination, e.g., the organization of racism as a singular system of oppression, as well as intersecting systems of power. The heuristic can also be used to analyze resistance to oppressions”.

acordo com Collins, ela “protege contra o reducionismo porque a sinergia entre os domínios de poder traz luz às formas complexas que a dominação e a resistência podem assumir através dos domínios” (2022b, p. 23). Por fim, como observa Collins, “as relações de poder podem ser analisadas tanto por meio de sua construção mútua [...] bem como através dos domínios do poder” (2022b, p. 24).

Em *Another Kind of Public Education*, Collins apresenta algumas definições mais específicas sobre o uso da heurística dos domínios do poder para analisar o racismo *colorblind* como sistema de poder. Primeiro, algumas pessoas parecem ignorar os domínios estrutural, disciplinar e interpessoal do poder e “seus entendimentos de raça e racismo colapsam no interior do domínio pessoal”⁹⁶ (COLLINS, 2009, p. 54). Em segundo lugar, para Collins, tanto a dominação racial quanto a resistência ao racismo são organizados *em* cada domínio do poder, ao mesmo tempo em que *entre* eles (COLLINS, 2009, p. 54). Em terceiro lugar, cada domínio possui características distintas que moldam a produção do racismo e as resistências em cada um. Por fim, a análise a partir dos domínios do poder permite uma compreensão mais complexa sobre o racismo como sistema de poder. Nas próximas páginas, abordaremos cada um dos domínios do poder, em especial a partir da análise que Collins faz sobre o racismo *colorblind* como sistema de poder nos Estados Unidos.

2.1.1. Domínio estrutural do poder: lugar de negro, lugar de branco.

As mudanças promovidas na esteira das mobilizações pelos direitos civis, a partir da década de 1950, inauguraram um processo de dessegregação social nos Estados Unidos. Em 1954, a Suprema Corte, no caso *Brown v.*

⁹⁶ Trad. nossa. Texto original: “their understandings of race and racism get collapsed into the personal domain”. Enquanto nos Estados Unidos, segundo Collins, o racismo é visto como algo inexistente na esfera pública, no Brasil o racismo é visto quase que exclusivamente neste local. Por exemplo, a circulação do conceito de racismo estrutural, trabalhado por Silvio Almeida, mostra como a branquitude busca se desresponsabilizar das práticas de racismo ao justificar que o racismo é natural porque o racismo no Brasil é puramente “estrutural”. Nas redes sociais, inclusive, pessoas negras costumam dizer ironicamente que “desde que inventaram o racismo estrutural, ninguém mais foi racista”.

Conselho de Educação de Topeka, declarou inconstitucional a segregação nas escolas públicas. Dez anos depois, em 1964, o Congresso estadunidense aprovou o *Civil Rights Act*, que proibia a discriminação com base em raça, cor, religião, sexo, idade, etnia ou nacionalidade (COLLINS, 2009, p. 60; 2004, p. 74). Este último catalisou, ainda, a promoção de diversas mudanças jurídicas importantes que, no decorrer das décadas seguintes, atuaram no sentido de ampliação da dessegregação⁹⁷. Essas mudanças, a partir da ideia de que a sociedade estadunidense abandonava a segregação pela integração, como observa Patricia Hill Collins, geraram êxtase e esperança (COLLINS, 2012, p. 34). Segundo ela,

“Politicamente, muito mudou nos Estados Unidos. Movimentos sociais de Negros, Latinos, mulheres, gays e lésbicas, entre outros, catalisaram uma mudança no clima legal nos Estados Unidos. No intervalo de menos de vinte e cinco anos, reformas legais compuseram o cenário para a erosão de uma grande variedade de mecanismos, por reproduzirem a desigualdade social na sociedade americana.”⁹⁸
(COLLINS, 2004, p. 75-76)

De fato, como Collins observa, os sinais visíveis da segregação racial nos Estados Unidos, foram destituídos pelas mudanças jurídicas e institucionais que a tornaram, em tese, ilegal. Segundo ela, “certamente, os sinais visíveis de

⁹⁷ Além das decisões de 1954 (*Brown v. Conselho de Educação*) e 1964 (*Civil Rights Act*), Collins cita “a Fair Housing Law de 1968 proibiu a discriminação contra pessoas que procuram moradia com base em raça, cor, religião ou nacionalidade; e a Lei dos Direitos de Voto de 1965 revogou as práticas discriminatórias locais contra os eleitores afro-americanos, uma lei alterada em 1975 e 1982 para incluir minorias linguísticas. A Lei de Imigração de 1965 removeu as barreiras à imigração para pessoas de nações principalmente não-brancas. A decisão de 1967 da Suprema Corte de *Loving v. Virginia* removeu todas as barreiras legais ao casamento inter-racial. Em 2003, em *Lawrence e Garner v. Texas*, a Suprema Corte derrubou uma lei anti-sodomia que tornava ilegal que parceiros do mesmo sexo se envolvessem em condutas sexuais permitidas para parceiros de sexo diferente. Em essência, o tribunal decidiu que as práticas sexuais de pessoas LGBT eram cobertas por leis de privacidade” (COLLINS, 2009, p. 60; 2004: 74).

⁹⁸ Trad. nossa. Texto original: Politically, much changed in the United States. Social movements by Blacks, Latinos, women, and gays and lesbians, among others, catalyzed a changing legal climate in the United States. In a span of less than twenty-five years, legal reforms set the stage for the erosion of a wide array of mechanisms for reproducing social inequality in American society.

'*white only*', que sustentavam o racismo de Jim Crow, são coisa do passado"⁹⁹ (COLLINS, 2009, p. 59), o que gerou uma ilusão de igualdade, ou seja, de que a sociedade estava, realmente, se integrando (COLLINS, 2012). No entanto, o que se viu foi que, na prática, pouca coisa havia mudado: "efeitos *invisíveis* do passado de segregação racial, assim como efeitos das novas formas de segregação racial, continuam a moldar as instituições sociais americanas"¹⁰⁰ (COLLINS, 2009, p. 59). Um exemplo importante dessa "dessegregação imperfeita" (COLLINS, 2009, p. 59), é a segregação residencial, que seguiu, consistentemente, separando espacialmente brancos e negros. De acordo com Collins (2004, p. 76): "a concentração de pessoas negras trabalhadoras e pobres em bairros racialmente segregados" tem sido tão severa nas áreas metropolitanas com uma larga população negra, que comumente isso é chamado de hiper segregação¹⁰¹.

No contexto do *novo racismo*, a segregação residencial se tornou especialmente importante porque permitiu a perpetuação, a partir das instituições sociais, de desigualdades sociais em diversas áreas da vida de pessoas negras. Collins (2009; 2013) chama a atenção para duas instituições que, combinadas à segregação residencial, produzem e reproduzem essas desigualdades e injustiças raciais: as escolas públicas e as prisões. Segundo Collins, o lugar onde as pessoas moram determinam para qual tipo de escola elas vão (COLLINS, 2009, p. 61). Ela observa, ainda, que estudantes negros continuam a ir para escolas que atendem principalmente negros e latinos (COLLINS, 2012). Essas escolas, em áreas segregadas e empobrecidas são comumente afetadas pelo baixo investimento público (COLLINS, 2009). Collins aponta que

⁹⁹ Trad. nossa. Texto original: Certainly, the visible "whites only" signs that upheld Jim Crow racism are a thing of the past.

¹⁰⁰ Trad. nossa. Texto original: invisible effects of past racial segregation, as well as the workings of new forms of racial segregation, continue to shape American social institutions.

¹⁰¹ Trad. nossa. Texto original: "the concentration of working and poor black people in racially segregated neighborhoods". A segregação residencial nos Estados Unidos segue persistente até hoje. Dados do *The Roots of Structural Racism Project*, produzidos pelo Othering & Belonging Institute, da Universidade da Califórnia – Berkeley, em 2021, mostra que "de todas as regiões metropolitanas dos Estados Unidos com mais de 200.000 residentes, 81% (169 de 209) eram mais segregadas em 2019 do que eram em 1990". O relatório está disponível em: <<https://belonging.berkeley.edu/roots-structural-racism>>. Acesso em 6 de fevereiro de 2023.

“Os efeitos do baixo financiamento escolar levaram a formação de turmas de tamanhos maiores, altas taxas de rotatividade entre professores, falta de recursos em sala de aula e professores não qualificados. Esses fatores, por sua vez, fomentam altas taxas de abandono escolar (porque os estudantes não atingem os requisitos para graduação ou porque eles não querem frequentar escolas inferiores). A falta de credenciais que são necessárias ao mercado de trabalho atual, no qual estudantes entram na vida adulta, é uma desvantagem. Sem um diploma de ensino médio, eles lutam para encontrar um trabalho regularizado que pague um salário digno para se viver, então alguns jovens se voltam às atividades ilegais. Como resultado, muitos desses jovens vão parar na prisão, e porque prisões são sistematicamente carceragens ao invés de centros de reabilitação, detentos que reingressam nas comunidades são impossibilitados de encontrar empregos (por terem uma ficha criminal ou porque não há trabalho) e geralmente acabam voltando à cadeia¹⁰² (COLLINS, 2009, p. 62).

Confinados em bairros segregados e em escolas precarizadas, portanto, jovens negros acabam se encontrando numa rua sem saída já que, como aponta Collins, eles estão em desvantagem e encontram nenhuma ou poucas oportunidades que poderiam garantir o acesso integral a direitos como educação e trabalho, por exemplo. Nesse sentido, as drogas e o crime emergem como alternativas à falta de oportunidades e, desta forma, um significativo número de jovens negros e latinos estão encarcerados (COLLINS, 2009)¹⁰³.

¹⁰² Trad. nossa. Texto original: “The effects of low school funding lead to large class sizes, high teacher turnover rates, lack of classroom resources, and uncertified teachers. These factors, in turn, foster high dropout rates (because students don’t meet the graduation requirements or because they don’t want to attend inferior schools). Lacking the credentials that are needed for today’s job market, such students enter adulthood at a disadvantage. Without a high school diploma, they struggle to find a legal job that pays a decent living wage, so some youth turn to illegal activities. As a result, many of these young people go to jail, and because jails are routinely holding cells rather than rehabilitation centers, inmates who reenter communities are unable to find jobs (because they have a criminal record or because there are no jobs) and usually end up back in jail”.

¹⁰³ É importante destacar que as prisões representam mais do que o simples encarceramento físico. Michelle Alexander (2010), por exemplo, chama atenção para as “punições invisíveis” associadas ao encarceramento, como a negação do direito de voto de presos e ex-presos.

A forma como operam a segregação residencial, as escolas públicas e as prisões, conforme apresenta Patricia Hill Collins, são exemplos de como instituições sociais são essenciais para a operação do racismo como sistema de poder. Como ela observa, “ghettos, escolas e prisões começam a se assemelhar de maneira que as pessoas se movem suavemente entre eles”¹⁰⁴ (COLLINS, 2009, p. 63), o que insere pessoas negras da classe trabalhadora em uma dinâmica contínua de exclusão e, principalmente, de limitações ao direito pleno à *cidadania*. A operação dessa exclusão social acontece no que Collins entende como o *domínio estrutural do poder*, definido por ela como uma

“constelação de práticas organizadas relativas a trabalho, governo, educação, direitos, negócios e moradia que funcionam para manter a distribuição desigual e injusta dos recursos sociais. Ao contrário da discriminação e do preconceito, que funcionam em nível individual, o domínio estrutural do poder opera por meio das **leis e das políticas de instituições sociais**” (COLLINS, 2019a, p. 459).

O domínio estrutural “estabelece os parâmetros da organização social, assim como as normas que a defendem”¹⁰⁵ (COLLINS, 2009, p. 63). Neste sentido, a *burocracia*, que emergiu como “uma forma particularmente moderna de organização social”¹⁰⁶ (COLLINS, 1998, p. 103), tem um papel central na administração do domínio estrutural de poder (COLLINS, 2019a). Essa é a primeira característica do domínio estrutural de poder. Aqui, vale aqui trazeremos a leitura de Max Weber. Ele chama a atenção para o fato de que racionalidade é um atributo fundamental da burocracia, definida pela objetividade das regras (WEBER, 2004, p. 233). As normas, leis e políticas que organizam essa dominação são constituídos a partir de uma estrutura complexa e rigorosa baseada em uma distribuição hierarquizada e especializada de competências; é, também, orientada por uma “superioridade puramente *técnica*” desta forma de

¹⁰⁴ Trad. nossa. Texto original: “ghettos, schools, and prisons begin to resemble one another in ways where people move smoothly among them”.

¹⁰⁵ Trad. nossa. Texto original: “The structural domain of power establishes the parameters of social organization as well as the rules and regulations that uphold them.”

¹⁰⁶ Trad. nossa. Texto original: “bureaucracy as a particularly modern form of social organization”.

organização. A burocracia também acompanha uma “concentração dos meios de serviço materiais” (WEBER, 2004, p. 217) nas mãos do “senhor”, o que cria uma relação de dominação entre os que organizam a burocracia e aqueles organizados *a partir* dessa burocracia. De acordo com Weber,

“Onde quer que a burocratização da administração tenha sido levada conseqüentemente a cabo, cria-se uma forma praticamente inquebrantável das relações de dominação [...] Os dominados, por sua vez, não podem nem prescindir de um aparato de dominação burocrático, uma vez existente, nem substituí-lo, porque este se baseia numa síntese bem planejada de instrução específica, especialização técnica com divisão do trabalho e firme preparo para exercer determinadas funções habituais e dominadas com destreza” (WEBER, 2004, p. 222. Grifo nosso).

Essa dominação, como aponta Weber, portanto, é “fundada na *crença* da validade do estatuto legal e da competência funcional baseada em normas racionalmente definidas” (WEBER, 2003, p. 11) e é um “meio de poder de primeira categoria para aquele que dispõe do aparato burocrático” (WEBER, 2004, p. 222). Isso nos leva a uma segunda característica do domínio estrutural do poder: as leis e normas, em suma, a burocracia, são organizadas de cima para baixo, independente da vontade dos grupos que, por meio dessas, são atingidos pela desigualdade social. A organização das instituições sociais, portanto, responde aos interesses do grupo social dominante, que opera a organização burocrática (COLLINS, 2009). Aqui, a contribuição de Karl Marx sobre como a estrutura do Estado produz desigualdades sociais também é importante para a definição de Collins. Primeiro, vale destacar que, para Marx (2007), o Estado é a expressão dos interesses da classe dominante e o que dá significado político às instituições sociais.

No contexto do capitalismo, o Estado reflete os interesses da classe que detém meios de produção, nesse caso a classe dos capitalistas, que utiliza das normas e leis para garantir ao máximo a exploração do trabalho da classe trabalhadora. Para Marx (2007), as leis são a expressão das vontades da burguesia que, condicionadas pelas condições materiais da classe, são impostas como certas para todos. Para ele, portanto, a lei é definida a partir das condições

históricas e materiais da classe dominante. A existência da lei e do Estado, em especial como representação da vontade da burguesia, também independe das vontades da classe dominada. No caso do racismo como sistema de poder, a estrutura social beneficia diretamente o projeto supremacista branco de poder, ao mesmo tempo em que nega o direito pleno à cidadania a negras, negros, latinos, latinas, asiáticos, asiáticas e outros grupos raciais não-brancos nos Estados Unidos, independente de sua vontade. Como Collins observa, “as instituições comumente discriminam em favor dos brancos e contra qualquer outro”¹⁰⁷ grupo social (COLLINS, 2012, p. 72).

Por fim, a última característica do domínio estrutural do poder é que as políticas de uma instituição podem refletir em outras (COLLINS, 2009). Nesse sentido, normas e leis que geram desigualdades em uma área podem desencadear uma série de situações de injustiça em outra. A relação entre bairros segregados, escolas e prisões nos Estados Unidos, como apresentou Collins, mostra essa conexão, que parece desencadear um “efeito dominó”: a segregação residencial determina para que escola as crianças devam ir. Sem investimentos adequados, as escolas precarizadas oferecem poucas alternativas para jovens negros. Muitos acabam sendo presos. É um ciclo que repete situações de injustiça de uma instituição para outra.

2.1.2. Domínio disciplinar do poder: racismo institucional, disciplina e vigilância.

Enquanto o domínio estrutural organiza, o domínio disciplinar administra o poder. Neste domínio, a burocracia também é central. No entanto, enquanto no domínio estrutural a burocracia organiza, aqui a ênfase é na forma com que as “organizações são dirigidas” a partir de “hierarquias burocráticas” (COLLINS, 2019a, p. 443). A burocracia é uma ferramenta de controle social e tem, portanto, a finalidade de disciplinar (COLLINS, 2019a, p. 443). De acordo com Patricia Hill Collins,

¹⁰⁷ Trad. nossa. Texto original: “routinely discriminate in favor of whites and against everyone else.”

“ o domínio disciplinar do poder foca na dinâmica de como indivíduos e organizações exercem o poder; em outras palavras, como as pessoas cumprem e resistem às regras, assim como às técnicas e práticas das organizações que regulam populações. O domínio disciplinar regula como uma pessoa trata a outra, entretanto, os comportamentos no domínio disciplinar tipicamente emergem de diferenças de poder no domínio estrutural”¹⁰⁸ (COLLINS, 2009, p. 63)

Neste sentido, portanto, o domínio disciplinar trata da forma que o poder é exercido. Por um lado, ele se define pela desigualdade, moldada a partir de diferenças baseadas em raça, classe, nação, sexualidade e gênero, na aplicação de dispositivos legais e normativos. Em *Another Kind of Public Education*, Collins observa, por exemplo, essa desigualdade em escolas públicas dos Estados Unidos. As formas como crianças negras e latinas filhas da classe trabalhadora vivenciam a escola mostram como essa instituição opera na disciplina com base em diferenças raciais, sociais e de gênero (COLLINS, 2009, p. 64). Ela aponta, a partir do estudo *Bad Boys*, de Anna Arnett Ferguson¹⁰⁹, que meninos negros são desproporcionalmente enviados para salas de detenção como punição por seu “mau comportamento”. Segundo Collins, no entanto, raça, classe e gênero aparecem como contornos fundamentais para determinar o bom ou o mal comportado (COLLINS, 2009, p. 64):

“Ferguson documentou que os meninos afro-americanos eram mais suscetíveis a receber punições pelo mesmo comportamento que era negligenciado ou perdoado a outras crianças. Além disso, essa escola possuía uma sala para segunda detenção, especialmente para crianças reincidentes, e Ferguson descobriu que os meninos afro-

¹⁰⁸ Trad. nossa. Texto original: “the disciplinary domain of power focuses on the dynamics of how individuals and organizations exercise power; in other words, how people enforce and resist rules and the techniques and practices of organizations that regulate populations. The disciplinary domain does regulate how one person treats another, yet the behaviors in the disciplinary domain typically stem from differences in power in the structural domain”.

¹⁰⁹ Segundo Collins, *Bad Boys* é “um estudo de uma escola primária multirracial em uma comunidade da Califórnia, Ann Arnett Ferguson estudou como os meninos afro-americanos acabaram desproporcionalmente no que a escola chamou de “salas de punição” (COLLINS, 2009, p. 64). Trad. nossa. Texto original: a study of a multiracial elementary school in a California community, Ann Arnett Ferguson studied how African American boys disproportionately ended up in what the school called ‘punishment rooms’

americanos eram desproporcionalmente enviados à essa sala. Ferguson reportou sentir-se desconfortável ao sentar-se nessa sala - para ela, parecia muito mais como uma prisão do que a primeira sala de detenções. A segunda sala era quente e abafada, e parecia dizer aos garotos: esse é seu futuro se não se comportar.”¹¹⁰ (COLLINS, 2009, p. 64)

Nesse contexto, punir o “mau comportamento” significa disciplinar o próprio “malcomportado”, para que ele se ajuste às normas do bom comportamento, em outras palavras, para que seja dócil e disciplinado (COLLINS, 2019a). A “sala de detenção” pode ser vista como uma metáfora para o que Michel Foucault chama de sanção normalizadora, um instrumento do poder disciplinar que opera em termos de uma *micropenalidade* do “tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo, da sexualidade” (FOUCAULT, 1999, p. 149). Ele observa, ainda, que “usa-se, a título de punições, toda uma série de processos sutis, que vai desde o castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações” (FOUCAULT, 1999, p. 149). Nesse contexto, a disciplina tem o papel de corrigir, de “reduzir os desvios” (FOUCAULT, 1999, p. 150).

Foucault (1999) também fala sobre como as dicotomias binárias, como bem e mal, qualificam os comportamentos. No contexto do poder disciplinar, como o autor observa, “através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas a dos indivíduos, de sua natureza, de suas virtudes, de seu nível ou valor” (FOUCAULT, 1999, p. 151). No racismo como sistema de poder, como mostra o exemplo trazido por Patrícia Hill Collins, o “mau comportamento” é associado a diferenças baseadas em raça, gênero, classe e nação e, nesse sentido, associado aos comportamentos de jovens negros e latinos¹¹¹ (COLLINS, 2009).

¹¹⁰ Trad. nossa. Texto original: Ferguson documented that African American boys were more likely to end up in punishment for the same behavior that was overlooked or excused in other children. Moreover, this school had a second punishment room for especially recalcitrant children, and Ferguson found that African American boys were disproportionately sent to this room. Ferguson reported feeling uncomfortable sitting in this room—to her it felt much more like a prison than the first punishment room. The second room was hot and airless, and it seemed to say to the boys, this is your future if you don't behave.

¹¹¹ Ashley Garcia analisa, a partir do modelo dos domínios do poder de Collins, as dimensões da opressão vivenciada *pela* e *na* comunidade latina nos Estados Unidos, com ênfase na análise

Em outras palavras, *ser* um jovem negro, por si só, já parece implicar um “mau comportamento” e ele precisa, portanto, ser disciplinado, docilizado e, nesse mesmo processo, vigiado (COLLINS, 2019a; 2009; CARNEIRO, 2005; FOUCAULT, 1999).

Sobre esse exemplo, Collins observa que “meninos afro-americanos eram disciplinados quando o professor *via* comportamentos supostamente anormais” (COLLINS, 2009, p. 65), ao mesmo tempo em que ele “poderia ‘*deixar passar*’ ou escolher *ver de forma diferente* o mesmo comportamento em outras crianças”¹¹² (COLLINS, 2009, p. 65). Para Collins, “o poder de ver e deixar passar [...] são parte de um contexto mais amplo de vigilância”¹¹³ (COLLINS, 2009, p. 66). No mesmo sentido, Foucault aponta que “o exercício da disciplina pressupõe um dispositivo que coaja por meio do olhar” (FOUCAULT, 1999, p. 143). A vigilância é, assim como a sanção normalizadora, um instrumento central do poder disciplinar, como proposto por Foucault, ou do domínio disciplinar¹¹⁴ de Collins (COLLINS, 2019a; FOUCAULT, 1999).

A vigilância não se trata apenas do *olhar*, mas do controle social, da disciplina *pelo olhar* (COLLINS, 2019a; 2009). Para Foucault, em linhas gerais, a vigilância opera como uma ferramenta de observação constante, na medida em que estabelece técnicas de visualização do todo, a partir de olhares múltiplos e discretos: o poder disciplinar está em todo lugar. Opera, também, como ferramenta de registro, possibilitando a formação de um saber sobre quem se vigia (FOUCAULT, 1999; 1997). Por fim, funciona como um dispositivo de adestramento, cujo objetivo é manter cada um em seu lugar (FOUCAULT, 1999). Nesse contexto, a vigilância, quando opera a partir das lentes do racismo, atua para manter jovens negros e latinos sob observação e disciplina constantes: da

a partir da ideia de estratificação racial (BONILLA SILVA, 2020) e do colorismo. Garcia destaca como jovens Afro-Latinos vivenciam graus diferenciados de opressão. Ver *The Implications of Skin Tone Stratification in Latinx Perspectives of Race* (GARCIA, 2020). Em português *As implicações da Estratificação do Tom da Pele nas Perspectivas Latinas sobre Raça*.

¹¹² Trad. nossa. Texto original: “in the above example, African American boys were disciplined when the teacher saw so-called aberrant behavior, but that same teacher may overlook or choose to see differently the same behavior in other children”.

¹¹³ Trad. nossa. Texto original: “the power to see and overlook, to greet and ignore, are part of a larger context of surveillance”.

¹¹⁴ Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1999) identifica três técnicas do poder disciplinar: a sanção normalizadora, a vigilância hierárquica e o exame.

mesma forma que eles são enviados desproporcionalmente para as salas de detenção, Collins observa que

“jovens afro-americanos e latinos estão sob constante vigilância. Eles encontram detectores de metais em escolas que ostensivamente se certificam de que eles não possuem armas; são seguidos por seguranças em lojas e shoppings; a polícia rotineiramente os param independentemente do tipo de vizinhança que estão”¹¹⁵ (COLLINS, 2009, p. 67)

Nesse contexto, o panoptismo, como analisado por Foucault¹¹⁶, fornece mais alguns pontos importantes para pensarmos como o domínio disciplinar opera do ponto de vista geral. O panoptismo é “um princípio geral de uma nova anatomia política, cujo objeto e finalidade [...] são as relações de disciplina” (FOUCAULT, 1999, p. 172). O Panóptico é uma forma de operar as relações de poder, em que é possível “*ver* constantemente e *reconhecer* de imediato” (FOUCAULT, 1999, p. 166). A vigilância no panoptismo é, portanto, generalizada e, nesse caso, reconhecer implica a classificação daqueles que estão sendo vigiados. De acordo com Foucault, os *esquemas de exclusão* estão presentes nos *esquemas disciplinares*. Para Foucault, “em geral, todas as instâncias de controle individual funcionam num modo duplo: o da divisão binária ([...] normal/anormal) e da marcação [...] e o da determinação coercitiva, da divisão diferencial” (FOUCAULT, 1999, p. 165). No caso do racismo, por exemplo, as pessoas são classificadas não apenas pela cor da pele, mas pela determinação

¹¹⁵ Trad. nossa. Texto original: “African American and Latino youth are under constant surveillance. They encounter metal detectors in school that ostensibly make sure that they don’t have weapons; they are followed by security in stores and malls; police routinely stop them regardless of what type of neighborhood they are in”.

¹¹⁶ Foucault analisa o panoptismo a partir da proposta do filósofo e jurista britânico Jeremy Bentham sobre o que seria a prisão ideal. Aqui, vamos nos ater menos ao modelo concreto do Panoptico de Bentham e mais ao caráter analítico do panoptismo proposto por Foucault. Para Foucault, “o panóptico deve ser visto como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida quotidiana dos homens”; é “o diagrama de um mecanismo de poder” (FOUCAULT, 1999)

de posições do tipo “quem é, onde deveria estar...” (FOUCAULT, 1999, p. 165) sendo, a partir disso, marcadas. Nesse sentido, como aponta Sueli Carneiro¹¹⁷,

“para Foucault, no panoptismo, ‘a vigilância sobre os indivíduos se exerce ao nível não do que se faz, mas do que se é; não do que se faz, mas do que se pode fazer’ (FOUCAULT, 1979, p. 104). Assim, a própria cena social é onde se realiza a vigilância e a punição como tecnologias de controle racial [...] a matéria punível é a própria racialidade negra. Então, os atos infracionais dos negros são a consequência esperada e promovida da substância do crime que é a negritude” (CARNEIRO, 2005, p. 128-129).

No mesmo sentido proposto por Sueli Carneiro, Foucault observa ainda que os instrumentos de poder organizam esses processos de divisão e marcação que acompanham “a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem a tarefa de avaliar, controlar e corrigir os anormais” (FOUCAULT, 1999, p. 165). Nesse contexto, Foucault destaca a importância do conhecimento na organização e justificação do controle dos anormais¹¹⁸. No modelo analítico dos domínios do poder, proposto por Patricia Hill Collins, é o domínio cultural, em especial, que destaca o papel da cultura e do conhecimento no processo de justificação da opressão.

¹¹⁷ Sueli Carneiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Ela dedicou sua tese de doutorado a um estudo mais aprofundado sobre o racismo como sistema de poder no contexto brasileiro. (Ver: CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 7 fev. 2023). Assim como Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro analisa o racismo a partir da interlocução com a obra de Foucault sobre o poder. Ela, a partir da noção de *dispositivo de sexualidade*, que Foucault desenvolve em *A história da sexualidade*, propõe os conceitos de *dispositivo de racialidade/biopoder*. De acordo com Carneiro, “concorrem no domínio da racialidade no Brasil os dois gabaritos de inteligibilidade: o do dispositivo de poder, voltado para o adestramento e eleição/subordinação das racialidades, informado por visões raciais produzidas historicamente; e, em dimensão mais ampla, opera a lógica do biopoder conformando em nosso entendimento um dispositivo de poder híbrido: o dispositivo de racialidade/biopoder um instrumento de produção e reprodução sistemática de hierarquias raciais e, mesmo produção e distribuição de vida e de morte” (CARNEIRO, 2005, p. 94).

¹¹⁸ No caso dos estudos dos anormais, Foucault destaca especialmente “uma teoria geral da ‘degenerescência’ que [...] vai servir durante mais de meio século, de quadro teórico, ao mesmo tempo que de uma justificação social e moral a todas as técnicas de localização, de classificação e de intervenção sobre os anormais” (FOUCAULT, 1997)

2.1.3. *Domínio cultural do poder: controle das ideias e a justificação do racismo.*

Patrícia Hill Collins entende a ideologia como “um conjunto de ideias que refletem os interesses de determinado grupo social”¹¹⁹ (COLLINS, 2004, p. 351). Essas ideias são fabricadas, legitimadas e distribuídas a partir do *domínio cultural do poder*. É o domínio onde essas ideias são manipuladas pelos grupos sociais dominantes, assumindo a forma de uma ideologia hegemônica (COLLINS, 2019a). Essa hegemonia, segundo Collins, reflete o uso da ideologia para criar “ideias *dadas como certas* que são usadas para justificar a opressão”¹²⁰ (COLLINS, 2004, p. 350). Nesse contexto, as ideias divergentes, que contestam as ideias hegemônicas, são alvo de policiamento, supressão e despolitização (COLLINS, 2004). De acordo com Collins,

“Ideias hegemônicas são designadas para justificar esses padrões ocupacionais para nos convencer de que eles são naturais, porque é assim que as coisas são, e porque é natural, não há como mudá-los. Ideias hegemônicas também calam as divergências e mantêm o *status quo*”¹²¹ (COLLINS, 2009, p. 74).

Segundo Collins, “para manter o poder, os grupos dominantes criam e mantêm um sistema popular de ideias de ‘senso comum’ que sustentam seu direito de governar” (COLLINS, 2019a, p. 448). Nesse mesmo sentido, Antônio Gramsci, cujas contribuições têm influência na forma como Collins pensa o domínio cultural, considera que, dentre as diversas concepções de mundo, o senso comum é “no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida” (GRAMSCI, 2001, p. 209). E, embora esse senso comum seja apresentado como uma verdade aparente, para Gramsci (1999, p. 118), ele a própria ideia de senso

¹¹⁹ Trad. nossa. Texto original: “a body of ideas reflecting the interests of a particular social group”.

¹²⁰ Trad. nossa. Texto original: “taken-for-granted ideas that are used to justify oppression”.

¹²¹ Trad. nossa. Texto original: “Hegemonic ideas are designed to justify these occupational patterns by convincing us that they are natural because that’s the way it is, and because it’s natural, there’s no way to change it. Hegemonic ideas also shut down dissent and uphold the status quo.”

comum é contraditória e considerá-lo como uma verdade absoluta seria uma incoerência. Ainda, no contexto social mais amplo, o senso comum, ou a ideologia mais disseminada, assume a forma da ideologia do grupo dominante, não necessariamente da verdade (HALL, 2013; FERNANDES, 2019; PONS CARDOSO, 2012).

Do ponto de vista do racismo como sistema de poder, é o domínio cultural que produz e dissemina o senso comum de que o racismo não existe, ficou no passado. Em outras palavras, via domínio cultural se perpetuou a ideia de que a sociedade estadunidense *não via mais cor*. De acordo com Collins, algumas pessoas

“estão muito dispostas em aceitar que o racismo é uma prática que aconteceu no passado, ou em outros lugares, mas que não acontece aqui e agora [...]. Além disso, suas crenças nesse ideal podem ser tão fortes que tornam-se um mito do *colorblindness* - pessoas tornam-se incapazes de ver a desigualdade racial de modo gera”¹²² (COLLINS, 2009, p. 69).

Em *Another Kind of Public Education* (2009), Collins apresenta algumas características do mito do *colorblindness* como ideologia/cultura. Primeiro, o racismo *colorblind* produz imagens de pessoas *de cor* para justificar que cor não tem importância. Nesse contexto, emergiram representações que mostram o “sucesso” de alguns poucos escolhidos – “afro-americanos de classe média, latinos de pele clara, asiáticos como minoria-modelo, e indivíduos birraciais, multirraciais ou racialmente ambíguos”¹²³ (COLLINS, 2009, p. 70) – que, incluídos em um “novo grupo de brancos honorários” (COLLINS, 2009, p. 70), mostram que o racismo, aparentemente, ficou no passado. Por outro lado, surgem representações do “fracasso” de pessoas socialmente negras - “pobres e trabalhadores afro-americanos, latinos que não falam inglês, brancos em

¹²² Trad. nossa. Texto original: “are quite willing to accept that racism is a practice that happened in the past, or in other places, but that it does not happen here and now [...] Furthermore, their belief in the ideal can be so strong that it becomes a myth of color blindness—people become unable to see racial inequality at all”.

¹²³ Trad. nossa. Texto original: “middle-class African Americans, light-skinned Latinos, model minority Asians, and biracial, multiracial, and racially ambiguous individuals in a new group of honorary whites”.

casamentos ou relações amorosas interracialis e imigrantes sem documentos, que constituem uma nova população socialmente negra”¹²⁴ (COLLINS, 2009, p. 70) que, supostamente, tem menos mérito (COLLINS, 2012).

Uma segunda característica é que o mito do *colorblind* cria uma ideia de que, no caso do racismo, há uma separação entre as esferas pública e privada. O racismo na esfera pública teria desaparecido desde as mudanças legais ocorridas pós-1960. Como Collins observa, porque a segregação racial foi extinta pela lei, as barreiras que limitavam a garantia de direitos de pessoas não brancas, supostamente, também não existem mais. Para ela, “em configurações aparentemente *colorblind*, as pessoas são encorajadas a acreditar que o racismo não existe mais nas instituições sociais públicas”¹²⁵ (COLLINS, 2009, p. 70). Ela continua:

“O mito do *colorblindness* encoraja pessoas a ver as instituições sociais do domínio estrutural como livres do racismo (há leis contra isso); e que as práticas do domínio disciplinar são reguladas por procedimentos e regras não-raciais (como testes de alto risco ou caracterização estatística). Em essência, a ideologia *colorblindness* mantém a crença de que o sistema é de fato justo porque a discriminação baseada em cor é agora proibida em público.”¹²⁶ (COLLINS, 2009, p. 71).

No contexto do mito do *colorblind*, portanto, as desigualdades e injustiças promovidas no domínios estrutural e disciplinar nada teriam a ver com raça ou racismo. Elas seriam supostas consequências, por exemplo, de famílias ditas desestruturadas, desvios sociais, preguiça, falta de vontade, ou fragmentos

¹²⁴ Trad. nossa. Texto original: “poor and working-class African Americans, non-English-speaking Latinos, whites in interracial marriages and love relationships, and undocumented immigrants, who constitute a new socially black population”.

¹²⁵ Trad. nossa. Texto original: “in seemingly color-blind settings, people are encouraged to believe that racism no longer exists in public social institutions”.

¹²⁶ Trad. nossa. Texto original: “The myth of colorblindness encourages people to see the social institutions of the structural domain as free of racism (there are laws against that); and the practices of the disciplinary domain as regulated by non-racial procedures and rules (such as high-stakes tests or statistical profiling). In essence, an ideology of colorblindness upholds the belief that the system is in fact fair because discrimination based on color is now forbidden in public”.

do passado (COLLINS, 2009, p. 71). Em outras palavras, o racismo aqui não existe como sistema de poder, ele é apenas uma lembrança de um passado aparentemente longínquo. Ele estaria, agora, relegado, no máximo à esfera privada, onde as pessoas podem continuar acreditando no que quiserem, “(nesse caso, crenças racistas), desde que elas não ajam de acordo com essas crenças enquanto estiverem nas instituições sociais públicas”¹²⁷ (COLLINS, 2009, p. 71).

Nesse sentido, se o racismo já não existe na esfera pública, ele não é responsabilidade pública. Uma terceira característica do racismo *colorblind*, portanto, é que ele esconde, ou “mascara” as desigualdades raciais nos domínios estrutural e disciplinar do poder e desresponsabiliza tanto os indivíduos, quanto as instituições sociais públicas. Para Collins, o mito do *colorblind* “produz um racismo virtualmente sem racistas, onde o racismo vive no reino das ideias, mas não na vida cotidiana, do qual ninguém realmente se sente responsável por consertá-lo”¹²⁸ (COLLINS, 2009, p. 73).

Do ponto de vista geral, o domínio cultural possui formas distintas e diversas de remodelar e disseminar as ideologias hegemônicas (COLLINS, 2019a, p. 449), a partir das instituições de conhecimento e a mídia (COLLINS, 2019a, p. 159), por exemplo. Gramsci (2001), sob seu ponto de vista, dá bastante ênfase ao papel dos intelectuais. Da mesma forma, Collins dá ênfase ao poder do conhecimento, quando representativo das ideias das elites, dos grupos dominantes, como produtor e reproduzidor de desigualdades e injustiças sociais¹²⁹. O conhecimento produzido e validado é, portanto, uma ferramenta disputa por hegemonia no domínio cultural. No mesmo sentido, Foucault (1997, p. 19) entende que o poder está diretamente relacionado a apropriação e circulação de saberes.

Nesse contexto, a mídia tem um papel muito importante na disseminação de ideias. Como observa Collins (2009), no contexto do *colorblind*, a mídia de

¹²⁷ Trad. nossa. Texto original: “(in this case, racist beliefs) so long as they do not act on these beliefs in public social institutions”.

¹²⁸ Trad. nossa. Texto original: “manufacture a racism that has virtually no racists, where racism lives on in the realm of ideas but not in everyday life, and where no one really feels responsible for fixing it”.

¹²⁹ Aprofundamos a ênfase de Collins nas relações entre poder e conhecimento no primeiro capítulo dessa dissertação.

massas dificilmente desafia o senso comum do racismo colorblind. Ao contrário, ela é um instrumento de convencimento, na medida em que difunde a ideologia de uma sociedade racialmente integrada, onde a cor supostamente não tem importância. Nesse sentido, Collins observa que “grande parte dos produtos culturais da mídia de massa tem sido direcionados a convencer os brancos de que eles não são racistas”¹³⁰ (COLLINS, 2009, p. 74). Ao mesmo tempo, a mídia reproduz imagens de *sucesso* e *fracasso* de brancos honorários e pessoas *socialmente negras*. Nesse sentido, imagens de controle refletem como o racismo *colorblind* opera. Segundo Winnie Bueno,

“as imagens de controle são propagadas de forma tão constante e massiva na mídia por uma razão bastante específica: é confortável para a comunidade branca que existam justificativas que lhes retirem a responsabilidade de responder pelo contínuo de violência que a exploração econômica dos grupos negros significou na construção do status quo da branquitude” (BUENO, 2020, p. 117).

As imagens de controle¹³¹ são centrais para a organização das relações de poder no domínio cultural. De acordo com Collins, “imagens de controle são hegemônicas - elas são parte do tecido das relações de poder independentemente da consciência individual em sua extensão, conteúdo e efeitos”¹³² (COLLINS, 2020b, p. 79). As imagens de controle podem ser positivas ou negativas: quando são positivas, são associadas às elites ou, no contexto do racismo colorblind, aos brancos e *brancos honorários*. Quando são negativas, são associadas aos grupos com menos poder, aos negros e pessoas *socialmente negras* (COLLINS, 2020b, p. 79). Nesse contexto, as imagens de controle cumprem o papel de reproduzir hierarquias sociais e moldar o senso comum.

¹³⁰ Trad. nossa. Texto original: “a good deal of mass-media cultural products have been devoted to convincing whites that they are not racist”.

¹³¹ Para uma análise mais aprofundada sobre o conceito de imagens de controle na obra de Collins, ver Bueno, 2020.

¹³² Trad. nossa. Texto original: “controlling images are hegemonic—they are part of the fabric of power relations regardless of individual consciousness of their scope, content, and effects.”

Para além da influência na reprodução de ideias, as imagens de controle operam nos outros domínios do poder. Elas estão embutidas nas normas, leis e instituições sociais públicas que organizam o domínio estrutural do poder. Da mesma forma, elas constituem como as pessoas são vistas e definidas nos contextos de disciplina e vigilância do domínio disciplinar. Por fim, elas moldam as experiências e as relações cotidianas que as pessoas estabelecem umas com as outras no domínio interpessoal do poder (COLLINS, 2019b; 2020b).

2.1.4. Domínio interpessoal do poder: experiências e racismo cotidiano

O domínio interpessoal do poder, de acordo com Patrícia Hill Collins, “engloba a miríade de experiências que os indivíduos têm dentro de opressões que se cruzam” (2022b, p. 22) e são organizadas, administradas e justificadas, respectivamente, pelos domínios estrutural, disciplinar e cultural do poder. De acordo com Collins (2019a, p. 453), a opressão no domínio interpessoal “funciona por meio de práticas rotineiras e cotidianas que dizem respeito ao modo como as pessoas tratam umas às outras” e que muitas vezes não são percebidas. Em outras palavras, neste domínio, a ênfase é em como as interações sociais cotidianas entre pessoas comuns influenciam as experiências individuais de cada um (COLLINS, 2019a; 2022a).

Collins (2017) também nomina este domínio de *experiential*, justamente pela relevância das experiências no contexto do poder. Sobre este tema, Collins dialoga com as contribuições do pragmatismo americano¹³³. John Dewey (apud WEST, 1989, p. 89) se refere às “formas de fazer e sofrer”¹³⁴ das transações entre indivíduos. De acordo com Collins, nesse contexto, “por meio das relações entre si, com as instituições sociais e com o ambiente, eles ativamente constroem seu mundo social”¹³⁵ (COLLINS, 2022a: 262). Assim, as experiências

¹³³ Sobre o pragmatismo estadunidense, ver *The American Evasion of Philosophy*, de Cornell West (1989).

¹³⁴ Trad. nossa. Texto original: “ways of doing and suffering.”

¹³⁵ Trad. nossa. Texto original: “through their relationships with one another, with social institutions, and with the environment, they actively construct their social world.”

cotidianas não apenas influenciam, mas também são meios pelos quais as pessoas agem no dia a dia. Para Collins,

“Nesse sentido, a experiência tem um sentido duplo: é tanto o resultado das transações no mundo social (por ex: minha biografia, o sentido que eu produzo a partir das minhas próprias experiências), como também descreve um processo ativo de *ser* em um mundo social (por ex: eu experiencio o mundo enquanto um participante ativo por viver nele de um momento a outro)”¹³⁶ (COLLINS, 2022a).

No domínio interpessoal do poder a forma como as pessoas se relacionam entre si reflete a noção de diferença, a partir de onde o domínio se organiza (COLLINS, 2012). Nesse contexto, a forma como as pessoas tratam umas às outras reflete as compreensões que cada um tem sobre si mesmo e a posição que ocupa nas relações de poder. Reflete, também, a lógica de que a diferença pressupõe uma relação de hierarquia – enquanto alguns grupos e indivíduos são oprimidos, outros oprimem (COLLINS, 1998). De acordo com Collins,

“O domínio interpessoal do poder revela que o real tamanho da nossa docilidade e/ou nossa rebelião baseia-se em reconhecer o que chamo de “scripts sociais” que são dados a cada um de nós. Baseado em como nós somos definidos dentro das relações estruturais de poder, por como sistemas de crença nos constroem para os outros, e pelo tipo de experiências que tivemos com instituições que se empenham a nos disciplinar ao nosso lugar proscrito, cada um de nós tem algum senso de quem devemos ser e como devemos entender e tratar os outros.”¹³⁷ (COLLINS, 2009, p. 78)

¹³⁶ Trad. nossa. Texto original: “In this sense, experience has a dual meaning: it is both the outcome of transactions in the social world (e.g., my biography, the meaning that I make of my own experiences), and it describes an active process of being in the social world (e.g., how I experience the world as an active participant by living in it from one moment to next)”

¹³⁷ Trad nossa. Texto original: “The interpersonal domain of power reveals that the true measure of our docility and/or our rebellion lies in recognizing what I call “social scripts” that are handed to each of us. Based on how we are defined within structural power relations, by how belief systems construct us for others, and by the types of experiences we have had with institutions that strive to discipline us into our proscribed place, we each have some sense of who we should be and how we should understand and treat others”

No contexto do racismo *colorblind*, quando as pessoas pensam em racismo elas, comumente, pensam no racismo cotidiano¹³⁸ que ocorre em nível individual. Nesse cenário, as desigualdades raciais nos domínios estrutural, disciplinar e cultural parecem desaparecer, já que na esfera pública o racismo é coisa do passado. Apesar disso, o racismo no domínio interpessoal reflete as desigualdades raciais promovidas nos domínios estrutural, disciplinar e cultural do poder (COLLINS, 2009).

Nesse contexto, Collins observa que na sociedade *color-conscious*, entre brancos e negros, cada um sabia o seu lugar e essas posições não eram negociáveis. No *colorblind*, no entanto, as pessoas são confrontadas com o fato de que “regras antigas e fórmulas parecem não funcionar mais”¹³⁹ (COLLINS, 2009, p. 77) e, nesse contexto, as próprias identidades são questionadas. De acordo com Patricia Hill Collins, nesse sentido, “lidar com raça em relações contemporâneas interpessoais requer um esforço especial em um contexto aparentemente *colorblind*.”¹⁴⁰ (COLLINS, 2009, p. 77). Aqui aparece uma relação com a percepção do pragmatismo estadunidense, onde a identidade aparece como um “fenômeno em construção” que se transforma pelas experiências (COLLINS, 2022a).

Mediado por diversas categorias – raça, gênero, classe social, nação, idade e sexualidade – o domínio interpessoal é onde as pessoas podem ser *únicas*. Nesse sentido, na matriz de dominação, uma relação binária entre oprimidos e opressores puros não faz sentido. Pelo contrário, como Collins observa, “a opressão está cheia de contradições [...] cada indivíduo experimenta graus variados de sanções e privilégios nos múltiplos sistemas de opressão que enquadram a vida de todos” (COLLINS, 2019a, p. 453). Em outras palavras,

¹³⁸ Aqui falamos especificamente do racismo cotidiano que ocorre no domínio interpessoal do poder, sem qualquer pretensão de usá-lo como expressão tal como “racismo estrutural” ou “racismo institucional”, por exemplo. Em nossa opinião, o racismo cotidiano para Collins parece ser menos uma referência ao racismo que ocorre em nível individual do que uma expressão geral para as experiências cotidianas de racismo em *todos* os quatro domínios do poder. De acordo com Collins (2009), o racismo cotidiano se refere às práticas “da experiência cotidiana que discrimina pessoas de cor, mas que, por serem tão rotineiras, normalmente passam despercebidas ou permanecem não identificadas como racismo.”

¹³⁹ Trad. nossa. Texto original: “old rules and formulas don’t seem to work anymore”.

¹⁴⁰ Trad. nossa. Texto original: “managing race in contemporary interpersonal relations takes a special effort in a seemingly color-blind context”.

alguém pode ser, ao mesmo tempo, oprimido e opressor. Isso acontece, por exemplo, com homens negros, “os quais claramente experienciam a opressão racial, mas que também desfrutam de algum grau de privilégio de gênero”¹⁴¹ (COLLINS, 2012, p. 14). Isso possibilita uma variedade enorme de relações que podem ser estabelecidas no domínio interpessoal.

É importante destacar que, para Collins, as experiências individuais devem ser entendidas dentro do contexto mais amplo, coletivo, da dominação e das relações de poder. Para ela, “aderir a uma postura de comparação e ranqueamento de opressões - o conceito “Eu sou mais oprimido que você.””¹⁴² pode ser perigoso (COLLINS, 2012, p. 215) e esconder as “reais diferenças que estão associadas à injustiça social” (COLLINS, 2012, p. 76). A despolitização da ideia de diferença recai na perspectiva liberal que rejeita a noção de coletividade em nome da centralidade do individualismo (COLLINS, 2022a). Manter o potencial radical das diferenças, encontrando sínteses políticas entre as experiências individuais, é uma chave importante para o processo de resistência.

2.2. Lute contra o poder¹⁴³: onde há opressão, há resistência!

A matriz de dominação organiza o poder nos níveis estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal. Em todos eles a dominação busca imprimir, também, uma paralisia política sobre os grupos sociais com menos poder. No domínio estrutural, se pela lei o racismo supostamente ficou no passado, “falar sobre racismo se torna difícil (COLLINS, 2019a, p. 441). No domínio disciplinar, a vigilância constante assegura a disciplina e a docilidade (COLLINS, 2019a: 443). O domínio cultural cala visões dissidentes que contestam a ideologia hegemônica (COLLINS, 2009). E no domínio interpessoal, a despolitização da ideia de identidade pode suprimir seu potencial político.

No entanto, é também na matriz de dominação onde as “complexidades e instabilidades que caracterizam como a dominação e a resistência coexistem”

¹⁴¹ Trad. nossa. Texto original: “who clearly experience racial oppression but who also enjoy a degree of gender privilege”.

¹⁴² Trad. nossa. Texto original: “adhering to a stance of comparing and ranking oppressions – the proverbial ‘I’m more oppressed than you.’”

¹⁴³ Referência à música *Fight The Power*, do Public Enemy. Tradução: Lute contra o poder.

são melhor captadas (2022b, p. 21). As relações entre opressão e resistência/ativismo, para Collins, são estabelecidas em termos de uma relação dialética, ou seja, de uma relação constante, em movimento e, principalmente, contraditória. Em outras palavras, opressão e resistência se constroem mutuamente: onde tem uma, tem a outra: “opressão e resistência permanecem intrinsecamente ligadas, de tal maneira que a forma de uma, afeta a outra” (COLLINS, 2019a, p. 435). Em *Pensamento Feminista Negro*, por exemplo, a dialética opressão-ativismo é uma das abordagens de poder que ela utiliza para analisar as relações entre as opressões específicas de mulheres negras, bem como as formas distintivas que elas produzem.

Ao tratar do tema do poder, portanto, Collins não trata apenas sobre como ele opera, de cima para baixo, no sentido de manter intactos os sistemas de dominação baseados raça, gênero, classe social, sexualidade e nação. Ao contrário, Collins identifica e apresenta como grupos e pessoas têm resistido aos domínios do poder, de formas criativas e diferentes. O tema da resistência é, portanto, central na obra de Patricia Hill Collins. Assim como Marx, por exemplo, apresenta em sua décima primeira *Tese sobre Feuerbach*, “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX, 2007), Collins também entende que apenas analisar a realidade não é suficiente. É preciso construir caminhos de mudança radical da sociedade e das relações de poder. A teoria deve estar em uma relação sinérgica com a práxis (2012).

Esta abordagem é central na leitura geral da obra de Patricia Hill Collins, em especial porque ela parece se apresentar como frontalmente destoante das leituras hegemônicas que atribuem aos grupos subordinados uma essência de submissão, e não de ação. A ideia de que a opressão está inserida numa relação dialética com o ativismo confere movimento e agência aos grupos subordinados, corrompendo a lógica de passividade com a qual o opressor enxerga aquele que considera como o *outro*: “em vez de compreender as transformações sociais – ou a falta delas – como predeterminadas e externas ao âmbito da ação humana, a ideia de relação dialética sugere que as mudanças são consequência da agência humana” (COLLINS, 2019a, p. 434).

2.3. Conclusão do capítulo

No primeiro capítulo deste trabalho, mostramos que Collins analisa como o poder opera a partir de relações interseccionadas de poder que produzem desigualdades e injustiças sociais. Ao longo deste segundo capítulo, buscamos expor como Collins entende mais especificamente a organização do poder a partir de uma heurística da matriz de dominação e dos domínios do poder.

Para Collins, a interseccionalidade evidencia como o poder, mas é na matriz de dominação que sistemas de poder interagem entre si e se constroem mutuamente. A matriz de dominação se caracteriza pelo seu contexto histórico e social. Ela organiza as relações de poder a partir de quatro domínios, o *estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal*. É a partir desses domínios que o poder é, respectivamente, organizado, administrado, justificado e vivenciado no dia a dia das pessoas. A partir da análise que Collins apresenta em *Another Kind of Public Education* sobre o racismo enquanto sistema de poder, apresentamos cada um dos domínios.

O domínio estrutural diz respeito a como a burocracia do Estado e das instituições sociais é utilizada para garantir a subordinação de pessoas negras. No contexto dos Estados Unidos, mostramos que a relação direta entre bairros segregados, escolas públicas e prisões se expressa por meio de desigualdades e injustiças. Por exemplo, jovens negros frequentam escolas que comumente não tem estruturas financeira, física e de pessoal adequadas. A escola, nesse caso, se torna um peso para os jovens, que se veem constantemente desmotivados. As escolas, assim, acabam dando lugar às prisões como instituições de controle social de jovens negros e latinos. O domínio estrutural, por sua vez, refere-se à forma como as regras e leis são aplicadas. Collins mostra, por exemplo, como as salas de aula podem ser espaços onde jovens negros vivenciam desigualdades na aplicação de leis e normas. Esses são os jovens vistos normalmente como “problema” e são postos em constante vigilância, uma ferramenta fundamental do domínio disciplinar do poder.

O domínio cultural produz e reproduz as ideias das elites que justificam a dominação. No caso do racismo nos Estados Unidos, a partir deste domínio se produz a ideia de que o racismo é coisa do passado ou de que, desde as vitórias

jurídicas conquistadas pelo movimento dos Direitos Civis a partir de 1950, o racismo acabou. Como mostramos, essa ideia busca justificar as perversidades cometidas contra pessoas negras nos quatro níveis do poder. A ideologia do racismo *colorblind* também reflete na forma que as pessoas lidam umas com as outras no domínio interpessoal do poder. Neste domínio, a relação entre as pessoas e grupos que ocupam diferentes posições na matriz de dominação é definida por essas mesmas posições.

Por fim, apresentamos o destaque que Collins dá à ideia de resistência, baseada na ideia de que enquanto houver opressão, haverá resistência. Esse é o tema que abordaremos no terceiro capítulo deste trabalho, onde vamos analisar as reflexões que Patrícia Hill Collins faz sobre o tema da resistência às injustiças sociais. Nossa pretensão é apresentar como ela compreende as formas de resistência às desigualdades raciais nos domínios do poder, bem como apresentar as ideias de *comunidade* e *coalizões*.

CAPÍTULO III – “Falando a verdade às pessoas¹⁴⁴”: resistir é preciso, transformar é possível, educar é o caminho!

Patricia Hill Collins produziu sistematicamente sobre o conceito de comunidade. Em *Pensamento Feminista Negro*, de 1990, por exemplo, Collins aborda o tema do trabalho comunitário de mulheres negras. Em *From Black Power to Hip Hop*, de 2006, ao tratar do tema nação, ela identifica elementos centrais das comunidades no contexto estadunidense, assim como em *Another Kind of Public Education*, de 2009, Collins analisa, em termos gerais, as salas de aula das escolas públicas como comunidades. Apesar disso, seu trabalho mais extenso sobre o tema foi publicado em 2009, na ocasião do encontro anual, presidido por ela, da *American Sociological Association (ASA)*, sob título *The New Politics of Community*, homônimo do tema do encontro¹⁴⁵. Depois, o tema foi revisitado por ela mais centralmente em *The difference that power makes: intersectionality and participatory democracy*¹⁴⁶ (2017) e *Bem mais que ideias: interseccionalidade como teoria social crítica* (2022). Em 2020, no aniversário de 10 anos de *The New Politics of Community*, Collins publicou *The New Politics of Community Revisited*.

Collins identifica dois usos recorrentes da ideia de comunidade: um deles consiste em nomear como comunidades os grupos sociais com menos poder, de forma pejorativa. Outro consiste em mobilizar a comunidade como espaço de afirmação e fortaleza segura. Collins, por sua vez, sugere que a ideia de comunidade deve ser analisada a partir de uma perspectiva política que a compreenda a partir das relações de poder de raça, classe, gênero, nação e sexualidade. Para ela, “Ao invés de ser um espaço natural, apolítico ou até mesmo uma categoria vazia, o conceito de comunidade pode encontrar-se no

¹⁴⁴ Trad. Nossa. Texto original: “Speaking the truth to people”.

¹⁴⁵ De acordo com Collins, “Quando fui eleita presidente da American Sociological Association (ASA) em 2007, selecionei *The new politics of community* como tema para nossa reunião anual de 2009 principalmente porque essas perspectivas sobre comunidade eram tão pouco abordadas na sociologia quanto em qualquer outro lugar. Meu objetivo era abalar as noções predominantes da construção da comunidade, criticando seu uso dentro da sociologia e explorando seus contornos políticos e teóricos” (COLLINS, 2020a, p. 54).

¹⁴⁶ Edição brasileira: *A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa* (COLLINS, 2022)

coração da política em si mesmo”¹⁴⁷ (COLLINS, 2010, p. 10). Nesse sentido, a ideia de comunidade para Collins aparece como categoria política e teórica, que pode ser utilizada para analisar projetos políticos de diferentes naturezas, inclusive projetos antagônicos. Por exemplo, ao mesmo tempo em que podemos entender as salas de aula, ou o movimento negro, como comunidades, também é possível analisar como grupos supremacistas brancos se organizam em torno de comunidades (2020a).

Collins apresenta algumas características que definem o conceito de comunidade. Primeiro, no contexto dos Estados Unidos, as comunidades permeiam toda a estrutura social e, portanto, podem ser encontradas em qualquer lugar (COLLINS, 2010). Segundo, enquanto a interseccionalidade evidencia como o poder opera, e a matriz de dominação define como ele se organiza, as comunidades são os espaços ou processos a partir de onde as pessoas e grupos *experenciam* o poder (2022b; 2022a; 2010). É a partir das comunidades que as pessoas e grupos interagem entre si e com as instituições sociais. Como essas interações são relações de poder, elas são mediadas por sistemas baseados em diferenças de raça, gênero, classe, sexualidade e nação e são, portanto, onde as pessoas vivenciam ou produzem desigualdades e injustiças sociais. Mostramos, no capítulo anterior, por exemplo, como Collins apresenta as *salas de aula* como pequenas comunidades onde jovens negros e latinos experenciam os reflexos da opressão produzida nos quatro domínios do poder: nas escolas, estudantes enfrentam, dentre outras questões, escolas com estruturas precárias, conteúdos que propagam noções distorcidas sobre pessoas não brancas, a constante vigilância e complexas e desiguais interações interpessoais.

Por outro lado, as comunidades “catalisam sentimentos fortes e profundos que podem levar as pessoas à ação”¹⁴⁸ (COLLINS, 2010, p. 11), sendo essa uma terceira, e fundamental, característica. Nesse contexto, as emoções, para Collins, constituem elementos centrais da comunidade: Para ela, “em razão do conceito de comunidade conectar emoção com estrutura,

¹⁴⁷ Trad. nossa. Texto original: “instead of being a natural, apolitical space, or even an empty category that can be used for political purposes, the construct of community may lie at the heart of politics itself”.

¹⁴⁸ Trad. nossa. Texto original: “catalyzes strong, deep feelings that can move people to action”.

evidencia-se como a emoção [...] se constitui como uma característica estrutural das relações de poder.”¹⁴⁹ (2020a, p. 71). Por exemplo, Collins observou que, diante do cenário de desigualdade e injustiça que jovens negros e latinos vivenciam, muitos deles são tomados por sentimentos de raiva e ódio. Como esses sentimentos podem ser transformados em ação? Quais ações podem surgir desses sentimentos? As comunidades podem dar sentido a essas emoções. Neste sentido, como mostraremos mais à frente, as salas de aula podem abrigar e organizar sentimentos de raiva, transformando-os em ação pela mudança social. Em outras palavras, elas podem ser espaços onde floresce a resistência.

Por fim, Collins sugere que compreender politicamente a comunidade é fundamental para pensar a ação política de grupos com menos poder (COLLINS, 2022a, p. 260). Pensar a comunidade em termos de uma estrutura para a política rejeita ideias liberais que individualizam e despolitizam as experiências das pessoas e ignoram os efeitos das relações de poder hierárquicas na produção de desigualdades sociais (2020a). Pelo contrário, trazer o poder para o centro da análise da comunidade significa destacar seu papel na organização da ação coletiva. Nesse sentido, para Collins, “focar na política da comunidade sugere que as desigualdades sociais no micro, médio e macro níveis da organização social estão interconectadas e informam umas às outras.”¹⁵⁰ (2020a, p. 73). Nesse contexto, compreender politicamente as salas de aulas pode possibilitar que elas promovam a justiça no lugar da injustiça social.

Há ainda, uma outra dimensão que consideramos importante destacar: a comunidade é, além de política, temporal. Essa é uma ideia proposta, na verdade, por Shannon Sullivan, professora do Departamento de Filosofia da Universidade da Carolina do Norte – Charlotte, nos Estados Unidos. Em *Community as a political and temporal construct: a response to Patricia Hill Collins*, a sugestão de Sullivan, com a qual concordamos, é a de que essa é uma

¹⁴⁹ Trad. nossa. Texto original: “because the construct of community links emotion with structure, it points to how emotion is not simply free-floating energy but rather constitutes a structural feature of power relations.”

¹⁵⁰ Trad. nossa. Texto original: “focusing on the politics of community suggests that social inequalities on the micro-, meso, and macro-levels of social organization are interconnected and inform one another.”

dimensão latente na obra de Collins (SULLIVAN, 2020, p. 83). Para Collins, os efeitos do presente são, na verdade, efeitos do próprio passado. Em outras palavras, quando se trata de desigualdades sociais, o presente “está no passado”. Para ela:

O passado é coberto pelo presente, assim como o passado e o presente são cobertos pelo futuro que estamos criando. Como cobertores de areia que enterram, mas não destroem o que cobrem, o presente mistura-se com o passado para sedimentar-se no que chamamos de *agora*¹⁵¹ (SULLIVAN, 2020, p. 87).

É justamente o que sugere a leitura que Collins (2004; 2009) faz sobre a reprodução de desigualdades históricas na era do racismo *colorblind*, em que o racismo, supostamente, teria ficado no passado. Como mostramos no primeiro capítulo, as mudanças promovidas a partir dos anos 1960 não foram capazes de alterar a dinâmica das relações de poder nos Estados Unidos. Pelo contrário, formas cada vez mais silenciosas e qualificadas de segregação têm mantido, sistematicamente, jovens negros em uma lógica de reprodução das injustiças que começa nas desigualdades estruturais e institucionais vivenciadas nos bairros e escolas e culmina na contenção da vida de jovens negros em instituições como as prisões.

Como Collins aponta, no entanto, nada disso é novo. A segregação da escravização, se perpetuou a partir do Jim Crow e dos guetos e, hoje, segue viva na sociedade estadunidense, ainda que de formas diferentes. Nesse contexto, nos parece que resistir é político e temporal. É político porque responde diretamente às desigualdades e injustiças sociais. E é temporal porque resistir ao racismo, hoje, é continuar uma jornada de lutas que começou ainda durante a escravização.

3.1. Educar para transformar: a pedagogia crítica de Patricia Hill Collins

¹⁵¹ Trad. nossa. Texto original: “The past is layered with the present, just as the past and present are layered with the future that we are creating. Like blankets of sand that bury but do not destroy what they cover, the present mingles with the past to sediment into what we call “now.”

As salas de aula são uma comunidade em que os jovens vivenciam as relações de poder e, no contexto do racismo *colorblind*, elas produzem e reproduzem desigualdades e injustiças raciais. Patricia Hill Collins, no entanto, dá bastante ênfase ao potencial político das comunidades e, para ela, as salas de aula podem ser espaços de empoderamento, não de opressão. Podem promover a justiça social, não a injustiça. Collins destaca especialmente o papel das/os educadoras/es no processo de resistência ao racismo. O que reflete a própria posição que Collins ocupa como professora. Deste lugar, em *Teaching for a change: critical pedagogy and classroom communities*¹⁵² (COLLINS, 2012), Collins identifica duas áreas de resistência e ação. Primeiro, o desenvolvimento de uma *consciência crítica* e, segundo, a luta por *transformação institucional*.

Sob a ótica do racismo e do capitalismo, a educação cumpre o papel de controlar grupos e indivíduos historicamente subordinados por meio do ponto de vista parcial das elites que controlam as instituições. No contexto do racismo *colorblind*, a desigualdade é vendida como algo natural, consequência de ações individuais e não como fruto de relações desiguais de poder. As injustiças acontecem por acaso, não efeito de processos de exclusão e negação de direitos. Nesse sentido, promover o desenvolvimento de uma consciência crítica exige possibilitar formas de ruptura, tanto com a suposta verdade implícita nas histórias contadas pelos “de cima”, quanto com o silêncio que se espera de grupos e indivíduos oprimidos, ou dos “de baixo” (COLLINS, 2009). Para Collins, ao aceitar as próprias experiências e desafiar o currículo tradicional e a própria organização das salas de aula, grupos oprimidos abrem espaço para seus próprios pontos de vista (COLLINS, 2012, p. 132).

Ver e compreender o mundo pelos próprios olhos, a partir de suas próprias biografias e realidades, pode estimular jovens de grupos oprimidos a questionarem injustiças e desigualdades. Oferecer novas formas de pensar pode levá-los a agir (COLLINS, 2009; 2012). Como afirma o educador Paulo Freire, com quem Collins estabelece diálogos teóricos sobre o tema da educação, “ao defendermos um *permanente* esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, [...] estamos convencidos de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática” (FREIRE, 2019, p. 72). Em nossa opinião, o que fala

¹⁵² Publicado em *On Intellectual Activism* (COLLINS, 2012).

Freire nos ajuda a compreender o destaque que Collins dá às salas de aula. Transformar a dinâmica das salas de aula e promover a consciência crítica “pode colocar indivíduos e grupos para desafiar as injustiças sociais”¹⁵³ (COLLINS, 2012, p. 131).

A consciência crítica pode levar à transformação das escolas e salas de aula. Por um lado, ensinar para a mudança envolve lutar por transformação institucional. Para Collins, existem importantes movimentos nesse sentido, por exemplo, a mudança curricular. Promover novos conhecimentos e abordar diferentes perspectivas pode ser empoderador. Desafiar o currículo organizado a partir dos interesses das elites implica em desafiar, em última instância, as próprias relações de poder (COLLINS, 1991, p. 368). Para Collins, transformar o currículo sem que se questione as estruturas de poder que sustentam a dominação é insuficiente. Pelo contrário, ela destaca que a transformação exige que se questione as “regras do jogo” e quem quer que seja que as cria:

“Instituições mudam quando pessoas mudam ambos o conhecimento e o poder estruturais das atuais zonas sociais nas quais se encontram. Porque salas de aula são atualmente os pilares das instituições educacionais, mudar as práticas em sala de aula torna-se uma parte essencial da transformação institucional. Eu vejo transformações institucionais não somente como uma série de reformas de cima pra baixo iniciadas por elites, mas também feitas de baixo para cima, um esforço organizado por comunidades populares, uma sala de aula por vez.”¹⁵⁴ (COLLINS, 2012, p. 132).

Lutar pela transformação das escolas pode, além de transformar as próprias salas de aula, promover a transformação social em sentido mais amplo. Em *Another Kind of Public Education*, especialmente, Collins mostra como as desigualdades sociais podem se reproduzir de uma instituição para outra. Ao

¹⁵³ Trad. nossa. Texto original: “can position individuals and groups to challenge social injustices”.

¹⁵⁴ Trad. nossa. Texto original: “institutions change when people change both knowledge and power structures from the actual social locations where they find themselves. Because classrooms are currently the bedrock of educational institutions, changing classrooms practices becomes an essential part of institutional transformation. I see institutional transformation not solely as a top-down series of reforms initiated by elites but also as a bottom-up, grassroots community organizing endeavor, one classroom at a time”.

mesmo tempo, ela analisa como as salas de aula podem ser importantes espaços onde a resistência ao racismo pode ser construída. Salas de aula transformadas em nível institucional podem promover mudanças na dinâmica racial em níveis disciplinar, cultural e interpessoal. Collins, a partir de sua experiência como professora, analisa como educar criticamente, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais que, normalmente, não estão contidas no currículo tradicional, pode levar à transformação das condições de vida de grupos subordinados.

3.1.1. *Desafiando o racismo no domínio estrutural: criando espaços livres e seguros.*

O domínio estrutural organiza as relações de poder e cria, por meio de leis e normas sociais, uma estrutura supostamente imutável que independe da vontade das pessoas. No contexto do racismo *colorblind*, como apontamos no capítulo 2, as escolas constituem espaços mediados por normas e regras, onde desigualdades e injustiças sociais e raciais são produzidas e reproduzidas. No entanto, elas também são espaços onde a resistência ao racismo no domínio estrutural do poder pode ser organizada. Neste sentido, o espaço, de acordo com Patricia Hill Collins, não é simplesmente físico, mas um fenômeno institucional (COLLINS, 2009, p. 81), onde, independentemente do espaço físico, a resistência pode ocorrer. Para ela, “o pior espaço físico pode se transformar em um local vibrante se ele for, primeiro, seguro [...] e, segundo, livre” (COLLINS, 2009, p. 92). Ainda, de acordo com Collins, no contexto das escolas públicas:

“Um *espaço seguro* é um que protege crianças dos perigos que se encontram fora deles e no qual as regras que regulam seus mecanismos internos também os protegem. Um *espaço livre* é um no qual crianças são aceitas e que defende participação democrática. Espaços seguros e livres são o alicerce de processos democráticos”¹⁵⁵ (COLLINS, 2009, p. 92. Grifo nosso).

¹⁵⁵ Trad. nossa. Texto original: A safe space is one that protects kids from the dangers that lie outside it and where the rules that regulate its internal workings protect them as well. A free space is one where kids are accepted and that defends democratic participation. Safe and free spaces are the bedrock of democratic processes.

Em outras palavras, entendemos que o conceito de *espaço seguro* representa o local de ruptura com o controle burocrático exercido por grupos com mais poder sobre grupos com menos poder. Um espaço, ao possibilitar que as pessoas expressem suas ideias, bem como, em diálogo com outras pessoas, desafiar essas ideias, se torna um *espaço livre*. Esses espaços promovem o pensamento e análise críticos e, potencialmente, podem ser espaços de resistência no domínio estrutural.

Collins observa, em *Another Kind of Public Education* que, em geral, espaços onde vivem jovens negros e latinos não são nem livres, nem seguros. No contexto do racismo colorblind, esses jovens enfrentam limitações de acesso pleno a direitos básicos – desde o direito à cidadania plena até mesmo o direito à própria vida (COLLINS, 2006). Neste cenário, as escolas, por si só, não são seguras ou livres, pelo contrário, jovens negros e latinos estudam em “escolas perigosas em bairros perigosos” onde há pouco estímulo ao pensamento crítico – mesmo em escolas mais seguras (COLLINS, 2009, p. 92). Para ela, “as escolas públicas são amplamente projetadas para treinar os alunos a encaixarem-se no que já existe, não para prepará-los a imaginar algo diferente”¹⁵⁶ (COLLINS, 2009, p. 92). Embora o ambiente das escolas pareça – e seja feito para ser – inóspito ao desenvolvimento de novas ideias, as salas de aula podem se tornar espaços importantes de resistência democrática (COLLINS, 2009)¹⁵⁷.

Collins (2006) narra algumas experiências que exemplificam como, apesar do controle burocrático exercido no domínio estrutural do poder, as salas de aula das escolas públicas podem se tornar espaços seguros e livres.

¹⁵⁶ Trad. nossa. Texto original: “public schools are largely designed to train students to fit into what already exists, not prepare them to imagine something different.”

¹⁵⁷ O estudo conduzido por Jacqueline Teixeira, Haroldo da Gama Torres e Danilo França, intitulado *O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola*, fornece elementos interessantes para pensar como opera o domínio estrutural do poder no contexto brasileiro. O capítulo *Percepção sobre a Escola*, em especial, apresenta elementos interessantes. Por exemplo, o relatório mostra que estudantes consideram como um bom professor aquele que, dentre outras coisas, demonstra interesse por seus estudantes (TEIXEIRA, TORRES, FRANÇA, 2013). Esse é um passo importante na construção das salas de aula como espaços seguros e, como mostraremos mais à frente neste capítulo, da empatia. Outro aspecto interessante é o que revela como os estudantes percebem o espaço físico da escola.

Destacamos, dentre essas, a experiência de Patricia Hill Collins em escolas de Roxbury, bairro em Boston (Estados Unidos), na década de 1970, onde trabalhou por seis anos. Cabe destacar que em Roxbury Collins encontrou jovens “espertos e mal-humorados, com esperteza considerável das ruas que lhes permitiu superar anos de treinamento escolar paroquial tradicional. *Eles responderam, agiram e atuaram*”¹⁵⁸ (COLLINS, 2012, p. 120). Assim, mesmo o mau humor, ou a raiva, podem estimular a organização e resistência levando as pessoas à ação (COLLINS, 2009, p. 91).

Em uma das experiências que teve com os jovens de Roxbury, em uma escola de ensino fundamental e médio, Collins tinha um ambiente físico pouco animador e estimulante para as aulas de dança africana que, como parte do seu trabalho, deveria ensinar. A escola estava localizada em um prédio provisório e, segundo Collins, “por quaisquer padrões, a configuração do espaço era inadequada para crianças [...] a condição do espaço em si também era horrível”¹⁵⁹ (COLLINS, 2009, p. 94). Em seu caso, o único espaço com capacidade para abrigar aulas de dança era insalubre. Como Collins lembra: “meus sentimentos quando entrei naquela sala pela primeira vez. Sem janelas e com paredes pretas, a sala parecia estar *sugando a vida de nós*”¹⁶⁰ (COLLINS, 2009, p. 92). A despeito do lugar pouco convidativo, Collins deu as aulas de dança e, junto a seus estudantes, transformou aquela sala de dança em um espaço criativo, seguro e livre. De acordo com ela,

“nós dançamos. Eu pedi às crianças que batessem seus pés como um ritual que nós usávamos toda vez que entrávamos na sala. Por meio do nosso som coletivo (a voz criada por nossos pés), nós reivindicávamos aquele espaço como nosso, e nosso som transformava aquele espaço em um local de criatividade (assim como afugentava qualquer rato escondido!). Nós tocávamos música e dançávamos naquela sala feia. Eventualmente ela veio a ser um lugar

¹⁵⁸ Trad. nossa. Texto original: “smart and feisty, with considerable street savvy that enabled them to overcome years of traditional parochial school training. They talked back, acted up, and acted out”.

¹⁵⁹ Trad. nossa. Texto original: “by any standards, the configuration of the space was unsuitable for children [...] the condition of the space itself was also horrible”.

¹⁶⁰ Trad. nossa. Texto original: “my feelings when I first entered that room. With no windows and its black walls, the room felt like it was sucking the life out of us”.

seguro e livre para nós. A imaginação e excitação dos meus estudantes eras maravilhosas. Ao final de cada aula de dança, nós tínhamos esquecido nossos arredores. Nosso lugar seguro nos permitia criar beleza em um espaço que parecia designado a destruí-la”¹⁶¹ (COLLINS, 2009, p. 95).

O exemplo pessoal de Collins mostra como ocorre a resistência no domínio estrutural. Para que pudesse estimular o desenvolvimento de espaços livres, seguros e criativos durante sua experiência como educadora, Collins precisou, ela mesma, rejeitar o papel que era esperado que ela, como professora, assumisse¹⁶². Neste sentido, parte da resistência no domínio estrutural envolve ocupar posições, em especial posições de autoridade, dentro das instituições (COLLINS, 2019) e, a partir disso, mudar regras, normas e promover a transformação de espaços que geram desigualdades e injustiças. Segundo Collins, “praticar a resistência no domínio estrutural do poder significa que os indivíduos devem decidir como dar vida às estruturas. Por meio de nossas decisões, fazemos e refazemos as estruturas”¹⁶³ (COLLINS, 2009, p. 97).

As estruturas não são, portanto, imutáveis. Pelo contrário, são processos que podem ser superados. Nesse sentido, portanto, Collins observa que resistir no domínio estrutural existe o engajamento em processos de transformação do

¹⁶¹ Trad. nossa. Texto original: “But dance we did. I asked the kids to stamp their feet as a ritual that we used every time we entered the room. Through our collective sound (the voice created by our feet), we claimed that space as ours, and our sound transformed that space into a space of creativity (as well as scared away any lurking rats!). We put on music, and we danced in that ugly room. Eventually it came to be a safe and free space for us. The imagination and excitement of my students were amazing. By the end of each dance class, we had all forgotten our surroundings. Our safe space enabled us to create beauty in a space that seemed designed to destroy it”.

¹⁶² De acordo com Collins: “O modelo de sala de aula que a maioria das pessoas visualizam define a sala de aula como um cenário adaptado, um lugar no qual professores transmitem aos estudantes ideias e teorias desenvolvidas em outro lugar. Professores são técnicos que foram “treinados” a implementar as ideias e teorias de outros. Não é previsto que professores desafiem o currículo. Já que seu trabalho é “ensiná-lo”” Trad. nossa. Texto original: “The model of the classroom that most people envision defines the classroom as an applied setting, a location where teachers transmit to students ideas and theories developed elsewhere. Teachers are technicians who are “trained” to implement someone else’s ideas and theories. Teachers are not supposed to challenge the curriculum. Rather their job is to “teach” it.” (COLLINS, 2009, p. 95)

¹⁶³ Trad. nossa. Texto original: “practicing resistance in the structural domain of power means that individuals must decide how to breathe life into the structures that they are inherit. Through our decisions, we make and remake the structures”.

espaço como prática política (COLLINS, 2009). No contexto das escolas, as salas de aula, para além de espaços seguros, livres e criativos, podem ser também *espaços políticos*. Nesse contexto, professoras e professores têm um papel importante e, quando decidem promover o pensamento crítico e politizado, podem ajudar a transformar as salas de aula organizadas como “*locais de desempoderamento*” em “*locais de possibilidades*” (COLLINS, 2009, p. 97). Em suma, promover o desenvolvimento da consciência crítica e autodefinição dos jovens e lutar pela transformação das instituições (COLLINS, 2012).

Assim, como Collins (2009, p. 97) aponta, “quando as práticas de sala de aula mudam, os contornos do domínio estrutural também mudam”¹⁶⁴. Da mesma forma que a desigualdade promovida em uma instituição pode gerar injustiças em outras, a afirmação de Collins sugere que a transformação das escolas, por exemplo, a partir da promoção da educação crítica em espaços livres e seguros, pode desencadear transformações em outras instituições sociais. E, nesse contexto, as escolas são centrais. De acordo com Collins,

“As instituições mudam quando as pessoas mudam as estruturas de conhecimento e poder dos locais sociais reais onde se encontram. Como as salas de aula são atualmente a base das instituições educacionais, mudar as práticas de sala de aula se torna uma parte essencial da transformação institucional. Vejo a transformação institucional não apenas como uma série de reformas de cima para baixo iniciadas pelas elites, mas também como um esforço de organização comunitária de base e de baixo para cima, *uma sala de aula por vez*”¹⁶⁵ (COLLINS, 2012, p. 132).

¹⁶⁴ Trad. nossa. Texto original: “when classroom practices change, the contours of structural domain also change”.

¹⁶⁵ Trad. nossa. Texto original: “Institutions change when people change both knowledge and power structures from the actual social locations where they find themselves. Because classrooms are currently the bedrock of educational institutions, changing classroom practices becomes an essential part of institutional transformation. I see institutional transformation not solely as a top-down series of reforms initiated by elites but also as a bottom-up, grassroots community organizing endeavor, one classroom at a time”.

3.1.2. Devolvendo o olhar: contravigilância e a resistência ao domínio disciplinar do poder

Embora alguns professores, monitores e diretores possam tomar a decisão de promover transformações críticas nas instituições e na consciência, outros podem decidir assumir plenamente suas funções de vigilância e controle social dos estudantes: “professores e administradores escolares têm o poder de colocar os alunos sob vigilância, avaliando seu comportamento e distribuindo recompensas sociais com base em suas observações”¹⁶⁶ (COLLINS, 2009, p. 104). Como mostramos no capítulo anterior, gênero, raça, classe, sexualidade e nação definem quem deve ser recompensado e quem deve ser disciplinado – no exemplo que apresentamos anteriormente, mostramos que jovens negros eram mais frequentemente enviados para as chamadas salas de detenção. Neste domínio do poder, Patricia Hill Collins identifica duas formas de resistência: a contra vigilância e a mobilização do ensino e aprendizagem como “atividades subversivas” (COLLINS, 2009, p. 104),

Primeiro, em um contexto de extrema vigilância – uma característica central da operação do domínio disciplinar –, grupos com menos poder podem *devolver o olhar*. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault diz que a vigilância hierárquica funciona como uma “*rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima*” (FOUCAULT, 1999, p. 148). É o que sugere a ideia proposta por Collins de *contra vigilância* que, para ela, “ocorre quando grupos com menos poder revertem essas relações [de vigilância] e colocam grupos com mais poder sob vigilância” (COLLINS, 2009, p. 105). A *contravigilância* possibilita que grupos oprimidos aprendam sobre grupos opressores e vejam detalhes que podem passar despercebidos¹⁶⁷. De acordo com Collins,

¹⁶⁶ Trad. nossa. Texto original: “Teachers and school administrators have the power to place students under surveillance, evaluating their behavior and handing out social rewards based on their observations”.

¹⁶⁷ Em nosso entendimento, por exemplo, a *contra vigilância* é uma técnica utilizada por aqueles em localizações de *outsiders-within*, de que tratamos no primeiro capítulo desta dissertação.

“No curso de observar você da minha posição estrutural de relativa impotência (como um escravo, servente ou estudante), eu vejo coisas sobre você que rotineiramente escapam da sua atenção. Eu aprendo suas vulnerabilidades observando você, conhecimento que pode ser útil a mim em navegar na relação de poder desigual que nos une.”¹⁶⁸ (COLLINS, 2009, p. 105).

Se, a partir da vigilância, grupos com mais poder qualificam ações e ideias de grupos com menos poder, contra vigiar, como propõe Collins, envolve colocar sob avaliação as ações e ideias de grupos com mais poder. Resistir no domínio disciplinar envolve romper com as ideias que sustentam a dominação (COLLINS, 2009, p. 108). Em *Another Kind of Public Education*, Collins propõe que *ensinar para a mudança* envolve ensinar os jovens a questionarem as supostas verdades contadas por quem tem o poder para assim definir como verdade padrões de comportamento e conhecimento dos de cima. Para ela, em vez de apresentar novas supostas verdades, o ensino crítico “pode significar ensinar as crianças a ouvir mentiras em vez da verdade”¹⁶⁹ (COLLINS, 2009, p. 108).

Ensinar a detectar mentiras significa, em certa medida, colocar em questão a própria “autoridade” do professor, dentro da sala de aula. Collins cita um exercício – de acordo com ela um de seus favoritos (COLLINS, 2009) – chamado *Detector de Mentiras*, que consistia em contar histórias reais, incluindo na narrativa três mentiras, que deveriam ser identificadas pelos estudantes. Na medida em que ela contava a história, eventualmente a turma parava para discutir. Nos parece que, para ela, era menos importante tirar conclusões sobre os fatos, definindo-os verdadeiros ou falsos, do que ensinar aos jovens a habilidade de observar, questionar e considerar fatos como “potenciais mentiras” (COLLINS, 2009, p. 108), ao invés de aceitá-los como verdades estabelecidas. Ou seja, ensiná-los a *contra vigiar* e analisar criticamente. Collins notou que uma

¹⁶⁸ Trad. nossa. Texto original: “In the course of watching, you from my structural position of relative powerlessness (as a slave, servant, or student), I see things about you that routinely escape your attention. I learn your vulnerabilities by watching you, knowledge that may be useful to me in navigating the unequal power relation that join us.”

¹⁶⁹ Trad. nossa. Texto original: “instead of replacing one truth with another, disrupting disciplinary power might mean teaching kids to listen for lies instead of truth.”

de suas estudantes considerou a ideia de que sua professora mentiria para ela e seus colegas. Para Collins, no entanto,

“Esse exercício desafiou uma das regras fundamentais da sala de aula. Quando pedimos aos estudantes para ouvir as aulas e fazer anotações, nós basicamente pedimos que eles se lembrem ou gravem partes da verdade. Aqui eu estava pedindo aos meus estudantes para escutar e anotar mentiras”¹⁷⁰ (COLLINS, 2009, p. 107).

Collins usou o exercício do *Detector de Mentiras* como uma ferramenta com dupla função: ao contar as histórias reais, que eram parte do conteúdo da disciplina, ela ensinava o que estava previsto no “currículo formal”. Ao ensinar a habilidade de detectar mentiras, Collins passava conhecimento de um “currículo oculto”. Durante o exercício, ela observou que mesmo a ideia de verdade pode ser questionada. O que alguns consideravam verdade, para outros poderia ser uma mentira. A dinâmica de questionar e discutir abriu espaço para que a turma expressasse múltiplos pontos de vista, possibilitando um espaço de diálogo e desenvolvimento de empatia (COLLINS, 2009, p. 108). Para ela, “ver a sala de aula como um espaço político [...] e ajudar as pessoas a praticar a empatia, envolvendo vários pontos de vista, lança as bases para o ensino e a aprendizagem subversivos”¹⁷¹ (COLLINS, 2009, p. 112).

3.1.3. Resistência no domínio cultural: produzindo novas visões sobre nós

As ideias que sustentam o racismo colorblind emergiram e se consolidaram em um contexto em que a mídia global também se expandia consideravelmente. Como Collins observa, produtos culturais apresentam o racismo como algo “natural, normal e inevitável” (COLLINS, 2009, p. 116). Nesse contexto, jovens negros se viram em uma posição contraditória. Do ponto de

¹⁷⁰ Trad. nossa. Texto original: “This exercise challenged one fundamental rule of classrooms. When we ask students to listen to lectures and take notes, we basically require that they remember or record nuggets of truth. Here I was asking my students to listen to and to take notes on nuggets of lies”.

¹⁷¹ Trad. nossa. Texto original: “seeing the classroom as a frontline political space and helping people practice empathy by engaging multiple points of view lay the groundwork for subversive teaching and learning”.

vista de direitos, esses jovens, em especial os da classe trabalhadora, se tornaram invisíveis: os problemas de acesso a direitos básicos como moradia, lazer, educação, liberdade e vida parecem não importar. Por outro lado, esses jovens viram a mídia de massas propagar aspectos da sua cultura, como o hip hop, por exemplo, em um contexto global. Ou seja, ao mesmo tempo em que são invisíveis, são hipervisíveis (COLLINS, 2009). Para Collins, “a mídia de massa global circula imagens de feminilidade e masculinidade negra e, a partir disso, ideologias de raça, gênero, sexualidade e classe”¹⁷² (COLLINS, 2009, p. 116),

O racismo *colorblind* se beneficia de imagens distorcidas sobre grupos oprimidos. A mídia perpetua imagens negativas associadas a grupos com menos poder, como jovens negros e latinos filhos da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, ela exalta imagens de “sucesso” de poucos representantes desses grupos que, supostamente, por mérito próprio conseguiram “vencer na vida”. Nesse contexto, Collins sugere que promover o “*letramento midiático*”¹⁷³ é uma importante forma de resistência no domínio cultural do poder. Ela apresenta dois conceitos centrais para a ideia de alfabetização midiática, as ideias de *filtros* e *quadros* (COLLINS, 2009), que “normalmente trabalham juntos na formação do significado social” e moldam “o que vemos em todos os aspectos de nossas vidas e nossas interpretações do que percebemos”¹⁷⁴ (COLLINS, 2009, p. 119-120). Para Collins,

Resumidamente, *filtros são lentes que nós usamos para ver o mundo. Não conseguimos ver tudo de uma vez, então filtramos o que vemos e ouvimos, primeiramente por visão seletiva [...] em contraste aos filtros, os quadros se referem às interpretações que damos para o que filtramos*¹⁷⁵ (COLLINS, 2009, p. 118).

¹⁷² Trad. nossa. Texto original: “global mass media circulates images of black femininity and black masculinity and, in doing so, ideologies of race, gender, sexuality, and class.”

¹⁷³ Trad. nossa. Texto original: media literacy”

¹⁷⁴ Trad. nossa. Texto original: “typically work together in shaping social meaning” e “what we see in all aspects of our four lives and our interpretations of what we perceive.”

¹⁷⁵ Trad. nossa. Texto original: “Briefly put, filters are the shortcut lenses that we use to view the world. We cannot see everything at once, so we filter what we see and hear, primarily by selective viewing [...] In contrast to filters, frameworks refer to the interpretations that we give of our filtered”.

Filtros e quadros são, portanto, as ferramentas que as pessoas usam para consumir conteúdos veiculados pela mídia global. Isso faz com que as pessoas leiam esses conteúdos de formas diferentes, em especial porque esses filtros e quadros são mediados por desigualdades de gênero, raça, classe social e sexualidade (COLLINS, 2009). Nesse contexto, como observa Collins, “as mensagens não estão intrínsecas ao filme, vídeo, ou outro produto, e, ao contrário, cada pessoa cria significado com base no que ele ou ela sabe”¹⁷⁶ (COLLINS, 2009, p. 120). Sob a lógica do racismo *colorblind*, as pessoas veem o mundo a partir de filtros que mascaram a operação do racismo como sistema de poder. E, muitas vezes, os quadros disponíveis dão interpretações distorcidas sobre jovens negros e latinos.

Nesse cenário, Collins sugere que parte do letramento midiático envolve buscar filtros e quadros diferentes (COLLINS, 2009). As salas de aula podem ser espaços onde essas formas alternativas de consumir mídia podem ser desenvolvidas. Primeiro, ao possibilitar o espaço seguro e livre onde filtros e quadros podem ser questionados, o que envolve a partir dos conhecimentos prévios dos jovens (COLLINS, 2009). Ou seja, incentivá-los a “ler” a mídia com seus próprios filtros e quadros. Segundo, ao promover as habilidades de analisar criticamente como os produtos culturais são produzidos (COLLINS, 2009). Em outras palavras, promover uma leitura crítica sobre *o que* e *quem* veicula na mídia, ou seja, o que há por trás. Assim como os jovens podem desenvolver habilidades de detecção de mentiras, eles podem aprender a detectar discursos veiculados na mídia de forma crítica, rejeitando filtros e quadros que mantêm a operação do racismo, e assumindo novas formas de ver o mundo.

Embora produzir filtros e quadros alternativos seja um ponto de partida importante, outra forma de resistir no domínio cultural, igualmente relevante, envolve criar produtos culturais. É necessário produzir e difundir novas ideias. Em outras palavras, resistir no domínio cultural envolve processos de autodefinição e autoavaliação¹⁷⁷. As ideias das elites se apresentam como

¹⁷⁶ Trad. nossa. Texto original: “the message is not intrinsic to the film, video, or other product, and, instead, each person creates the meaning based on what she or he knows”.

¹⁷⁷ Ver definição na página 33 desta dissertação.

naturais e verdadeiras enquanto reproduzem imagens de controle que sustentam a dominação. Nesse sentido, contar a própria história, sob um ponto de vista próprio, significa romper com imagens distorcidas e desumanizadoras veiculadas na mídia e nas instituições de conhecimento. Ao mesmo tempo, questionar o que está por trás das ideias revela uma complexa estrutura de poder. Para Collins, nesse contexto, “escrever a história de sua própria vida é um exercício de empoderamento”¹⁷⁸ (COLLINS, 2009, p. 126).

3.1.4. Resistindo ao racismo no domínio interpessoal do poder: a resistência em nossas próprias mãos

É no domínio interpessoal do poder que as pessoas vivenciam as opressões baseadas em raça, classe, gênero, sexualidade e nação em seu cotidiano. Ao mesmo tempo, esse é o domínio em que, individualmente, elas podem *fazer algo* para mudar as situações de desigualdade e injustiça vivenciadas cotidianamente. O domínio interpessoal possibilita que as pessoas resistam a partir de suas singularidades e desenvolvam formas de “*resistência especializada*” (COLLINS, 2009, p. 131; COLLINS, 2019a, p. 453). Nesse caso, as pessoas resistem *como e onde* podem. Como Patricia Hill Collins observa:

“acho que a maioria das pessoas se sai melhor quando desenvolve práticas de resistência especializada que são adaptadas aos seus talentos e habilidades (talentos artísticos, habilidades matemáticas, habilidades verbais e assim por diante); a um campo de ênfase (por exemplo, educação, saúde e desenvolvimento de bairros); e para o domínio do poder onde eles podem ser mais influentes”¹⁷⁹ (COLLINS, 2009, p. 131).

¹⁷⁸ Esse é um tema muito discutido recentemente. A ideia de representatividade quando mobilizada e compreendida a partir de uma perspectiva liberal pode gerar a ilusão de que a inclusão de poucos representantes negros, ou mesmo de aspectos da cultura negra - em especial a estética -, é suficiente para romper com a opressão no domínio cultural. A resistência no domínio cultural, pelo contrário, envolve questionar a cultura hegemônica, seus produtos e produtores como estruturas de poder que sustentam o racismo.

¹⁷⁹ Trad. nossa. Texto original: “I think that most people do best when they develop practices of specialized resistance that are tailored to their talents and skills (artistic talents, mathematical ability, verbal skills, and so forth); to a field of emphasis (for example, education, health, and neighborhood development); and to the domain of power where they can be most influential”.

Cabe destacar que a ideia de Collins sobre *resistência especializada* e o papel dos indivíduos na luta contra as opressões nada tem a ver com a perspectiva liberal que responsabiliza o indivíduo enquanto mascara o papel das estruturas de poder na produção da desigualdade. Pelo contrário, ao compreender esta dimensão da resistência como parte das relações de poder, Collins evidencia o caráter político da resistência. É na relação com os domínios do poder, na busca por justiça social, que a resistência especializada ganha significado. Ou seja, é no domínio interpessoal que as pessoas desenvolvem formas particulares, distintas e criativas de *resistir aos sistemas de poder* como o racismo, o machismo, a opressão de classe e o sexismo tanto *em* um domínio do poder, como *entre* distintos domínios. No caso específico do combate ao racismo, Collins destaca que o antirracismo pode acontecer em lugares diferentes, ao mesmo tempo, e em sinergia (COLLINS, 2009, p. 131).

Nos pontos anteriores, mostramos como Collins compreende como professores podem criar possibilidades para que as salas de aula se transformem em espaços livres e seguros onde o pensamento e consciência críticos podem ser desenvolvidos. Collins destaca que, em um contexto em que as escolas funcionam como o espaço em que jovens negros e latinos vivenciam as agressões diárias resultantes do racismo como sistema de poder, professores que se comprometam em mudar a dinâmica da sala de aula são fundamentais. Para ela, esses jovens “precisam de professores que possuam uma compreensão culturalmente sensível dos obstáculos”¹⁸⁰ que eles enfrentam (COLLINS, 2009, p. 132). É no domínio interpessoal que a escolha de *educar para a mudança* ocorre e, como Collins observa, “este é um trabalho muito difícil, e cada indivíduo que assume este tipo de compromisso precisa ser honesto sobre se ele ou ela pode fazê-lo ou, mais importante, quer fazê-lo”¹⁸¹ (COLLINS, 2009, p. 132).

¹⁸⁰ Trad. nossa. Texto original: “need teachers who possess a culturally sensitive understanding of the obstacles their students face.”

¹⁸¹ Trad. nossa. Texto original: “this is very difficult work, and each individual who takes on this kind of commitment needs to be honest about whether he or she *can* do it or, more importantly, *wants* to do it.” Grifos da autora.

O exemplo pessoal de Collins evidencia o potencial de assumir o compromisso de *educar para a mudança*. As salas de aula são parte fundamental do fazer sociológico de Patricia Hill Collins. Parte dos exemplos que mobilizamos até aqui, para apresentar os domínios do poder, vêm das suas experiências vivenciadas em algumas das inúmeras salas de aula pelas quais passou. Ela se define como “essencialmente professora” (COLLINS, 2009, p. 133) e considera o que faz como uma forma de “ativismo intelectual” (COLLINS, 2009, p. 133). Como ela observa, as escolas são espaços fundamentais na luta contra as injustiças e “nesse contexto, toda ideia importa, daí o conceito de 'ativismo intelectual'. Esse é o meu terreno de luta na vida cotidiana. Essa é a minha forma de resistência especializada”¹⁸² (COLLINS, 2009, p. 134).

3.2. Vamos juntos/as? Cultivando empatia, promovendo coalizões.

Trabalhamos até aqui a partir da ideia de que em sistemas de diferenciação binária caracterizados por relações hierárquicas, a diferença opera a partir de categorias de exclusão ou separação. As intersecções entre categorias como raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade produzem diferentes posições e, conseqüentemente, diferentes experiências no mundo. No contexto do racismo nos Estados Unidos, essas diferenças se materializam em mecanismos de segregação social, econômica, educacional e espacial: seja a escravização, o Jim Crow ou os guetos negros. Em todos esses contextos, as pessoas experimentaram espaços sociais racialmente homogêneos. Na era pós direitos civis, que supostamente deveria significar uma integração racial na sociedade estadunidense, o racismo passou a operar de forma aparentemente sutil, mas os muros invisíveis que separam negros e brancos seguem produzindo injustiças.

¹⁸² Trad. nossa. Texto original: “In this context, every idea matters, hence the concept of ‘intellectual activism.’ That’s my terrain of struggle in everyday life. That’s my form of specialized resistance”.

Em *Toward a new vision: race, class, and gender as categories of analysis and connection*¹⁸³ (2012) e *Where do we go from here?*¹⁸⁴ (2012), Collins analisa a dinâmica dessa relação entre mudança e continuidade que caracteriza a sociedade estadunidense: “quanto mais as coisas mudam, mais permanecem as mesmas” (COLLINS, 1998, p. 11). Nos artigos, Collins apresenta uma reflexão sobre a transformação real das relações de poder que, para ela, passa necessariamente por alterar as formas de pensar e agir. Segundo ela,

“devemos primeiro reconhecer raça e classe como categorias de análise interligadas que, juntas, cultivam profundas diferenças em nossas biografias pessoais. Mas então, devemos transcender essas mesmas diferenças reconceitualizando raça, classe e gênero para criar novas categorias de conexão”¹⁸⁵ (COLLINS, 2012, p. 215).

Primeiro, o debate sobre mudar as formas de pensar sobre as diferenças baseadas em raça, gênero e classe, é trabalhado com profundidade especialmente por intelectuais feministas negras. Por exemplo, em *Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença*,¹⁸⁶ Audre Lorde afirma que no capitalismo “a rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta [...] que precisa de *outsiders* ocupando o papel de pessoas descartáveis” (LORDE, 2019, p. 142). Como consequência, a diferença tem sido utilizada “a serviço da separação e da confusão” (LORDE, 2019, p. 142). Ainda, segundo Lorde:

¹⁸³ Em português, *Em direção a uma nova visão: raça, classe, e gênero como categorias de análise e conexão*. Trad. nossa. A edição original do artigo foi publicada em 1989. Em nosso trabalho, recorreremos à versão republicada em *On Intellectual Activism* (COLLINS, 2012).

¹⁸⁴ Em português, *Para onde vamos daqui?* Tradução nossa.

¹⁸⁵ Trad. nossa. Texto original: “we must first recognize race, class as interlocking categories of analysis that together cultivate profound differences in our personal biographies. But then, we must transcend those very differences by reconceptualizing race, class, and gender to create new categories of connection”.

¹⁸⁶ O artigo foi originalmente apresentado no Copeland Colloquium, na Amherst College, em Hampshire, Massachusetts, em 1980. A versão a que tivemos acesso está publicada em *Irmã Outsider: ensaios e colóquios* (LORDE, 2019)

“Certamente existem diferenças muito reais entre nós, com relação a raça, idade e sexo. No entanto, não são essas diferenças que estão nos separando. É, antes, nossa recusa em reconhecê-las e analisar as distorções que resultam de as confundirmos e os efeitos dessas distorções sobre comportamentos e expectativas humanas” (LORDE, 2019, p. 142)

Da mesma forma, Collins assumiu, como parte de seu trabalho, o compromisso com a busca por novas formas de compreender as diferenças e, em última instância, as relações de poder delas resultantes. Mostramos, até aqui, como Patricia Hill Collins compreende como as relações interseccionadas de poder interagem entre si no interior de uma matriz de dominação que organiza o poder a partir de quatro domínios (estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal). As contribuições de Collins sobre o poder, as quais procuramos introduzir com este trabalho, respondem a esse movimento de reconceptualização da ideia de diferença (COLLINS, 2012, p. 214) e de compreensão da parcialidade das experiências (COLLINS, 2012). Por outro lado, como ela observa,

“a crítica constitui uma estratégia necessária, embora insuficiente, para eliminar as desigualdades sociais. Não importa quão elegante seja a análise de quão empiricamente verificável seja o argumento, ideias sem ação podem nos deixar mais desanimados do que nunca quando não vemos resultados.”¹⁸⁷ (COLLINS, 2012, p. 231)

Como diz Audre Lorde (2019, p. 152), “o futuro de nossa sobrevivência depende da nossa capacidade de nos relacionarmos em pé de igualdade”. Patricia Hill Collins, da mesma forma, considera que a luta por liberdade e justiça social exige novas formas de agir frente às diferenças. Nesse contexto, a questão que ela coloca é: como romper essas barreiras? Mais uma vez recorreremos às salas de aula, e aos exemplos que Collins mobiliza a partir de sua experiência como educadora, para analisar como ela pensa essas novas formas de agir.

¹⁸⁷ Trad. nossa. Texto original: “critique constitutes a necessary, albeit insufficient, strategy for eliminating social inequalities. No matter how elegant the analysis or how empirically verifiable the argument, ideas without action can leave us feeling more dispirited than ever when we do not see results”.

3.2.1. Salas de aula e as novas formas de agir

“Apesar das profundas diferenças em nossas biografias pessoais, diferenças que, em outros ambientes, teriam dificultado nossa capacidade de nos relacionarmos uns com os outros, descobrimos que estávamos todos profundamente comprometidos com a educação das crianças negras”¹⁸⁸ (COLLINS, 2012, p. 225).

Em *Critical Pedagogy and Engaged Scholarship: Lessons from Africana Studies*¹⁸⁹ (2012), Patricia Hill Collins narra sua experiência na St. Joseph’s Community School, uma escola paroquial¹⁹⁰ em Roxbury, Massachusetts, onde atuou de 1970 a 1976. Além de trabalhar como professora, ela atuou como planejadora curricular e esteve diretamente envolvida na transformação¹⁹¹ da St. Joseph’s em uma escola comunitária de ensinos infantil e fundamental. O objetivo desse processo era estabelecer novas relações com a comunidade, majoritariamente negra da classe trabalhadora (COLLINS, 2012, p. 118). Collins trabalhou com um grupo de pessoas muito diferentes: moradores do bairro, “freiras brancas, pós-graduandos negros de classe média. Pais, [...] professores de Harvard e alguns liberais brancos do Colorado” (COLLINS, 2012, p. 225). Apesar das visíveis diferenças de poder e, conseqüentemente, de pontos de vista, Collins observa que o grupo foi capaz de negociar essas diferenças e mobilizá-las como *categorias de conexão* em torno de uma causa comum: a educação dos jovens negros de Roxbury. Como ela diz,

“Enfrentamos o desafio de construir uma comunidade através das diferenças de raça, classe, gênero, idade, região, educação, religião e

¹⁸⁸ Trad. nossa. Texto original: “In spite of profound differences in our personal biographies, differences that, in other settings, would have hampered our ability to relate to one another, we found that we were all deeply committed to the education of Black children”.

¹⁸⁹ Em português, *Pedagogia Crítica e Pesquisa Comprometida: Lições dos Africana Studies*. Trad. nossa. A edição original do artigo foi parcialmente publicizada entre 2011 e 2012 em forma de palestras e artigo. Em nosso trabalho, recorreremos à versão publicada em *On Intellectual Activism* (COLLINS, 2012).

¹⁹⁰ Escolas paroquiais são administradas por igrejas ou dioceses. Os currículos, normalmente, incluem o ensino religioso.

¹⁹¹ O processo era parte de um projeto-piloto da *Harvard University Graduate School of Education* (HGSE). Em português, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Harvard. Tradução nossa.

etnia que nos permitisse alcançar a excelência (a sexualidade estava lá, embora ainda no armário, mas ainda assim). Construir uma comunidade em meio a essas diferenças foi uma batalha difícil. Não concordamos em praticamente nada, exceto a necessidade de fazer tudo o que pudermos para ensinar, nutrir e capacitar as crianças afro-americanas e/ou pobres sob nossos cuidados”¹⁹² (COLLINS, 2012, p. 119).

Mobilizadas como categorias de conexão, as diferenças promovem, a partir da empatia, conexões importantes que podem resultar em **coalizões** poderosas. Se os pontos de vista são parciais, as coalizões fornecem o espaço de compreensão mais ampla sobre o poder e, conseqüentemente, respostas mais *completas* às injustiças sociais. É o que evidencia a experiência de Collins em Roxbury, onde diferentes talentos, habilidades e pontos de vista contribuíram para o processo de transformação da escola em uma *comunidade democrática*, onde se “rejeita hierarquias naturalizadas que tornam os membros vencedores ou perdedores permanentes de uma geração para a outra”¹⁹³ (COLLINS, 2012).

Como parte de seu engajamento pessoal no processo, Collins tinha o objetivo de estimular os estudantes a pensarem “fora da caixa”, ao invés de consumir fatos de forma acrítica (COLLINS, 2012). Ela se dedicou a transformar as salas de aula de St. Joseph’s em espaços seguros e livres onde os jovens poderiam aprender a “analisar, criticar e mudar os sistemas de desigualdade que os desempoderaram”¹⁹⁴ (COLLINS, 2012). As salas de aula, como observa Collins, colocam as pessoas frente a frente para negociar a parcialidade de suas experiências nas relações de poder (COLLINS, 2012). Elas são espaços de onde a resistência e a luta por justiça social podem ser organizadas. Quando transformadas em espaços seguros e livres, que promovem o pensamento

¹⁹² Trad. nossa. Texto original: “We faced the challenge of *building a community across differences* of race, class, gender, age, region, education, religion, and ethnicity that would enable us to achieve excellence (sexuality was there, albeit still in the closet, but there nonetheless). Building a community across such differences was an uphill battle. We agreed on practically nothing except the need to do everything we could to teach, nurture, and empower the African American and/or poor children in our care.”

¹⁹³ Trad. nossa. Texto original: “reject naturalized hierarchies that make members permanent winners or losers from one generation to the next”

¹⁹⁴ Trad. nossa. Texto original: “analyze, critique, and change the systems of inequality that disempowered them”.

crítico, elas possibilitam o encontro de múltiplos e distintos pontos de vista. Esse exercício de *ouvir* e *ser ouvido* pode aproximar os diferentes e possibilita diálogos estimulantes que podem transcender barreiras impostas por diferenças de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade. O encontro entre experiências de vida muito distintas pode revelar como se articulam as relações de poder.

Quando a sala de aula cumpre este papel, o de, em seu interior, reduzir diferenças nessas relações, ela promove um espaço onde as diferenças podem ser negociadas. Nesse espaço pode florescer uma habilidade que Collins considera poderosa e necessária: a *empatia* (COLLINS, 2012). *Ter empatia* significa, por um lado, criar interesses reais pelas histórias de outras pessoas e grupos. Por outro, significa transformar as diferenças baseadas em raça, classe e gênero em *categorias de conexão*, rejeitando visões que as assumam como categorias de opressão e exclusão.

Collins destaca, no entanto, que a empatia não é algo natural e envolve difíceis processos. O interesse por diferentes histórias de vida é um primeiro passo, mas desenvolver empatia envolve também analisar as diferentes posições que ocupamos nas relações de poder. Por um lado, indivíduos de grupos com mais poder precisam confrontar as questões relacionadas aos seus privilégios associados a posições definidas por raça, classe, gênero e sexualidade: “por exemplo, para aqueles de vocês que são brancos desenvolverem empatia pelas experiências de pessoas de cor, vocês devem lidar com como sua pele branca os privilegiou”¹⁹⁵ (COLLINS, 2012, p. 227). Por outro, membro de grupos com menos poder precisam “trabalhar para substituir os julgamentos por categoria por novas formas de pensar e agir - recusar-se a fazê-lo sufoca as perspectivas de coalizão efetiva e mudança social”¹⁹⁶ (COLLINS, 2012, p. 227). Vale destacar que essa não é uma relação estática. Relembramos que, para Collins, não há opressores e oprimidos puros. Ou seja,

¹⁹⁵ Trad. nossa. Texto original: “for example, for those of you who are White to develop empathy for the experiences of people of color, you must grapple with how your white skin has privileged you”.

¹⁹⁶ Trad. nossa. Texto original: “work toward replacing judgements by category with new ways of thinking and acting - refusing to do so stifles prospects for effective coalition and social change”.

a empatia também exige que saibamos reconhecer como as nossas posições promovem o desempoderamento de outras pessoas e grupos.

A empatia é uma habilidade importante para a construção de coalizões. Assim como no caso de Roxbury, onde a empatia pelas pessoas negras e pobres do bairro moveu um grupo heterogêneo de pessoas em torno da transformação de St. Joseph's, a empatia nas salas de aula pode promover transformações reais não só na escola, mas nas relações de poder desiguais que criam as condições de injustiça social. As comunidades podem também ser organizadas a partir da solidariedade sobre causas e interesses comuns.

Em qualquer dos casos - comunidades organizadas a partir da empatia pelas diferenças ou por interesses comuns - negociar as diferenças de poder é um processo fundamental para que se formem coalizões. Para Collins, “redefinir as comunidades como lugares de negociação de poder sugere que as comunidades constituem o andaime no qual a política de coalizão opera”¹⁹⁷ (COLLINS, 2012, p. 228).

Mas quais os limites dessa relação? Começamos este trabalho mostrando o impacto do pensamento e experiências de mulheres negras na obra de Patricia Hill Collins. Terminaremos retomando um conceito importante que Collins sugere a partir da leitura do trabalho comunitário dessas mulheres: a *solidariedade flexível*. Para ela, a experiência de mulheres negras na sociedade civil negra nos Estados Unidos e com o movimento feminista hegemônico revela nuances importantes sobre o tipo de relação estabelecida entre diferentes grupos. Para Collins,

“Em vez de rejeitar por completo a política de solidariedade, elas escolheram manipular essa solidariedade, ora trabalhando com os homens negros, ora opondo-se a eles. Essa compreensão flexível da solidariedade política permitiu-lhes moldar a ação social segundo os desafios em questão. A solidariedade que estava atrelada a uma ação social baseada em princípios não significava que elas eram acriticamente obedientes, mas sim que realizavam escolhas estratégicas que fizessem mais sentido em resposta aos problemas sociais que enfrentavam” (COLLINS, 2022a, p. 241).

¹⁹⁷ Trad. nossa. Texto original: “redefining communities as places of power negotiation suggests that communities constitute the scaffold on which coalitional politics operate”.

Em uma perspectiva mais ampla, a solidariedade flexível é um conceito que compreende que as relações de solidariedade política tem limites estabelecidos também a partir das diferenças. Até determinado ponto, a política de coalizão entre diferentes grupos pode fazer sentido, mas também pode haver o momento em que essas políticas precisarão dar espaço aos diferentes caminhos que podem ser seguidos na luta contra as desigualdades. O que é fundamental, no entanto, é que projetos políticos e intelectuais que vislumbrem a possibilidade de um mundo sem injustiça precisam, necessariamente, resistir e lutar por justiça social em qualquer cenário.

3.3 - Conclusão do capítulo

Neste último capítulo, buscamos identificar como Collins compreende as formas de resistência às injustiças sociais resultantes de relações desiguais de poder. Enquanto a interseccionalidade explica o poder, e a matriz de dominação organiza o poder, as comunidades são os locais onde as pessoas e grupos experienciam as relações de poder. É a partir de onde a resistência pode ser organizada sob formas distintas e criativas. Recorremos aos exemplos trazidos por Patricia Hill Collins em *Another Kind of Public Education* para pensar as salas de aula como as comunidades onde a ideia de resistência é trabalhada.

Collins parte da ideia de que as escolas constituem locais importantes na luta por justiça social. Ela indica que as educadoras e educadores têm um papel fundamental nesse processo e defende a ideia de uma pedagogia crítica. Para pensar a resistência nos quatro domínios do poder, Collins reflete como as salas de aula podem ser espaços que promovam o pensamento crítico. Neste sentido, a resistência no domínio estrutural do poder envolve a transformação das salas de aula em espaços livres e seguros onde a consciência crítica seja estimulada.

Como forma de potencializar esses espaços, Collins sugere algumas abordagens que os professores podem trabalhar nas salas de aula. No domínio disciplinar, por exemplo, em vez de ensinar supostas verdades de forma acrítica, Collins sugere que os estudantes sejam estimulados a identificar mentiras nos discursos que ouvem nas escolas. A partir de um processo de contravigilância,

jovens negros podem identificar padrões de reprodução das desigualdades que encontram nas salas de aula. Identificando mentiras, esses jovens podem buscar novos conhecimentos e verdades.

Da mesma forma, no domínio cultural do poder, Collins indica que a pedagogia crítica envolve ensinar os estudantes a questionarem os produtos de mídia que perpetuam imagens de controle sobre eles. Além disso, envolve fornecer e estimular que eles encontrem novas lentes para enxergarem o mundo através dos seus próprios olhos, além de questionarem e criticarem a partir de suas próprias ideias.

Por fim, as formas de resistência no domínio interpessoal do poder correspondem as formas de resistência especializada que as pessoas adotam em seu dia a dia tanto na forma de tratar outras pessoas, como na maneira de entender a si mesmas e suas posições nas relações de poder.

Salas de aula como espaços livres e seguros onde circula o pensamento crítico podem estimular, ainda, a habilidade da empatia. Uma habilidade que aparece menos como um sentimento individual e mais como estratégia política basilar de políticas de coalizão que podem promover a solidariedade política entre diferentes grupos sociais. Essa solidariedade é uma das bases dos projetos políticos que lutar pela emancipação e empoderamento de grupos subordinados. Como dissemos, resistir é preciso e transformar é possível: a partir da solidariedade e da esperança como ferramentas de transformação é possível romper a lógica de dominação perpetuada por sistemas desiguais de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Patricia Hill Collins é uma ativista intelectual com uma extensa produção teórica dedicada a compreender o poder. Nossa hipótese foi a de que Collins direciona o seu trabalho tanto para a análise das desigualdades e injustiças sociais quanto para a compreensão das formas de resistência. Para Collins, teorizar não basta. É preciso resistir. Nosso objetivo com este trabalho, neste sentido, foi o de analisar como ela entende o poder. Especificamente, buscamos responder a três questões: como o poder opera? Como ele se organiza? Como reagir às diferenças de poder? Mobilizamos, em especial, as contribuições de Collins sobre as salas de aula e o *novo racismo*, ou o racismo *colorblind* - que “não vê” cor ou que deixou o racismo “no passado”, o sistema político e social que ascendeu após as vitórias legais conquistadas pelos movimentos por Direitos Civis.

Buscando compreender os caminhos percorridos por Patricia Hill Collins para analisar como o poder opera, concluímos que ela mobiliza uma série de recursos, conceitos e técnicas de investigação em seu processo de teorização sobre o poder. Apresentamos, no primeiro capítulo, três aspectos que avaliamos centrais na teoria e metodologia de Collins, a saber, 1) o ponto de vista coletivo de mulheres negras e demais grupos subordinados; 2) a relação dialética entre experiência vivida e sociologia tradicional; e 3) a interseccionalidade como forma primária de compreensão sobre o poder.

Primeiro, Collins entende os conhecimentos heterogêneos de mulheres negras, registrados em formas diversas – como literatura, poesia, música, filmes, contos, fontes orais e obras acadêmicas –, como parte de uma tradição coletiva e histórica de pensamento. Mulheres negras produzem conhecimentos autodefinidos a partir de uma perspectiva distinta, moldada pela sua localização em sistemas interseccionados de poder, e substituem visões distorcidas sobre elas a partir do processo de autoavaliação. Collins estabelece uma relação dialógica entre os conhecimentos produzidos por ela mesma, por outras mulheres negras, por mulheres brancas, por homens negros, por pessoas LGBTQIA+ e por projetos distintos de conhecimento (sociologia, teoria crítica,

pragmatismo estadunidense, pós estruturalismo, estudos culturais). **Mobilizando essas múltiplas vozes, ela reivindica o ponto de vista coletivo de mulheres negros, em diálogo com os pontos de vista de outros grupos subordinados, como fontes centrais.**

Segundo, Collins utiliza da **tensão criativa entre a centralidade das experiências, que ela mobiliza a partir da ideia de um ponto de vista coletivo, e os paradigmas da sociologia tradicional.** Ao colocar frente a frente as experiências vividas e as ferramentas teórico-metodológicas da sociologia, Collins observa aspectos únicos do seu conhecimento visíveis na tensão entre o *ser* e o *não ser*, o *outsider* e o *insider*, que ocorre a partir da posição de *outsider-within* de Collins na sociologia. Nesse caso, ela estabelece uma relação dialética entre a experiência vivida (individual e coletiva) e a sociologia que, em nossa opinião, não é por acaso. Pelo contrário, acreditamos que Collins estimula intencionalmente essa tensão como forma de ampliar horizontes e complexificar análises, buscando, a partir disso, novas possibilidades de conhecimento e de resistência.

Por fim, a interseccionalidade é usada por Collins de diversas formas, inclusive como tema de estudo, mas em especial como forma de compreender e explicar o poder. Ao longo de sua trajetória intelectual, Collins teorizou profundamente sobre o tema, tecendo conceitos e ideias, contribuindo para a constituição de um paradigma. No entanto, sua obra também é marcada pelo uso de uma metodologia interseccional como norteadora do processo investigativo. Nesse caso, Collins parece ser estimulada por um *pensar interseccional*, o que significa questionar, organizar, criticar e produzir conhecimento crítico a partir de lentes interseccionais e da busca por transformação.

Enquanto a interseccionalidade revela como o poder opera, a partir das relações entre sistemas baseados em raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade. Collins propõe o conceito de **Matriz de Dominação** para explicar como sistemas interseccionados de poder se organizam a partir de seus quatro domínios: **estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal**. Ao longo dos capítulos dois e três apresentamos como Collins conceitua como a cada domínio do poder organiza a dominação, bem como as formas de resistência às diferentes formas de opressão. Usamos como fonte principal o livro *Another Kind*

of *Public Education: race, schools, the media and democratic possibilities*, em que Patricia Hill Collins faz uma análise do racismo como sistema de poder a partir da heurística dos domínios de poder. Para estudar a resistência, Collins defende a ideia de uma **pedagogia crítica** e enfatiza a ideia de **educação para a mudança**, baseada em formas diversas de letramento.

É na **matriz de dominação** que os sistemas de poder interagem entre si. Ela é definida a partir de contextos *históricos* e *sociais* específicos. No contexto estadunidense, por exemplo, a matriz de dominação é definida por sistemas de raça, classe, gênero, sexualidade e nação. Em outros contextos, a matriz de dominação vai, necessariamente, se organizar de forma diferente. Entendemos, no entanto, que sob a lógica de um capitalismo organizado em nível global, alguns sistemas de poder são comuns, como o racismo, sexismo e a exploração de classe. Ainda que o contexto histórico e material siga determinando diferentes formas sob as quais esses mesmos sistemas de poder se expressam em diferentes realidades.

É também na matriz de dominação que os sistemas de poder são organizados. Como forma de compreender esse processo, Collins propôs uma heurística dos domínios do poder. Para ela, os quatro domínios do poder atuam de forma independente, mas ao mesmo tempo em sinergia uns com os outros. Ela é uma ferramenta complexa que permite uma leitura igualmente complexa sobre como opera a dominação. Cada um dos domínios cumpre um papel específico: *o estrutural organiza a dominação, o disciplinar administra, o cultural justifica e o interpessoal naturaliza as opressões via práticas cotidianas*.

O domínio estrutural do poder *organiza* a dominação por meio de regras, normas e leis das instituições sociais. Nos Estados Unidos, o racismo operou de diferentes formas: primeiro, via escravização. Depois, por meio da segregação (Jim Crow no Sul e guetização no Norte). Por fim, o racismo *colorblind*, que ascendeu como sistema de poder na esteira das conquistas dos movimentos pelos Direitos Civis a partir dos anos 1950. Sob a lógica do racismo *colorblind*, as instituições operam por meio de políticas que mantêm a segregação residencial, educacional, econômica e política de pessoas negras da classe trabalhadora. Collins observa, por exemplo, como as escolas que jovens negros e latinos frequentam são comumente afetadas por baixos orçamentos e estrutura precária das salas de aula. Escolas precárias resultam em jovens desmotivados

e com raiva, que muitas vezes acabam transitando entre escolas e prisões, que no domínio estrutural se relacionam de forma simbiótica. Como forma de resistir no domínio estrutural, no contexto das escolas públicas, Collins sugere a criação de espaços livres e seguros, além da resistência por dentro da estrutura das instituições sociais. Para ela, esses espaços podem promover a consciência crítica e levar as pessoas à ação.

Enquanto o domínio estrutural organiza, o domínio disciplinar administra a dominação por meio da aplicação injusta das leis, normas e regras. Aqui a burocracia é mobilizada a partir dos interesses das elites em controlar e disciplinar grupos subordinados. Nesse contexto, Collins identifica que a vigilância é uma das principais ferramentas de controle no domínio disciplinar, e serve para manter cada um em seu lugar estabelecido e vivendo dentro dos padrões aceitáveis. Ela observa que, no contexto do racismo, ser negro por si só já constitui um motivo para ser viciado e docilizado. Contra a vigilância, Collins sugere a ideia de **contravigilância**, que significa inverter as lentes e colocar grupos com mais poder sob vigilância. Quando isso acontece, grupos subordinados adquirem um conhecimento único sobre seus dominadores e podem questioná-los e criticá-los de forma mais assertiva.

O domínio cultural é onde as ideias que justificam as opressões são produzidas. As ideias veiculadas como verdades absolutas são meramente as ideias dos grupos dominantes. A mídia, em especial, cumpre um papel importante ao veicular imagens de fracasso e sucesso que visam vender a ideia de que o racismo nos Estados Unidos acabou. Ao mesmo tempo, o domínio cultural é a partir de onde se pode questionar ideias distorcidas e substituí-las por conteúdos autodefinidos. Ou seja, é o domínio que possibilita o florescimento de novas formas de compreender o mundo e as próprias relações de poder.

Por fim, o domínio interpessoal diz respeito às formas como as opressões são vivenciadas no cotidiano das pessoas, ou como as pessoas se relacionam umas com as outras. Esse é o domínio onde as pessoas podem ser únicas e colocarem suas experiências no centro de suas formas de ver o mundo. Do ponto de vista da resistência, aqui as pessoas podem expressar e valorizar suas particularidades. Ou seja, elas podem encontrar formas pessoais e especializadas de resistir, usando seus atributos, qualidades, talentos e recursos como formas de empoderamento cotidiano. Essas formas de resistência podem,

muitas vezes, passar despercebidas, mas são igualmente fundamentais na construção de formas de ruptura com a ordem social estabelecida a partir de relações de dominação.

O local, físico ou imaginário, onde pessoas e grupos vivenciam as relações de poder organizadas pelos domínios do poder é conceituado por Patricia Hill Collins a partir da ideia de comunidade. As comunidades são espaços políticos onde não apenas as pessoas vivenciam as desigualdades, mas também onde produzem distintas formas de resistir. É o espaço que pode promover a empatia e, conseqüentemente, estabelecer laços de solidariedade política que podem levar as pessoas a resistirem e a transformarem radicalmente as relações de poder, acabando com as relações de dominação política. Quando não houver mais dominação, desigualdade e injustiça, seremos, enfim, livres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Michelle. **The new Jim Crow: mass incarceration in the age of colorblindness**. Nova York: The New Press, 2010.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: aunt lute books, 1987.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BAMBARA, Toni Cade (org). **The Black Women: an anthology**. New York: Pocket Books, 1970.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan.-abr. 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **O feminismo negro de Patricia Hill Collins: uma conversa sobre conhecimento, poder e resistência**. In *Revista Sociedade e Estado*, 2021.

BILGE, Sirma. Intersectionality Undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, Cambridge, v. 10, i. 2, 2013.

BLACKWEL, Maylei. **¡Chicana Power! Contested histories of feminism in the Chicano movement**. Austin: University of Texas Press, 2011.

BORLAND, Elizabeth. Standpoint theory. *Encyclopedia Britannica*. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/standpoint-theory>. Acesso em 8/3/23.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **E Pluribus Unum ou o mesmo perfume antigo em um novo frasco? Sobre o futuro da estratificação racial nos Estados Unidos**. In **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Holanda, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. On our own terms: self-defined standpoints and curriculum transformation. **NWSA Journal**. v. 3, n. 3, p. 367-381, autumn. 1991.

COLLINS, Patricia Hill. **Fighting words: black women and the search for justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. **Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism**. Nova York: Routledge, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. **From black power to hip hop: racism, nationalism, and feminism**. Philadelphia: Temple University, 2006.

COLLINS, Patricia Hill; ANDERSEN, Margaret L. Systems of power and inequality. *In Race, class, and gender: an anthology*. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. **Another Kind of Public Education**: race, schools, the media, and democratic possibilities. Boston: Beacon Press, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. The new politics of community. **American Sociological Review**, v. 75, n. 1, p. 7-30, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. **On Intellectual Activism**. Philadelphia, Temple University, COLLINS, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider-within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99 – 127, jan.-abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, v. 41:1-20, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipadora, **Parágrafo**. v. 5, n. 1, p. 6-17, jan. - jun, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso *In Cadernos Pagu*, v. 51, 2017b.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminism, Intersectionality and Democratic Possibilities** [Maryland]. Montgomery College, 2017. 1 vídeo (1h29min17s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0qU10tQ_rHo&t=1s. Acesso em: 6/2/23

COLLINS, Patricia Hill. **Critical conversations: intersectionality and sociology** [Oxford]. Oxford University, 2018. 1 vídeo (50min53s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qnr9VK_o-3k. Acesso em: 6/2/23

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as critical social theory**. Durham e Londres: Duke University Press, 2019b.

COLLINS, Patricia Hill. **The new politics of community revisited**. *In* The Pluralist, vol. 15, n. 1, 2020a, pp. 83-89.

COLLINS, Patricia Hill. **Controlling images** *In* WEISS, Gail; MURPHY, Ann V.; SALAMON, Gayle (orgs). **50 concepts for a critical phenomenology**. Evanston: Northwestern University Press, 2020b.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022a.

COLLINS, Patricia Hill. A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa. **Sociologias Plurais**, v. 8, n. 1, p. 11-44, jan. 2022b.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CURIEL, Ochy. De las identidades a la imbricación de las opresiones. Desde la experiencia. *In* **Encrespando**. Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024). FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (organizadoras). Brasília: Brado Negro, 2016, p. 75-89.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginilizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**. i. 1, 1989.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, jul. 1991

DAVIS, Ângela. **The Meaning of Freedom and Oher Difficult Dialogues**. San Francisco: City Lights, 2012.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo, Boitempo, 2017.

DU BOIS, W.E.B. **The souls of black folk**. New York, Bantam Dell, 1989.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FIGUEIREDO, Ângela. **Classe média negra: trajetórias e perfis**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2012.

FIGUEIREDO, Ângela. Somente um ponto de vista *In Cadernos Pagu*, v. 51, 2017.

FIGUEIREDO, Ângela. Apresentação e Comentários à Entrevista de Ochy Curiel. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, 3(4), 102–105. 2017.

FOUCAULT, Michel. **1970-1971 A vontade de saber e 1975-1976 É preciso defender a sociedade** *In Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRASER, Nancy; JAEHHL, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GARCIA, Ashley. **The Implications of Skin Tone Stratification in Latinx Perspectives of Race**. Hamilton Digital Commons, 2020

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano** In Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n. 1 – Batalha de Ideias. 2011. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf>

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Gloria T.; SCOTT, Patricia Bell; SMITH, Barbara (orgs). **All the Women are White, All the Blacks are Men, but Some of us are Brave**. 1982.

HARAWAY, Donna. **Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective**. In HARDING, Sandra (org.). **The Feminist Standpoint Reader: intellectual & political controversies**. New York: Routledge, 2004.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. **Introduction: Standpoint Theory as a Site of Political, Philosophic, and Scientific Debate** In *The Feminist Standpoint Reader: intellectual & political controversies*. New York: Routledge, 2004.

HARDING, Sandra. **Sciences from below: feminism, postcolonialities, and modernities**. Durham and London: Duke University Press, 2008.

HIGGINBOTHAM, Elizabeth. A new perspective with Patricia Hill Collins. **Footnotes**, v. 36, n. 7, 2009.

HIGGINBOTHAM, Elizabeth. Reflections on the early contributions of Patricia Hill Collins. **Gender & Society**, v. 26, n. 1, 2012

hooks, bell. **Intelectuais negras** In *Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 3, p. 464-478, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020;

MARX, Karl. **Ad Feuerbach (1845)** In *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCHUGH, Nancy. **Communities of epistemic resistance: Patricia Hill Collins and the power of naming community**. In *The Pluralist*, vol. 15, n. 1, 2020, pp. 83.89.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social**. 2016. 294 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas: revista de ciências sociais**, v. 21, n. 3, 2021.

PONS CARDOSO, Cláudia. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 382f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SMITH, Dorothy. Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology In HARDING, Sandra (org.). *The Feminist Standpoint Reader: intellectual & political controversies*. New York: Routledge, 2004.

SULLIVAN, Shannon. **Community as a political and temporal construct: a response to Patricia Hill Collins**. *In The Pluralist*, vol. 15, n. 1, 2020, pp. 83.89.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; TORRES, Haroldo Gomes; FRANÇA, Danilo. O que os jovens de baixa renda pensam sobre a escola. **Estudos e Pesquisas Educacionais**, n. 4, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XXI*. São Paulo: Ideias e letras, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WERNECK, Jurema Pinto. **O samba segundo as ialodês: mulheres negras e a cultura midiática**. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

WEST, Cornel. **The coming-of-age of American Pragmatism: John Dewey.** *In* American evasion of philosophy: a genealogy of pragmatism. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

ZINN, Maxine Baca. Patricia Hill Collins: Past and Future Innovations. **Gender & Society**, v. 26, n.1, 2012